

**PRISCILA LOPES VIANA**

**ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS  
CONSTITUTIVAS DO GÊNERO TEXTUAL “SANTINHO POLÍTICO”**

**BELO HORIZONTE  
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
2009**

**PRISCILA LOPES VIANA**

**ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS  
CONSTITUTIVAS DO GÊNERO TEXTUAL “SANTINHO POLÍTICO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE em Lingüística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Lingüística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: A – Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

Orientadora: Profa. Dra. Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho

Apoio financeiro: CAPES

**BELO HORIZONTE  
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
2009**

**DEDICATÓRIA:**

Com muito carinho, ao meu tio Rogério Viana.

## **AGRADEÇO:**

a Deus, sem o qual eu nada seria;

ao meu pai Romero Viana, meu maior incentivador;

aos meus irmãos e melhores amigos, Nataly, Natália e Maxwell, por tudo o que são;

ao meu cunhado Wilson Costa, por ter me acolhido em meu primeiro ano em BH, propiciando-me um ambiente harmonioso e familiar;

ao meu querido namorado Antônio Júnior, que, com todo seu carinho e paciência, soube me dividir com meus livros;

aos amigos verdadeiros que fiz nesses dois anos de mestrado: Ana Virgínia Lima, Ana Karla de Carvalho, Ana Maria Leite, Cleidiane Novais, Fabiana Parreira, Gustavo Ximenes, Mariana Furst, Pedro Dias, Priscila Brasil, Rodrigo Alcântara, Rafael Ferreira, Simone Santos, Victor Purri, Viviane Neto e Viviane Martins, com os quais tive, além de momentos de discussões acadêmicas, muita distração;

aos velhos e grandes amigos Cláudia Brum, Lílian Santana, Marcela Lima, Melina Oliveira, Priscila Curso e Teddy Viana, pelo carinho de sempre;

à Profa. Janice Helena Chaves Marinho, minha orientadora, por ter acreditado no meu potencial, respeitado minhas escolhas e, sobretudo, pelo convívio amistoso;

aos colegas do grupo de estudos GEArtD, pelas grandes contribuições;

ao Prof. Rosalvo Pinto, pela amizade, pelo convívio e pelas muitas conversas enriquecedoras;

às Profas. Regina Perét Dell'Isola e Carla Viana Coscarelli, que representam, para mim, exemplos de competência e humildade;

à agência de fomento CAPES e ao POSLIN, que me têm disponibilizado recursos para o processo de minha formação.

## SUMÁRIO

Resumo.....	5
Abstract.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO II	
FUNDAMENDAÇÃO TEÓRICA	
1 Fundamentos epistemológicos do interacionismo sociodiscursivo (ISD).....	15
2 Linguagem, sociedade e historicidade.....	23
3 Texto e discurso.....	31
4 Concepções de gêneros textuais.....	33
4.1 A abordagem de Bakhtin sobre os gêneros.....	33
4.2 A noção de gênero textual de Bronckart.....	35
CAPÍTULO III	
METODOLOGIA	
1 O corpúsculo da pesquisa.....	39
2 O quadro metodológico do ISD.....	40
2.1 Arquitetura Textual.....	40
2.1.1 O plano geral do texto.....	40
2.1.2 A criação psicológica e lingüística dos tipos de discurso.....	41
2.1.3 Modalidades de articulação entre os tipos de discurso e suas variações.....	49
2.1.4 Formas de planificação.....	55
2.2 Os mecanismos de textualização.....	61
2.2.1 A conexão.....	62
2.2.2 A coesão nominal.....	65
2.2.3 A coesão verbal.....	67
2.2.3.1 A coesão temporal no português.....	74
2.3 Os mecanismos de responsabilização enunciativa.....	80

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DO CÓRPUS E RESULTADOS

1 Análise quantitativa.....	86
2 Discurso persuasivo nos “santinhos políticos”.....	87
3 A arquitetura interna dos textos de “santinhos políticos”.....	96
3.1 Identificação do plano geral do texto em cada “santinho”.....	96
3.2 Tipos psicológicos do GT “santinho político”.....	102
3.3 Tipos discursivos do GT “santinho político”.....	105
3.4 A articulação entre os tipos de discurso dos “santinhos”.....	113
3.5 Seqüências e outras formas de planificação presentes nos textos dos “santinhos”.....	115
4 Mecanismos de textualização presentes nos “santinhos”.....	119
4.1 A conexão nos “santinhos”.....	120
4.2 A coesão nominal nos “santinhos”.....	123
4.3 A coesão verbal/temporal nos “santinhos”.....	130
5 Mecanismos enunciativos que atuam nos “santinhos”.....	132

## CAPÍTULO V

CONCLUSÕES.....	136
-----------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	142
-------------	-----

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar, descrever e analisar as estratégias lingüístico-discursivas constitutivas dos textos chamados de “santinhos políticos”. Para isso, tendo por base o modelo de análise dos textos, no quadro teórico do interacionismo sociodiscursivo proposto por Bronckart (1999), bem como por meio de algumas contribuições de Charaudeau (2006), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), Marcuschi (2003), entre outros, analisamos como o discurso persuasivo dos “santinhos” é construído, definimos sua arquitetura textual, identificamos e descrevemos seus mecanismos de textualização e os elementos de responsabilização enunciativa presentes nos mesmos. Concebemos, nesta investigação, as línguas como atividades coletivas que se constroem na e pela interação. Acreditamos que o sucesso das atividades sociais esteja associado às escolhas lingüísticas dos interactantes; sendo assim, a escolha do gênero textual, através do qual o agente-produtor expressará suas idéias, faz-se como a seleção de uma melhor ferramenta para tentar “moldar” o agente-leitor a dar a resposta que o agente-produtor almeja. Buscamos, portanto, em alguma medida determinar o estatuto de um gênero textual que, até onde pudemos observar, não tem sido “dado” empírico de análises lingüísticas.

**Palavras-chave:** interacionismo sociodiscursivo; gênero textual; estratégias lingüístico-discursivas; argumentação; “santinhos políticos”.

## ABSTRACT

The aim of this research was to identify, to describe and to analyze the constitutive linguistic-discursive-strategies of texts called “santinhos políticos.” Based on the model of analysis of texts, the theoretical framework of interactionism sociodiscursive proposed by Bronckart (1999), also by some contributions from Charaudeau (2006), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), Marcuschi (2003), and others, we analyzed how persuasive speech of “santinhos” is built, we defined its architecture text, we identified and described mechanisms of textualization and enunciative mechanisms in them. We understand, in this research, languages are as collective activities because both are built upon interactions. We believe in the success of social activities is related to linguistic choices of agents (producer and reader), so the choice of textual genre, in that the agent-producer will express his ideas, occurs as a selection of the best tool to try to “shape” the agent reader to give the answer that the agent-producer aims. We seek, therefore, in some way to determine the statute of a textual genre that, as long as we have seen, has not been empirical object by linguistic analysis.

**Key-words:** sociodiscursive interactionism; textual genre; linguistic-discursive-strategies; argumentation; “santinho político”.

## APRESENTAÇÃO

Nesta pesquisa tomamos o gênero textual “santinho político” como objeto empírico de estudo para verificar suas características constitutivas e como se dá a construção da argumentação nesses textos. Visando a uma maior compreensão desse gênero textual, debruçamo-nos, de maneira especial, sobre o modelo de análise de textos do interacionismo sociodiscursivo (daqui para diante ISD) (BRONCKART, 1999). E, para analisarmos o discurso persuasivo em função da construção do *ethos* do político, valemo-nos das contribuições de Charaudeau (2006) e Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005).

Por meio do modelo do ISD identificamos e analisamos as estratégias lingüístico-discursivas escolhidas pelos agentes-produtores desses textos com o objetivo de persuadir/convencer os agentes-leitores por eles visados. Nossa hipótese é a de que essas estratégias são recorrentes nesses textos e, por isso, podem caracterizar o gênero textual “santinho político”.

Nosso trabalho se apresenta dividido em cinco capítulos. O primeiro é constituído pela introdução, na qual expomos os motivos que nos instigaram a pesquisar o gênero textual “santinho político”. No segundo capítulo, intitulado “Fundamentação Teórica”, tivemos, inicialmente, a preocupação de situar o leitor em relação aos fundamentos epistemológicos do quadro do interacionismo sociodiscursivo. Pensamos que isso seja relevante na medida em que se trata de um modelo conceitual e metodológico bastante novo – menos de três décadas de existência. Ainda no segundo capítulo, discutimos a relação entre linguagem, sociedade e historicidade, especialmente, por meio do diálogo que Bronckart (1999) estabelece com Bakhtin/Volochínov (2006); a seguir, trazemos os conceitos de Bronckart (1999) sobre texto e discurso e as posições de Koch (1993) e Costa Val (2004); por fim, ainda neste capítulo, retomamos a abordagem bakhtiniana sobre os gêneros discursivos (textuais) para articulá-la, sobretudo, ao modo como Bronckart (1999) e Schneuwly (1994) os concebem: instrumentos, numa perspectiva marxista.

Por sua vez, o terceiro capítulo, dedicado à “Metodologia”, aborda questões metodológicas, que, de per si, são também teóricas, uma vez que detalhamos alguns conceitos teórico-metodológicos desenvolvidos por Bronckart (1999). Primeiramente, expomos aspectos básicos sobre o *cópus* da pesquisa, bem como salientamos o foco que daremos às análises. Posteriormente, apresentamos o quadro metodológico do interacionismo sociodiscursivo, no qual Bronckart (1999) propõe que qualquer texto se organiza em três níveis superpostos, e em parte interativos, que constituem o “folhado textual”: (1) a arquitetura interna dos textos, (2) os mecanismos de textualização e (3) os mecanismos enunciativos.

No quarto capítulo realizamos a análise do nosso cópula e apresentamos os resultados da pesquisa. No item 1 desse capítulo, analisamos a construção do discurso persuasivo, que, a nosso ver, é uma característica constitutiva do gênero textual “santinho político”. Para a realização dessa investigação, utilizamos como suporte teórico, especialmente, algumas contribuições de Charaudeau (2006), que investiga as grandes figuras identitárias dos políticos, bem como algumas contribuições de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) para observar a recorrência do uso de algumas crenças/valores para a persuasão dos agentes-leitores. Por fim, adentramo-nos, através do aparelho conceitual desenvolvido por Bronckart (1999), na análise da organização dos textos de “santinhos”, buscando evidenciar a seleção dos elementos lingüístico-discursivos utilizados pelos agentes-produtores para sinalizar e orientar a atividade de construção de sentido por parte de seus agentes-leitores.

No quinto capítulo apontamos algumas conclusões de nossa pesquisa e reiteramos alguns pontos relevantes de nosso estudo.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Diante de nossa preocupação com parte do eleitorado brasileiro que, de acordo com os Cadernos do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2005), a partir de agora Cadernos NAE, escolhe seus representantes políticos baseado em características pessoais e não nas ideologias, posicionamentos políticos e propostas de ação dos candidatos, surgiu em nós o interesse em estudar textos, coloquialmente chamados de “santinhos políticos”, um dos meios pelos quais os candidatos se apresentam ao eleitorado.

Lançando mão do postulado bakhtiniano (BAKHTIN, 2000) de que a escolha de um gênero textual reflete diretamente a influência do interlocutor (agente-leitor) sobre a estrutura e estilo do enunciado, questionamos em que medida as estratégias lingüístico-discursivas que caracterizam o gênero “santinho político” revelariam as concepções dos agentes-produtores em relação aos eleitores brasileiros (agentes-leitores).

Ao prosseguir com a idéia de que locutores (agentes-produtores) selecionam gêneros textuais adequados aos seus interlocutores<sup>1</sup>, Bakhtin (2000) argumenta que ter um interlocutor, dirigir-se a alguém é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há nem poderia haver enunciado. Segundo o autor, as diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas dos interlocutores são as particularidades que constituem e determinam a diversidade dos gêneros textuais. O autor ressalta que o estilo do texto e sua composição nos indicam como o locutor percebe e imagina seu interlocutor, uma vez que a força da influência deste sobre o enunciado é fundamental para a constituição do ato enunciativo.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) definem o auditório<sup>2</sup> como aqueles indivíduos que um orador deseja influenciar com sua argumentação. Nesse sentido, para construir sua argumentação, o orador precisa presumir seu auditório de forma que essa previsão seja a mais próxima possível do auditório real. Também para esses autores, assim como para Bakhtin (2000), como o orador/locutor produz seu discurso para determinado auditório/interlocutor que ele almeja influenciar, conclui-se que o auditório é quem determina a qualidade da argumentação, além do comportamento do orador.

De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), na argumentação, compreende-se que, para se alcançar a adesão de um auditório a uma determinada tese, as condições

---

<sup>1</sup> Bakhtin (2006) denomina “interlocutor” também como “destinatário”.

<sup>2</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) denominam “interlocutor” e “locutor”, respectivamente, como “auditório” e “orador”.

Devido a essa variação terminológica, sempre que possível, utilizamos uma das terminologias de Bronckart (1999), ou seja, “agente-produtor” (ao invés de “orador” ou “locutor”) e “agente-leitor” (ao invés de “interlocutor”, “destinatário” ou “auditório”).

psíquicas e sociais devem ser consideradas, haja vista que sem essas condições a argumentação não teria objeto nem efeito. Em relação aos “santinhos políticos” – gênero textual do domínio político –, os oradores seriam os próprios candidatos que são expostos e o auditório seriam os eleitores brasileiros. As características psíquicas e sociais desse auditório, isto é, suas crenças e valores poderiam ser presumidos por muitos políticos, como as definem os Cadernos NAE (2005): indivíduos, em sua maioria, urbanos, pouco politizados, de baixa escolaridade e cristãos.

São dois os tipos de auditório apontados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005): o particular e o universal. O primeiro é constituído por um grupo que partilharia as mesmas crenças e valores. Já o auditório universal não passa de uma projeção do orador, isto é, uma uniformidade imaginada pelo orador que tenta alcançar uma universalidade. Porém, para que um orador se dirija a um auditório universal, é necessário que ele conheça todos os valores dominantes de toda a comunidade. Assim sendo, o locutor que prevê um auditório universal pode desconsiderar os membros que não partilham suas idéias, mas estes, por sua vez, podem desqualificar o orador como anormal ou estúpido.

Seguindo os dois tipos de auditório apontados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o auditório (agentes-leitores) desses candidatos a cargos políticos seria o universal, uma vez que não passaria de uma uniformidade imaginada pelo orador (agente-produtor), que tentaria alcançar uma universalidade. Nesse sentido, para se dirigir a um auditório universal (o eleitorado brasileiro), é relevante que o agente-produtor (político) conheça os valores dominantes dessa comunidade. Assim, as características dos eleitores brasileiros destacadas pelos Cadernos NAE (2005) - entre outras referências bibliográficas – podem dar indícios desses valores para que o agente-produtor construa sua argumentação.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) propõem a existência de dois tipos de discursos argumentativos: o persuasivo, que apela para as paixões e emoções do auditório e o convincente, que recorre ao uso da razão. O primeiro é mais adequado ao auditório particular, ao passo que o segundo é mais apropriado ao universal.

É importante ressaltar que, para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), deve haver um acordo entre o orador (agente-produtor) e seu auditório (agentes-leitores) para que eles se compreendam. A noção desse acordo ou “contato intelectual” aproxima-se da noção de “contrato de comunicação” de Charaudeau (1993). Trata-se de um postulado da teoria semiolinguística de que é indispensável o reconhecimento recíproco dos interactantes<sup>3</sup> enquanto parceiros da comunicação para que exista a prática languageira. Segundo Perelman

---

<sup>3</sup> Como o faz Bronckart (1999), denominamos de “interactantes” os dois tipos de agentes envolvidos em uma mesma interação, isto é, os agentes-produtores e os agentes-leitores.

& Olbrechts-Tyteca (2005), o simples fato de um auditório se dispor a ouvir um orador já sela este acordo entre ambos, pois, se o auditório está disposto a ouvi-lo, está também disposto a aceitar a argumentação do orador. No mesmo sentido, os eleitores brasileiros, quando se dispõem a ler um “santinho”, selam um acordo na medida em que podem se dispor a aceitar a argumentação do candidato e, conseqüentemente, atribuir-lhe seus votos.

Os agentes-produtores dos “santinhos” – em função da situação e das maneiras como eles percebem os agentes-leitores – usam de procedimentos que servem ao jogo de comunicação que eles querem estabelecer para justificar sua posição diante da argumentação e alcançar melhores resultados no seu objetivo de persuasão. A tese dos políticos é de que eles são melhores candidatos do que os demais e, por isso, os eleitores devem atribuir-lhes seus votos. Ou seja, o objetivo dos agentes-produtores que focalizamos neste trabalho é convencer e persuadir os eleitores brasileiros (agentes-leitores) a elegê-los a cargos políticos. Dessa forma, como esses agentes-produtores sabem que os agentes-leitores podem recusar seus argumentos, eles tendem a se esforçar para alcançar suas adesões.

Segundo Bakhtin (2000), quando o interlocutor (agente-leitor) processa lingüisticamente a significação de um enunciado (oral ou escrito), ele elabora, simultaneamente ao processo de compreensão do que está sendo exposto pelo locutor (agente-produtor), uma atitude “responsiva ativa”, ou seja, ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar etc. Para o autor, a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (expressa de diversas maneiras). Assim, toda compreensão, de uma forma ou de outra, forçosamente produz uma resposta e, nesse momento, o leitor se torna locutor, enquanto este se torna interlocutor.

Aplicando as reflexões de Bakhtin (2000) ao processo interacional que se realiza em contextos de campanhas eleitorais, o eleitor torna-se locutor no momento em que vota – é o voto como uma “atitude responsiva ativa”. O autor relata que a compreensão responsiva nada mais é do que a fase inicial e preparatória para uma resposta (que pode ser realizada de várias formas). Assim, os agentes-produtores de “santinhos” postulariam essa compreensão responsiva ativa, uma vez que eles não esperam uma compreensão passiva; ao contrário, o que esperam é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução de uma ação etc. Para um candidato a um cargo político e todos os indivíduos envolvidos em sua campanha, a espera por respostas chega, exatamente, através dos votos.

Tendo em vista que um segmento significativo do eleitorado escolhe candidatos com base em suas características pessoais, supõe-se uma “intencionalidade” na escolha do gênero “santinho político” para alcançar a maioria dos eleitores pretendidos, na medida em que esse

gênero aproxima as figuras individuais dos candidatos ao eleitor através de um histórico de suas vidas pessoais e profissionais, bem como através de suas imagens carismáticas nas fotografias.

Ducrot (1987), em sua teoria polifônica, desenvolveu conceitos bakhtinianos, propondo uma reflexão relevante aos estudos lingüístico-discursivos, cuja idéia é a de que o material lingüístico presente na superfície textual faz parte de elementos construtores do sentido do texto. A partir dessa idéia, percebe-se que as palavras de um texto significam muito mais do que se pensava. Elas organizam o discurso e indicam a construção de sentidos juntamente com elementos que circundam a interação verbal. Portanto, o agente-produtor constrói sua argumentação através de escolhas lingüísticas.

A relevância da orientação da palavra em função do interlocutor (agente-leitor) é salientada por Bakhtin (2006:117), que afirma:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. (...) A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.<sup>4</sup>

A interação social humana através da linguagem é caracterizada por Koch (1993) como fundamentalmente argumentativa. A autora explica que seres humanos – por serem dotados de vontade e razão – formam juízos de valor a todo o momento, isto é, julgam, avaliam, criticam. Assim, partindo do princípio de que não há discurso neutro, sem intenções e ideologias, e diante do desejo constante dos seres humanos de convencer o outro a pensar e agir como eles, podemos afirmar, como o faz Koch (1993:19), que “o *ato de argumentar*, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois *a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia*”<sup>5</sup>.

Koch (1993) aborda a noção de intenção não como uma realidade psicológica, mas como fato lingüisticamente constituído, já que é determinada pelo sentido do enunciado. A intencionalidade representa-se, então, de certa maneira no enunciado. Para a autora, é na enunciação que os interactantes criam representações correspondentes ou não a uma realidade psicológica ou social, de forma que as relações interpessoais também contribuem para o sentido do enunciado se constituir. Sendo assim, a enunciação fica marcada lingüisticamente

---

<sup>4</sup> Grifos do autor.

<sup>5</sup> Grifos da autora.

no enunciado e pode-se chegar através dessas marcas lingüísticas à “macrossintaxe do discurso” – objeto da semântica argumentativa.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que o orador (agente-produtor), diante de um vasto material que lhe é disponível, precisa fazer escolhas para elaborar as premissas de seu discurso e também organizar seus argumentos. O conhecimento do conjunto de crenças existente no seio de cada comunidade e que seria admitido por seus membros seria imprescindível para que o agente-produtor selecionasse dados fundamentais para sua argumentação. Os autores apontam, ainda, que cada grupo específico (comunidades religiosas ou científicas, por exemplo) possui acordos próprios, assim o agente-produtor deve adaptar seu discurso às crenças e valores desses auditórios particulares para que possa alcançar a adesão dos mesmos.

Vale lembrar que o olhar de Charaudeau (1998) face aos discursos argumentativos se dá em função da situação de comunicação em que são realizados. Entre as suas reflexões, o autor salienta que um texto não pode ser considerado argumentativo somente por apresentar marcas que explicitem a argumentação, como conectores e alguns tipos de construção frástica. O autor considera um texto como argumentativo – mesmo que não apresente tais elementos explícitos –, pela sua organização implícita e, especialmente, por sua finalidade comunicativa.

A argumentação é considerada pelo autor como prática social, pois, para ele, todo ato de linguagem só possui significado na situação de comunicação em que é produzido e em função da intencionalidade do agente-produtor, de sua identidade, do propósito temático da questão e das circunstâncias materiais que o envolvem. O sujeito responsável pelo ato de linguagem é limitado em sua argumentação pela situação de comunicação, todavia, pode fazer escolhas entre esses limites que lhe possibilitam muitos meios para realizar suas estratégias. Assim, um ato de linguagem se entrecruza no espaço de limitação e no de certa liberdade.

O autor afirma também que qualquer ato de linguagem se realiza em um tempo e um espaço determinados. Estas grandezas físicas são as caracterizadoras da “situação”, que, por sua vez, determinam as escolhas lingüísticas, ou seja, as estratégias elaboradas pelos sujeitos na encenação do ato de linguagem. Assim, para o ato de linguagem se realizar, há a ocorrência de três níveis: (1) o nível “situacional” – dados de espaço externo que determinam, além do “dispositivo” (especificação do quadro físico de espaço/tempo), a “finalidade” comunicativa, o “domínio do saber” transmitido, a “finalidade” do ato e a “identidade” dos atores comunicativos –, (2) o nível “comunicacional” – caracterizador do como falar –, e (3) o nível “discursivo” – caracterizador do lugar de intervenção.

No estudo que aqui propomos, além de tomarmos as línguas como atividades coletivas que se constroem na e pela interação, acreditamos que o sucesso das atividades sociais de

linguagem esteja associado às escolhas lingüísticas dos interactantes; sendo assim, a escolha do gênero textual, através do qual o agente-produtor expressará suas idéias, faz-se como a seleção de uma melhor ferramenta para tentar “moldar” o interlocutor a dar a resposta que o agente-produtor almeja. O uso do termo “moldar” deve-se ao fato de os gêneros textuais serem ocorrências sociais, históricas e culturais reconhecíveis por seus usuários, os quais, trazendo suas crenças e valores, facilitam as interações languageiras.

Pretendemos investigar, nesta pesquisa, tendo por base o modelo de análise dos textos, no quadro teórico do ISD, tal como proposto por Bronckart (1999; 2006; 2007), bem como algumas contribuições de Charaudeau (2006), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), Koch (1993; 2004), Pinto (2004a; 2004b), entre outros, as características lingüístico-discursivas constitutivas do gênero textual “santinho político”. Para isso, analisaremos a seleção das estratégias lingüístico-discursivas utilizadas pelos agentes-produtores desses textos com o objetivo de orientar os agentes-leitores – os eleitores brasileiros - na construção dos sentidos.

Desta forma, o objetivo geral desta dissertação é identificar, descrever e analisar as estratégias lingüístico-discursivas constitutivas dos textos chamados de “santinhos políticos”. Por sua vez, os objetivos específicos em relação aos “santinhos políticos” são: (1) analisar como constroem seu discurso persuasivo, (2) definir sua arquitetura textual, (3) identificar e descrever seus mecanismos de textualização e (4) identificar e descrever os elementos de responsabilização enunciativa presentes nos mesmos.

Por fim, convém destacar que os diferentes usos da linguagem e sua relação com o exercício da cidadania vêm incentivando os estudos lingüísticos que contemplam o texto a se investigarem diversos gêneros textuais com o objetivo de se produzirem conhecimentos que incluam indivíduos nas relações sociais e políticas, fazendo-os compreender sua realidade e agir sobre ela (MEURER, 2000). Por isso, pensamos ser produtivo um trabalho que se ocupe de um gênero textual de grande circulação em campanhas políticas e que, até onde nos foi possível observar, não parece ter sido objeto de pesquisas lingüísticas. O suporte teórico-metodológico do ISD mostra-se interessante também nesse aspecto na medida em que, de acordo com Pinto (2007), esse quadro concebe como fundamental o papel das atividades de linguagem para o desenvolvimento dos processos de inserção social e de construção da cidadania.

## **CAPÍTULO II**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Na medida em que o modelo de análise textual proposto por Bronckart (1999) constitui-se como base para a análise do nosso *cópus*, exporemos, a seguir, no item 1, os fundamentos epistemológicos nos quais ele se baseia. Posteriormente, o item 2 traz algumas concepções relevantes ao posicionamento tomado nesta dissertação sobre *linguagem*, especialmente por meio das discussões de Bakhtin (2006) e Bronckart (1999). Já no 3, apontamos o que Bronckart (2007) compreende por *texto* e *discurso* e completamos as suas idéias com algumas discussões de Costa Val (2004) e Koch (1993). Por fim, no item 4, abordamos alguns estudos sobre os gêneros textuais como suporte teórico para as análises dos textos de “santinhos políticos”.

Vale aqui ressaltar que, no capítulo III desta dissertação, apresentaremos concomitantemente a algumas questões metodológicas alguns conceitos que de per si são também teóricos.

#### **1 Fundamentos epistemológicos do interacionismo sociodiscursivo (ISD)**

Devido ao fato de o modelo de análise textual utilizado nesta pesquisa ser relativamente novo, tendo como marco as publicações “Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d’analyse” (BRONCKART ET AL, 1985) e “Activité langagière, textes et discours. Pour un interacionisme socio-discursif” (BRONCKART, 1997, traduzida e publicada no Brasil em 1999), exporemos, a seguir, alguns de seus fundamentos epistemológicos que sustentam uma concepção sociointeracionista da linguagem.

As proposições teóricas de Bronckart (1999) e de seu grupo de estudos derivam de uma “psicologia da linguagem” que se direciona pelos princípios epistemológicos do “interacionismo social”. O autor toma as unidades lingüísticas (desde os fonemas até os textos) como representações das condutas (ou das propriedades das condutas) humanas. Assim, com o objetivo de estudar as condições de aquisição e de funcionamento das condutas humanas, exploram-se descrições e interpretações dessas unidades lingüísticas propostas pelas ciências dos textos e/ou dos discursos.

As condutas humanas são analisadas pelo quadro interacionista-social como “ações significantes” (ou “ações situadas”), cujas propriedades estruturais e funcionais são consideradas como produto da socialização. Por meio de uma perspectiva herdada de trabalhos de Vygotsky (1991) e, também, de filósofos e sociólogos como Habermas (1987) e Ricoeur (1986), acredita-se que as ações imputáveis a agentes singulares fundam-se no

contexto da “atividade” em funcionamento nas formações sociais. Além disso, acredita-se também que as capacidades mentais e a consciência desses mesmos agentes humanos são elaboradas no quadro estrutural das ações. Portanto, concebem-se as condutas verbais como formas de ação ao mesmo tempo específicas (por serem semióticas) e interdependentes das ações não verbais.

O ISD, segundo Bronckart (1999), opõe-se radicalmente às correntes mentalistas e biologizantes que, segundo ele, dominaram e ainda dominam as ciências humanas, especialmente, as diversas variantes do cognitivismo em psicologia e as chomskianas em lingüística. A adesão a uma psicologia interacionista-social levou Bronckart (1999) e seu grupo de estudos a abordar o estudo da linguagem em suas dimensões textuais e/ou discursivas, pois, por um lado, o autor compreende que as ações de linguagem humanas são somente e empiricamente observáveis nos textos e/ou discursos (a língua seria apenas um construto e as frases e morfemas seriam apenas “recortes abstratos”); por outro lado, as relações de interdependência entre as produções de linguagem e seu contexto acional e social manifestam-se de forma mais nítida no nível dessas unidades globais.

O autor apresenta o conjunto de razões que o levou, juntamente com seu grupo, a inscrever suas abordagens no quadro epistemológico geral do interacionismo social. Inicialmente, ele explica que diversas correntes da filosofia e das ciências humanas podem ser reconhecidas por essa posição epistemológica, de forma que, mesmo apresentando questionamentos disciplinares particulares de suas especificidades e enfatizando teorias e orientações metodológicas diversas, essas correntes aderem à tese de que “as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de **socialização**, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos **instrumentos semióticos**” (BRONCKART, 2007:21)<sup>6</sup>.

Assim, como os seres humanos são organismos vivos e possuem algumas de suas propriedades comportamentais condicionadas tanto pela configuração do potencial genético quanto pelas condições de sobrevivência da espécie, revelam-se, também através dessas condutas, capacidades novas, particularmente as de pensamento e de consciência. É no curso da evolução que foram construídas (e se constroem) essas novas capacidades que contribuem para a autonomização da espécie frente às Leis Naturais, devido à liberação progressiva das restrições biológicas e comportamentais.

Nesse sentido, os interacionistas concebem como ilusória a tentativa de interpretar os comportamentos humanos em sua especificidade como fazem os cognitivistas e

---

<sup>6</sup> Grifos do autor.

neurocientistas (que focalizam as propriedades do substrato neurobiológico humano) ou os behavioristas (que tomam as condutas humanas como o resultado de aprendizagens condicionadas pelas restrições de um meio preexistente). A postura interacionista releva a historicidade do homem e, por isso, em uma investigação, interessa-se primeiramente pelas condições sob as quais se desenvolveram formas particulares de organizações sociais na espécie humana juntamente às (ou sob o efeito de) formas de interação de caráter semiótico. A seguir, tal postura volta-se para o desenvolvimento de uma análise aprofundada das características estruturais e funcionais dessas organizações sociais, bem como dessas formas de interação semiótica. Ou seja, uma investigação interacionista aborda os processos filogenéticos e ontogenéticos pelos quais as propriedades sociais e semióticas são apropriadas e interiorizadas pelos humanos que, neste momento, transformam-se em *pessoas*<sup>7</sup> conscientes de sua identidade e capazes de contribuir umas com as outras para a formação (e manutenção) de uma racionalidade do universo que as envolve.

É importante ressaltar também que o interacionismo inscreve-se, em relação aos problemas de hominização, na problemática introduzida pela “Fenomenologia do Espírito”, de Hegel (2000). Dessa, ele conserva a compreensão de que o desenvolvimento da atividade e o psiquismo humano são de caráter fundamentalmente dialético, e engloba idéias de Marx e Engels referentes ao papel desempenhado pelos instrumentos – linguagem e trabalho/cooperação social – na formação da consciência. Ainda há compatibilidade do interacionismo com algumas posições sustentadas posteriormente pela corrente neokantiana, especialmente com as teses desenvolvidas em “A filosofia das formas simbólicas” por Cassirer (2001). Enfim, há contribuições mais recentes da antropologia (LEROI-GOURHAN, 1964; 1965), da socioantropologia (MORIN, 2002-2005) e, sobretudo, das abordagens sociofilosóficas de Habermas (1987) e de Ricoeur (1986) que revitalizaram o interacionismo.

A análise das estruturas e dos modos de funcionamento sociais é feita pelos interacionistas com base na teoria original dos fatos sociais de Durkheim (1898, apud Bronckart, 1999), cuja proposta é articular representações individuais, sociais e coletivas e, conseqüentemente, em trabalhos inscritos nessa linha (BOURDIEU, 1980; MOSCOVICI, 1961).

Já para a análise dos sistemas semióticos, o interacionismo utiliza abordagens que consideram os fatos de linguagem como traços de condutas humanas socialmente contextualizadas, isto é, o interacionismo se refere preferencialmente aos trabalhos que

---

<sup>7</sup> A acepção do autor do conceito de “pessoa” está mais próxima da concepção desenvolvida por Buber (1959; 1977), Ricoeur (1990) e Sève (1969).

integram dimensões psicossociais. Trata-se de trabalhos centrados na interação verbal e, sobretudo no estudo e análise dos gêneros e tipos textuais provenientes de Bakhtin (2000) e na análise das formações sociais de Foucault (2004). De acordo com Bronckart (1999), essas proposições expandem a concepção das interações entre “formas de vida e jogos de linguagem” desenvolvida por Wittgenstein (1961; 1975). Bronckart (1999) sustenta ainda a contribuição teórica imprescindível da análise de Saussure (1994) sobre a arbitrariedade do signo lingüístico para que se compreenda o estatuto das relações interdependentes entre a linguagem, as línguas e o pensamento humano.

Enfim, em relação aos processos de construção do psicológico, ou seja, da pessoa dotada de capacidades psíquicas e de consciência, o interacionismo faz uma releitura crítica de Piaget (1975; 1987; 1996). É exatamente neste ponto que a abordagem do grupo de Bronckart (1999) ganha sua especificidade, pois são adotados os fundamentos interacionistas de Vygotsky (1999), que analisa criticamente a teoria de Piaget sobre a linguagem. Os fundamentos de Vygotsky (1999) são, portanto, adotados por serem mais radicais e por articularem-se mais precisamente à postura interacionista do grupo de Bronckart (1999).

Bronckart (1999) salienta alguns pontos do programa teórico e metodológico de Vygotsky que o fazem adotá-lo em sua abordagem. Inicialmente, Vygotsky (1999) dá à psicologia um *status* nodal no campo das ciências humanas devido aos problemas dessa disciplina decorrentes de uma concepção físico-psíquica dualista dos fenômenos observáveis no homem. Este, além de ser dotado de propriedades biológicas e de ter comportamentos, possui capacidades psíquicas, isto é, trata-se de um organismo vivo consciente. A tarefa dada por Vygotsky (1999) à psicologia seria, assim, a de descrever e explicar tanto os fenômenos físicos quanto os psíquicos que são observáveis nos seres humanos. Contudo, as escolas da psicologia do início de seu século subestimavam essa problemática das interações físico-psíquicas que, para ele, era central.

Bronckart (1999) afirma que esse diagnóstico de Vygotsky (1999), após quase um século, ainda é pertinente em relação a grande parte das correntes contemporâneas dessa disciplina. Para Bronckart (1999), há os psicólogos de inspiração reflexológica ou behaviorista e os psicólogos de inspiração fenomenológica, psicanalítica ou cognitivista. Os primeiros centram-se em analisar o substrato fisiológico e as condições ambientais de aprendizagem dos comportamentos observáveis e deixam em suspenso, ou até mesmo negam, a questão do estatuto e dos efeitos das capacidades mentais consideradas não observáveis (por não se inscreverem no espaço-tempo). Os segundos podem tanto se limitar a uma abordagem dos fenômenos psíquicos, que abandona o problema de seu substrato material, quanto propor modelos do funcionamento e da arquitetura mental que “decorreriam” diretamente das

propriedades do cérebro, fazendo abstração das dimensões comportamentais, sociais e históricas do desenvolvimento humano.

De acordo com Bronckart (1999), Vygotsky explica tal situação pelo fato de a psicologia ancorar-se em uma epistemologia “dualista”, da qual Descartes é o precursor e cuja tese é de que: (1) o sujeito pensante possui duas substâncias diferentes e independentes, isto é, a física e a psíquica; (2) o ser humano possui como propriedade a substância psíquica que o erige em sujeito consciente; (3) esse sujeito regula o conjunto dos estados físicos de seu próprio corpo. E Vygotsky, ao contrário, sustentava que a epistemologia “monista” de Espinosa é que deveria ser adotada pela psicologia. Ou seja, esta deveria considerar que (1) a substância constitutiva da natureza ou do universo é única – matéria homogênea em perpétua atividade; (2) essa substância material ativa possui como duas de suas várias propriedades o psíquico e o físico – únicas acessíveis à inteligência do homem; (3) o homem, com sua inteligência limitada, não pode apreender a matéria de que se origina como entidade contínua ou homogênea, mas apreende de forma parcial e descontínua os fenômenos físicos e psíquicos.

Ao aceitar a real autonomia funcional dos fenômenos psíquicos e aderir a uma epistemologia monista, Bronckart (1999) compreende a questão central da psicologia como as condições evolutivas e históricas da emergência desse tipo de fenômeno e, especialmente, da emergência da consciência dos seres humanos. O autor reformula esse posicionamento “monista emergentista” em duas questões principais: a da “primeira precipitação”, cujos organismos adquirem traços internos de suas interações com o meio sob condições de comportamento ativo, condicionado ao mesmo tempo pelas restrições de sobrevivência da espécie e pelo potencial genético, ou seja, do físico em funcionamento psíquico elementar; e a da “segunda precipitação”, cujos organismos liberam-se das restrições genéticas e comportamentais constitutivas e tornam-se ativos (pensantes) e auto-reflexivos (conscientes), aparentemente sob seus próprios controles.

Para Bronckart (1999), a abordagem piagetiana pode satisfazer a uma análise da primeira precipitação. É incapaz, porém, de tratar das condições da segunda. O autor sustenta, como o faz Vygotsky, que, para fazê-lo, é necessário retomar a tradição marxista e hegeliana, cujas propostas são de que o processo de evolução das espécies dotou os humanos de capacidades comportamentais particulares. Permitiu-lhes criar instrumentos mediadores de sua relação com o meio, estabelecer um trabalho cooperativo que origina as formações sociais e desenvolver formas verbais para interagir com o outro. Além disso, a reapropriação dessas propriedades instrumentais e discursivas de um meio sócio-histórico pelo homem é a

condição de emergência de capacidades auto-reflexivas que propiciam uma reestruturação do conjunto do funcionamento psicológico.

Bronckart (1999) afirma ainda que Vygotsky, em sua obra póstuma “Pensamento e Linguagem” (1991), mostra que o pensamento consciente do bebê surge quando este se “apropria” das unidades de significação da língua de seu meio, ou seja, esta “apropriação” é responsável pelo desdobramento do funcionamento psíquico. Mostra ainda que esta apropriação e sua estruturação só são possíveis pelas “intervenções” dos homens desse meio. A partir daí, Vygotsky desenvolve sua concepção das relações entre aprendizagem e desenvolvimento, aparelhada ao conceito de “zona de desenvolvimento”.

Apesar de Vygotsky ter lançado as bases para o que Bronckart (1999) denomina de verdadeiro questionamento da psicologia, este pesquisador reconhece que há grandes dificuldades teóricas e metodológicas para prosseguir e desenvolver o seu trabalho. O autor ressalta três delas: a primeira seria a problemática em relação à(s) unidade(s) de análise da psicologia diante da dualidade físico-psíquica, uma vez que Vygotsky não atingiu seu objetivo de construir um conceito unificador. Essa tarefa foi realizada, de acordo com Bronckart (1999), por Leontiev (1979), que propõe a ação e/ou atividade como unidades integradoras. Bronckart (1999) adere a essa escolha terminológica, considerando-a, porém, parcialmente insatisfatória por ela subestimar ou rejeitar as dimensões sociais e verbais da atividade.

A segunda seria a dificuldade de delimitar e articular a ordem do social e do psicológico, pois uma psicologia interacionista recorre a uma conceitualização pertinente dos fatos sociais. Além disso, essa corrente postula que os fatos sociais são os principais determinantes dos fatos psicológicos, o que faz Bronckart (1999) combinar as contribuições de Leontiev (1979) e do sociólogo Habermas (1987) para sustentar a tese de que são as “atividades” nas formações sociais (unidade sociológica) que constituem o princípio explicativo das “ações” imputáveis a um humano (unidade psicológica).

Por último, a terceira dificuldade seria a de atribuir à linguagem seu estatuto em relação à atividade social e às ações. Bronckart (1999) afirma que a unidade verbal considerada por Vygotsky foi a “palavra”, que não estaria de acordo com o “signo lingüístico” de Saussure (1994). De acordo com Bronckart (1999), Vygotsky não identifica as unidades verbais maiores, como o faz Bakhtin (2000) com o conceito de gêneros do discurso. As verdadeiras *unidades verbais*, para Bronckart (1999), são estes últimos, já que estes gêneros situam-se em um nível de análise que corresponde ao da atividade e das ações, além de englobarem as demais unidades de nível inferior (palavras ou signos).

Assim, Bronckart (1999) concebe que uma psicologia interacionista deve integrar primeiramente a dimensão discursiva da linguagem, contribuindo para a descrição das organizações textuais e/ou discursivas e, sobretudo, clarificando as relações sincrônicas existentes entre as ações do homem e as ações de linguagem. Deve ainda, historicamente, tentar identificar as maneiras pelas quais a atividade de linguagem, ao mesmo tempo em que constitui o social, contribui para delimitar as ações das pessoas moldando-as no conjunto de suas capacidades propriamente psicológicas.

Com tudo o que se expôs anteriormente, percebe-se que, ao mesmo tempo em que o autor inscreve sua abordagem no quadro epistemológico geral do interacionismo social, ele defende uma versão mais específica desse quadro na qual se rejeitam os postulados epistemológicos e as restrições metodológicas do positivismo para a investigação das ações do homem em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas. O autor denomina esta versão de “interacionismo sociodiscursivo” (ISD).

Bronckart (1999) concebe a linguagem como atividade social, acreditando que o processo histórico de socialização resulta nas propriedades específicas de condutas humanas. Neste sentido, o desenvolvimento da linguagem e mesmo sua gênese estariam relacionados ao processo de interação que ocorre entre os membros de um grupo social.

De acordo com Bronckart (2006), os fundamentos filosóficos e científicos do ISD têm por base, sobretudo, a obra *Ethique* (1965) de Espinosa, que foi reinterpretada e reforçada através das contribuições de Darwin, Hegel e Marx/Engels. Darwin (1859) iniciou o trabalho empírico-científico que revelava “a continuidade da evolução das espécies vivas”. Hegel (1979) mostrou que a emergência do pensamento consciente humano e a construção de mundos, de obras e de culturas revestidos de significações sociais advieram de processos históricos relacionados às atividades de trabalho e de linguagem produzidas solidária e dialeticamente nas sociedades humanas. Já Marx (1951) e Engels (1971) propuseram um esquema geral de antropogênese, no qual:

1. os seres humanos com suas capacidades biocomportamentais puderam elaborar atividades coletivas criando instrumentos para as realizações concretas (ferramentas manufaturadas) e para as gestões globais dessas atividades (signos lingüísticos);
2. os mundos social, econômico e semiótico resultam dessas atividades coletivas instrumentalizadas e são constituintes de uma parte específica do meio ambiente dos seres humanos;
3. o pensamento consciente em seu estado atual emergiu das transformações do psiquismo herdado da evolução através da apropriação e interiorização do

encontro com as propriedades radicalmente novas do meio pelos organismos singulares.

Todas as idéias mencionadas acima saltaram aos olhos de Bronckart e de seu grupo de estudos, que passaram a conceber a linguagem não somente como “um meio de processos que seriam estritamente psicológicos (operação, cognição, sentimentos, emoções)”, mas como “o instrumento fundador e organizador desses processos, em suas dimensões especificamente humanas” (BRONCKART, 2006:122).

Portanto, evidenciado o caráter “indissociável” dos processos de organização social das atividades, de suas regulações pelas atividades de linguagem e de desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas, o ISD propõe uma compreensão do funcionamento psicológico humano implicado na organização das atividades e das produções verbais coletivas no âmbito da “história das interações humanas”.

Posicionando-se contrariamente ao positivismo de Comte (1978), que estabeleceu aos cientistas uma proibição de se transgredirem as fronteiras que separam as disciplinas científicas, o interacionismo social propõe a reunificação das ciências humanas e incentiva a interdisciplinaridade entre as mesmas para a construção do saber sobre o ser humano, sua gênese, seu desenvolvimento e seu agir.

Para dar conta desse projeto, cujo objetivo maior é o de estudar o desenvolvimento humano – desenvolvimento que se associa direta e necessariamente à capacidade de linguagem –, o interacionismo social voltou-se metodologicamente para o estudo dos discursos e dos textos produzidos pelos humanos, incorporando ao seu projeto o componente “sociodiscursivo”. Esta abertura conduziu à necessidade e, conseqüentemente, à proposta de um modelo explicativo da arquitetura geral dos textos, que nos parece adequado e produtivo aos objetivos de nossa pesquisa, por apresentar uma abordagem cuidadosa sobre os textos e os gêneros textuais, bem como sobre os elementos lingüísticos e pragmáticos que os constituem, além de compreender e enfatizar o estatuto dos gêneros em relação ao social, ao histórico e ao cultural.

Frente à situação sócio-política do Brasil em que a maioria dos cidadãos/eleitores é pouco escolarizada e politizada, pretendemos identificar e analisar as estratégias lingüístico-discursivas caracterizadoras de um gênero textual – “santinho político” – que tem como objetivo persuadir os eleitores brasileiros em épocas de campanhas eleitorais. Assim, o modelo do ISD é o principal suporte desta pesquisa no sentido de que nos auxilia a compreender um pouco as ações de linguagem que se realizam por meio dos textos de “santinhos”.

## 2 Linguagem, sociedade e historicidade

Ao buscar o objeto da filosofia da linguagem e a compreensão da natureza concreta desse objeto, Bakhtin (2006)<sup>8</sup> faz uma grande reflexão sobre linguagem (o que seria a linguagem e a palavra), sociedade, contexto e interação.

Primeiramente, a abstração do objeto de estudos de lingüistas e o esforço desses para apreender a natureza real do objeto são verificados por Bakhtin/Volochínov (2006), que almejam propor diretrizes metodológicas, ao invés de elaborar definições. Diante de um objeto de difícil delimitação, os autores criticam o “empirismo fonético superficial”, que se focaliza na linguagem apenas por sua materialidade sonora, e ressaltam que qualquer delimitação que se faça do objeto (deixando-o bem compacto, definido e observável) provoca uma perda da essência do mesmo: seu caráter semiótico e ideológico.

Não tendo encontrado a linguagem como objeto específico e lançando mão das realidades física, fisiológica e psicológica, Bakhtin/Volochínov (2006) encontram um conjunto complexo de elementos para se conceber a linguagem, mas que deveria ser inserido em um complexo mais amplo: o das relações sociais. Bakhtin/Volochínov (2006) apontam a necessidade de situar nesse complexo mais amplo os sujeitos que devem pertencer a uma mesma comunidade lingüística e estar integrados no seio da situação social imediata.

Logo, a unidade do meio social e a do contexto social imediato seriam condições fundamentais para que se pudesse verificar o complexo físico-fisiológico-psicológico vinculado a um fato de linguagem. E, por isso, o objeto de pesquisa que deveria ser mais delimitado torna-se, ao contrário, ainda mais amplo. Todavia, somente elementos e relações constitutivas da linguagem devem pertencer ao amplo conjunto complexo, ou seja, há relações e elementos desnecessários para a compreensão dos fatos lingüísticos.

Para tentar resolver o problema de delimitar a linguagem como objeto de estudo específico, Bakhtin/Volochínov (2006) deparam-se com duas orientações chamadas por eles de “subjetivismo idealista” e “objetivismo abstrato”. Trata-se de orientações antagônicas, pois, enquanto a primeira concebe língua como criação individual, significativa, ideológica, artística, que se origina do psiquismo individual, o objetivismo abstrato concebe-a como sistema de formas lingüísticas estáveis e imutáveis regido por leis objetivas que caracterizam toda consciência subjetiva. Esta segunda orientação não considera os valores ideológicos nos

---

<sup>8</sup> Bronckart (2006:126) afirma que a obra “Marxismo e filosofia da linguagem” (2006), “sem reservas, deve ser atribuída a Volochínov”. O autor explica, em nota de rodapé, que Ivanova (2000) realiza um estudo sobre a primeira edição dessa obra (1929) e conclui que a mesma não passa de uma versão abreviada da tese produzida por Volochínov em 1925. Aderindo a essa reformulação passaremos a nos referir a essa obra como “Bakhtin/Volochínov (2006)”.

fatos lingüísticos e percebe os atos de fala individuais como variações e, até mesmo, deformações das formas normativas.

Essas duas tendências fizeram Bakhtin/Volochínov (2006:92) refletir sobre “o que é que se revela como o verdadeiro núcleo da realidade lingüística” e qual é “o modo de existência da realidade lingüística”. Para responder a tais questões, os autores submetem as duas orientações do pensamento filosófico lingüístico (subjativismo idealista e objetivismo abstrato) a uma profunda análise crítica.

Em relação ao objetivismo abstrato, os autores pontuam uma grande contradição: seus representantes tratam o sistema lingüístico como imutável, além de externo, e independente das consciências individuais; porém, salientam Bakhtin/Volochínov (2006) que somente para a consciência individual e do ponto de vista dela é que haveria um sistema de normas imutáveis. Tomando as palavras dos autores, “o sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade lingüística num dado momento da história” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:94).

Analogamente, os autores tratam dos sistemas de normas sociais (morais, jurídicas, estéticas etc.), já que só existem em função das consciências subjetivas dos indivíduos que pertencem a uma dada comunidade.

Com o objetivo de estabelecer uma relação objetiva para a análise lingüística, os autores afirmam que se pode apreender uma relação objetiva entre a consciência individual de todos os integrantes de uma sociedade e um sistema lingüístico de normas rígidas. Mas ressaltam que compreender a língua como possuidora de uma existência objetiva em relação ao seu sistema de normas incontestáveis e inalteráveis – como fazem os partidários do objetivismo abstrato – é um equívoco. Salientam ainda que a “consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas”, sendo assim “o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:95). Dessa forma, a preocupação dos locutores volta-se ao “sentido da enunciação da fala” e a consciência lingüística dos indivíduos relaciona-se com a linguagem no sentido de conjunto de contextos nos quais o uso de cada forma específica é possível.

Mesmo pensando nas escolhas lingüísticas feitas por um locutor (agente-produtor) para dirigir-se a seu interlocutor (ao agente-leitor), os autores refutam a idéia de que a forma lingüística seria o fator mais importante. Eles afirmam que o essencial é compreender o(s) sentido(s) que uma forma lingüística produz em uma situação real de uso, isto é, em determinado contexto. Sendo assim, sempre há o caráter de novidade significativa em cada enunciado, pois enunciados são sempre únicos, não se repetem.

Para Bakhtin/Volochínov (2006:96), “o signo é decodificado” e “o sinal é identificado”. Em outras palavras, o sinal pode ser compreendido como um instrumento, meio técnico capaz de produzir diversos sentidos; enquanto o signo é igual ao sinal somado ao contexto e implica significações próprias, carregadas de ideologias. Esta flexibilidade das formas lingüísticas – sinais – em gerar novos sentidos de acordo com os usos dos integrantes de uma comunidade lingüística comprova que a evolução das normas do sistema lingüístico é inevitável. Segundo os autores, os significados não são dados *a priori* para os indivíduos, como em um dicionário; eles são construídos pelos interactantes a partir dos diversos enunciados que presenciaram desde seus nascimentos.

O vocábulo “palavra” é concebido pelos autores como “signo”. Em suas palavras: “*A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:99) <sup>9</sup>. Desse modo, a própria língua em uso possui conteúdo ideológico ou vivencial. Neste ponto, Bakhtin/Volochínov (2006) criticam fervorosamente o objetivismo abstrato que separa língua de conteúdo ideológico.

Os autores associam o tratamento das línguas vivas como imutáveis ao fato de a lingüística ser filiada à filologia, que elaborou técnicas de estudar documentos escritos de línguas mortas, não mais em uso e, por isso, inalteráveis. Assim, o “filólogo-lingüista” estuda a língua por si só, desvinculada de seu contexto ideológico.

Bakhtin/Volochínov (2006) fecham suas críticas ao objetivismo abstrato expondo oito pontos relativos a essa orientação: (1) a norma e a estabilidade prevalecem nas formas lingüísticas – fundamentos que os autores discordam veementemente; (2) a prevalência do abstrato sobre o concreto – os autores confirmam que as pesquisas eram realizadas em enunciações monológicas fechadas cujo contexto histórico real era desconsiderado, sendo verdadeiramente abstrações; (3) a prevalência do sistema abstrato sobre a verdade histórica – em relação a esse ponto, Bakhtin/Volochínov (2006) explicam que os lingüistas foram coagidos a observar a língua como algo acabado, não evolutivo ao longo da história; (4) a prevalência da forma dos elementos sobre a do conjunto – os autores mostram que continua o problema de se observar a língua somente como forma, estrutura; (5) a visão de que a forma lingüística tem substância própria, como se fosse capaz de assumir sozinha uma existência histórica – Bakhtin/Volochínov (2006) são radicalmente contra a análise lingüística unicamente sobre a forma; (6) a palavra é vista em seu lado uno, a pluralidade de sentidos é ignorada – os autores criticam esse recorte único de sentido, uma vez que os vários sentidos de uma palavra podem ser percebidos em diferentes contextos de interação; (7) língua como

---

<sup>9</sup> Grifos do autor.

produto acabado – o caráter evolutivo da língua é salientado por Bakhtin/Volochínov (2006); (8) por fim, os autores reafirmam a incapacidade dos representantes do objetivismo abstrato de compreender que mesmo a língua em sua dimensão sincrônica abstrata evolui.

Em contrapartida, no subjetivismo individualista, Bakhtin/Volochínov (2006:114) afirmam que a enunciação monológica é apresentada como “expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, etc.”. Os autores discordam da forma como os representantes dessa orientação vêem a expressão, pois eles valorizam somente uma face da expressão: enquanto o “conteúdo (interior)” é valorizado, a “objetivação exterior” é considerada desnecessária. Esse fundamento é falso para os autores devido ao fato de não haver “atividade mental sem expressão semiótica” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:116).

Bakhtin/Volochínov (2006) percebem que são as condições contextuais, sociais, históricas que determinam aspectos da “expressão-enunciação”. Segundo eles, “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:116). Neste ponto, os autores ressaltam o papel do leitor, já que a seleção lingüística efetuada na elaboração de um enunciado é feita a partir de conhecimentos que o agente-produtor tem do agente-leitor. Os “santinhos políticos”, por exemplo, refletem as condições sociais, culturais, históricas e contextuais da maior parte dos cidadãos brasileiros, que é cristã, pouco escolarizada e pouco politizada. Em função dos agentes-leitores dos “santinhos”, pode-se perceber que a maioria desses textos possui um estilo de linguagem mais coloquial e tendem a apelar para os valores cristãos, como o exemplo a seguir:

- “Santinho” (78): “Compromissado com os princípios, valores e verdades da doutrina social da Igreja, procuro balizar todas as ações com transparência, moralidade e ética”.

Retomando Bakhtin/Volochínov (2006), os autores dão razão ao subjetivismo individualista por sustentar dois pontos: 1) o fato de as enunciações isoladas serem a substância real da língua e nela terem função criativa e 2) não isolarem a forma lingüística de seu conteúdo ideológico. No entanto, os autores condenam o fato de os representantes dessa orientação serem incapazes de entender a natureza social da enunciação (da própria cadeia verbal e língua); de pensarem que o conteúdo psicológico pode “ser deduzido das condições do psiquismo individual” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:126).

Por fim, Bakhtin/Volochínov (2006:127) chegam à conclusão de que o fenômeno social da Interação Verbal – que se realiza através de enunciação(ões) – é “a verdadeira substância da língua”, “a realidade fundamental da língua”. Eles ressaltam que qualquer modalidade de língua (oral e escrita) constitui elemento da comunicação verbal e, visto que a

língua evolui historicamente através da enunciação concreta, traçam sua ordem metodológica para fins de seu estudo:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006:129)

Desse modo, os autores mostram que não são suficientes estudos que se preocupem somente com o sistema lingüístico abstrato (objetivismo abstrato) nem que se preocupem somente com o psiquismo individual (subjetivismo idealista) e verifica que há a necessidade de se estudar a enunciação concreta, levando em consideração os interactantes, o contexto, a situação etc.

Bronckart (1999), por sua vez, busca um equilíbrio entre a posição cognitivista sobre um determinismo exclusivo das capacidades próprias do agente e a posição do Círculo de Bakhtin sobre um determinismo exclusivo dos preconstruídos sociodiscursivos. Em outras palavras, o autor defende que as operações de linguagem, embora sejam fortemente determinadas pelas representações sociais relativas à atividade humana e à atividade de linguagem em particular, deixam aos agentes-produtores um espaço importante de liberdade e de decisão.

Em oposição a essas duas formas de reducionismo, sustentamos que a atividade de linguagem é, ao mesmo tempo, o lugar e o meio das interações sociais constitutivas de qualquer conhecimento humano; é nessa prática que se elaboram os mundos discursivos que organizam e semiotizam as representações sociais do mundo; é na intertextualidade resultante dessa prática que se conservam e se reproduzem os conhecimentos coletivos e é na confrontação com essa intertextualidade sócio-histórica que se elaboram, por apropriação e interiorização, as representações de que dispõe todo agente humano, representações *in fine* individuais, no sentido de que se organizam em função das características específicas do percurso experiencial de cada agente, erigindo-o, desse modo, em uma pessoa irredutivelmente singular. (BRONCKART, 1999:338-339)

Bronckart (1999), ao tratar da relação entre atividade social e linguagem, busca em Leontiev (1979) sua concepção de atividade, que designaria as organizações funcionais de comportamento dos seres vivos pelas quais eles interagem com o meio ambiente e adquirem conhecimentos sobre o mesmo. Assim, se se tomar o conjunto das espécies, percebem-se

grandes atividades em função da sobrevivência (reprodução, nutrição, proteção) que estão diretamente relacionadas a processos de cooperação. As espécies animais mostram, dessa maneira, atividades necessariamente coletivas. Especificamente a espécie humana caracteriza-se por suas organizações e atividades complexas e diversas, o que, para Bronckart (1999), está relacionado à emergência da linguagem. Esta propicia às organizações e atividades humanas uma dimensão particular denominada de “social”.

Os seres humanos, ao contrário do que se sabe sobre as demais espécies animais, cooperam entre si nas atividades por meio de verdadeiras interações verbais (há objeções e negociações nas “conversações”). A atividade humana se caracteriza, de acordo com Bronckart (1999), pelo que Habermas (1987) chama de “agir comunicativo”. Bronckart (1999) inspira-se neste autor para postular um processo evolutivo da emergência dessa capacidade. Sendo assim, os indivíduos de grupos humanos primitivos – já dotados de capacidades comportamentais biologicamente superiores –, após a liberação das mãos, passaram a produzir instrumentos para executarem atividades. As primeiras produções sonoras teriam surgido pela necessidade de os humanos primitivos organizarem suas atividades instrumentalizadas. Já a emergência da linguagem propriamente dita teria ocorrido em função de uma negociação prática (ou inconsciente) das pretensões à validade designativa das produções sonoras dos indivíduos de um grupo envolvidos em uma mesma atividade. Ou seja, as relações designativas se estabilizariam como “formas comuns” de correspondência entre representações sonoras e representações sobre quaisquer aspectos do meio na cooperação ativa. Neste ponto, Bronckart (1999) retoma em uma acepção profunda o termo “signo” de Saussure (1994).

Além de a emergência do agir comunicativo ser, para Bronckart (1999), constitutiva do psiquismo humano, ela é, na mesma proporção, constitutiva do social. Os signos, devido a seu estatuto de formas negociadas e estando disponíveis para cada um dos indivíduos do grupo, cristalizam as pretensões à validade designativa veiculando representações coletivas do ambiente. A estruturação dessas representações coletivas em configurações de conhecimentos é chamada pelo autor, como o fazem Popper (1972) e Habermas (1987), de “mundos representados”. Bronckart (1999) retoma especialmente os três tipos de mundos distinguidos por Habermas (1987): “mundo objetivo”, no qual os signos remetem, essencialmente, a aspectos do meio físico; “mundo social”, no qual os signos incidem, fundamentalmente, sobre o modo de organizar a tarefa; “mundo subjetivo”, no qual os signos também advêm sobre as características individuais de cada membro engajado na tarefa.

Desse modo, Bronckart (1999) afirma que todos os conhecimentos humanos procedidos de atividades, que são fundamentalmente coletivas e sociais, apresentam um

caráter de “construto coletivo”. Essas construções coletivas – relativas a processos de cooperação interindividual – pertencem a um subconjunto estruturado por um mundo representado específico, isto é, o mundo social. Com isso, as formas de estruturar o mundo objetivo e o mundo subjetivo são condicionadas pelo mundo social, uma vez que este regula as modalidades de acesso dos indivíduos aos objetos do meio.

Dessa abordagem, Bronckart (1999) conclui que a linguagem dos indivíduos humanos é, fundamentalmente, uma característica de suas atividades sociais. A linguagem é o instrumento usado intencionalmente pelos humanos para emitir pretensões à validade relativas às propriedades do meio no qual essa atividade se desenvolve. Trata-se, assim, de uma produção interativa interligada às atividades sociais, cuja função maior é de ordem pragmática ou comunicativa. Contudo, sob o efeito das confrontações valorativas nas interações lingüísticas, os signos acabam por se estabilizar em formas compartilhadas ou convencionais de correspondência entre as representações de entidades do mundo e representações sonoras. Portanto, a linguagem adquire também uma função de ordem representativa ou “declarativa”.

As representações dos seres humanos são transformadas pela semiotização das relações com o meio – produto da interação social. Elas se tornam o produto das reformulações coletivas impostas às representações até então idiossincráticas. Em outras palavras, as representações semiotizadas são, segundo Bronckart (1999), os resultados de uma “colocação em interface” de representações individuais e coletivas. Através dessa semiotização, é introduzida uma “distância” nas relações que os seres humanos mantêm com o meio, que é uma instância de controle, mas não mais a única. Esse distanciamento possibilita a “autonomização” das produções semióticas que passam a organizar-se em uma atividade particular interdependente com as outras atividades da espécie humana, mas que se configura em organizações de signos providos de uma parcial autonomia. É assim que o autor concebe a passagem da semiotização para uma atividade de linguagem que se organiza em discursos ou em textos. Como esses textos estão sempre relacionados e interagindo com um tipo de atividade não verbal, eles diversificam-se em gêneros textuais.

Bronckart (1999) assinala, retomando os apontamentos de Saussure (1994), que os signos são, como os textos que os veiculam, produtos da interação social (do uso) e, por isso, não podem ser considerados entidades de significados estanques. Eles só são sincronicamente (e artificialmente) estáveis para uma mesma “comunidade verbal”. Bronckart (1999) ressalta ainda que os mundos representados também estão em constante transformação, visto que é através desses textos e signos com significações instáveis que os mundos são construídos. Portanto, é por meio da mediação semântica própria de cada língua que os mundos são construídos efetivamente. Deste modo, cada língua natural particular, com sua semântica

específica, marca os mundos representados, o que distingue as diversas culturas dos grupos humanos.

Ainda fazendo referência a Saussure (1994), o autor afirma que a comunidade verbal é sempre uma “instituição social”. Contudo, Bronckart (1999) acrescenta que - apesar de as comunidades verbais serem realidades sociais globais - elas não são sociologicamente homogêneas, pois abarcam organizações complexas e hierarquizadas dos mais diversos tipos. Nesse sentido, Bronckart (1999) afirma que uma comunidade verbal constitui-se por várias “formações sociais” e que cada uma delas particulariza o funcionamento da língua em função de seu objetivo. Foucault (2004) denomina essas modalidades particulares de funcionamento da língua de “formações discursivas”, o que Bronckart (1999) prefere chamar de “formações sociodiscursivas”. Para Foucault (2004), as formações discursivas seriam mecanismos que moldam os conhecimentos de modo particular dos integrantes de uma mesma formação social.

Quando Bronckart (1999) analisa os conceitos trazidos por Saussure (1994) e Foucault (2004), além de concluir que uma língua capaz de assegurar a intercompreensão dos membros de sua comunidade verbal não pode ser considerada uma entidade homogênea, conclui que os mundos representados – já condicionados pela semântica global da língua natural – marcam-se também pelas semantizações específicas induzidas pelos gêneros de textos em uso. O autor afirma que se trata de uma semantização particularmente social que incide na cultura dos membros de uma comunidade verbal.

Além do caráter social da linguagem, Bronckart (1999) não deixa de mencionar seu caráter profundamente histórico. Como, para o autor, os humanos só têm acesso ao meio por intermédio de uma atividade mediada pela língua, que se apresenta como uma acumulação de textos e signos (nos quais os produtos das relações com o meio por intermédio das elaborações e negociações das gerações anteriores já se teriam cristalizado), os mundos representados já foram “ditos” antes de nós, assim como os textos e os signos que os formaram continuam trazendo traços dessa construção histórica constante.

Neste ponto, podemos fazer menção a Bakhtin (2000) que afirma não haver um Adão bíblico em relação à linguagem. De acordo com o autor, “todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou em menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo. (...). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2000:272). Percebe-se que tanto Bakhtin (2000) e Bakhtin/Volochínov (2006) quanto Bronckart (1999) ressaltam a necessidade de se tomar a linguagem como parte de um sistema maior relacionado ao ser humano que abrange seu caráter social e sua indiscutível referência espaço-temporal. Neste

sentido, vale ressaltar que tomamos a linguagem nesta dissertação como uma atividade historicamente situada, que, ao mesmo tempo, constitui o social e é constituída por ele. Os textos de nosso córpus (os “santinhos”) podem em alguma medida exemplificar as palavras de Bronckart (1999), Bakhtin (2000) e Bakhtin/Volochínov (2006), uma vez que as escolhas lingüístico-discursivas realizadas pelos agentes-produtores do gênero textual “santinho político” refletem as características dos agentes-leitores ao mesmo tempo em que (re)constroem suas crenças, conhecimentos e valores.

### 3 Texto e discurso

Bronckart (2007), conceituando sua noção de texto e discurso, sustenta que o discurso é objeto tanto da psicologia quanto da lingüística, pois, juntamente com Bakhtin e Foucault, o autor compreende a produção do discurso como um trabalho indissolúvelmente psicológico e lingüístico. Em relação aos textos e aos gêneros, traz a seguinte definição:

(...) *formas comunicativas* globais e “finitas” constituindo os produtos *concretos* das ações de linguagem, que se distribuem em **gêneros** adaptados às necessidades das formações sociodiscursivas (...), permanecendo esses gêneros, cujo número e cujas fronteiras são por essência indeterminados, à disposição, como *modelos*, nesse construto sócio-histórico que é o **intertexto**; (BRONCKART, 2007:149)<sup>10</sup>

Para a compreensão dessa definição do autor, faz-se necessário lembrar os significados das seguintes expressões: (1) ações de linguagem, (2) formações sociodiscursivas e (3) intertexto. As ações de linguagem seriam as formas e maneiras de interagir através da linguagem e suas condições concretas de realização; já as formações sociodiscursivas têm origem na noção de Foucault (2004) sobre formação discursiva. Quanto a esta, trata-se de um desdobramento derivado da noção de formação social. Como as comunidades verbais (grupos sociais nos quais todos os seus membros utilizam uma língua natural) são compostas por organizações hierárquicas e complexas, seus membros formam grupos que mantêm interesse comum e, conseqüentemente, acabam por divergir com grupos sociais que manifestam interesses distintos. Nas palavras de Gregolin (2004: 90):

Partindo do problema da *descontinuidade* no discurso e da *singularidade* do enunciado, Foucault propõe que as dimensões próprias do enunciado sejam utilizadas na demarcação das *formações discursivas*. O que ele descreve como *formação discursiva* constitui grupos de enunciados, isto é, um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos,

---

<sup>10</sup> Grifos do autor.

a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; supõe, também, que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve. Como se pode perceber, a conceituação tem caráter teórico metodológico e institui o território da História como o campo das formações discursivas: nelas se encontram o discurso, o sujeito e o sentido.<sup>11</sup>

Por último, Bronckart (2007) faz menção ao termo **intertexto** para referir-se ao conjunto de gêneros previamente elaborados que são utilizados e transformados pelas atuais formações sociais.

Visto que o aspecto social é condicionador da linguagem, Bronckart (2007) pensa não alterar o conjunto da abordagem de Foucault (2004) ao denominar de formações sociodiscursivas as formas variadas que o trabalho de semiotização em funcionamento nas formações sociais toma.

A noção de texto verbal de Bronckart (2007) é similar ao que Costa Val (2004) compreende por texto: qualquer produção lingüística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de interação humana através da linguagem. O interessante na definição da autora é ressaltar que textos, de per si, não têm sentido na medida em que qualquer texto pode fazer sentido, em certo contexto, para determinados interactantes.

Ao abordar os sentidos de um texto, Koch (1993:24) afirma que “cada enunciação pode ter uma multiplicidade de significações, visto que as intenções do falante, ao produzir um enunciado, podem ser as mais variadas” e, também, a enunciação só é compreendida se as intenções dos locutores forem apreendidas. Devido às diversas formas de se compreender um mesmo texto, Costa Val (2004) afirma que o sentido não está no texto, ele é construído pelo interactantes do texto em contextos de uso real da língua.

Segundo Costa Val (2004), para um conjunto de palavras formar um texto, os interactantes devem percebê-lo como um todo articulado e com sentido correspondente a uma dada situação de interação. Assim, embora haja no texto recursos lingüísticos que indiquem aos agentes-leitores a construção de sentidos, cada agente-leitor pode compreender um mesmo texto de maneiras distintas devido aos conhecimentos textuais, isto é, ao saber lingüístico que cada indivíduo possui.

Compreende-se o texto quando seu recebedor atribui-lhe **coerência**. Neste sentido, esse princípio constitutivo da textualidade depende diretamente da aceitabilidade do agente-leitor, que avalia se suas informações são compatíveis com o seu próprio conhecimento no assunto. A coerência refere-se aos conceitos do texto e suas relações, de forma que a

---

<sup>11</sup> Grifos do autor.

construção de seu sentido depende da interpretação do agente-leitor e dos conhecimentos e intenções de quem o produziu. Assim, textos são chamados de coerentes pelos agentes-leitores quando estes são capazes de relacionar seus recursos lingüísticos às situações em que ocorrem.

Enfim, há, ainda, uma parte comum no processo de construção da coerência textual, já que interactantes de uma mesma sociedade compartilham conhecimentos, crenças e valores advindos de textos falados e escritos (no seio familiar, nas instituições religiosas e educacionais, nos livros e jornais, no rádio e televisor etc.). Trata-se, portanto, além de conhecimento lingüístico comum, de conhecimentos textuais e pragmáticos.

#### **4 Concepções de gêneros textuais<sup>12</sup>**

As diversas linhas teóricas que estudam a linguagem, apesar de possuírem diferentes bases epistemológicas, têm apresentado visões bastante similares e/ou complementares sobre Gêneros Textuais (doravante GTs). Assim, para proceder à descrição de “santinhos políticos” tomados como gêneros, utilizaremos contribuições de diversos autores que complementam e esclarecem pontos abordados por Bakhtin (2000) em sua discussão sobre gêneros, especialmente a abordagem de Bronckart (1999; 2006) e Schneuwly (1994), por postularem a gênese dos gêneros textuais, assim como o faz Bakhtin (2000), na interação social.

No subitem 4.1 fazemos uma leitura da visão bakhtiniana de gêneros textuais de seu capítulo “Os gêneros do discurso” e, no subitem 4.2, lançamos mão da noção de GT, sobretudo, de Bronckart (1999; 2006) e Schneuwly (1994) para ampliar nosso olhar sobre o gênero que pretendemos caracterizar: os “santinhos políticos”.

##### **4.1 A abordagem de Bakhtin sobre os gêneros**

Como conseqüência da extraordinária variedade de atividades humanas, Bakhtin (2000) observa quão ilimitada é a variedade dos gêneros textuais. Ele afirma que cada sociedade em meio a sua cultura exerce atividades que admitem um repertório de GTs que se diferencia e se expande de acordo com seu próprio desenvolvimento e complexidade. Desse modo, o autor compreende que, por mais variadas que sejam as atividades humanas, sempre estão relacionadas com os usos da língua. Estes usos, por sua vez, têm seus caracteres e modos tão diferenciados quanto os próprios campos da atividade humana.

---

<sup>12</sup> Bronckart (1999), quando separa conceitualmente texto e discurso, concebe os gêneros como sendo propriedades do texto. Por estarmos de acordo com o autor, nesta pesquisa, usaremos a expressão “gêneros textuais” mesmo quando autores como Bakhtin (2000), Todorov (1980), Adam (1992), etc. usam as expressões “gêneros de discurso”, “gêneros discursivos” ou “gênero do discurso”.

Segundo o autor, a língua em uso se faz em forma de enunciados (escritos e orais), concretos e únicos, que derivam dos componentes de um determinado campo da atividade humana. Por sua construção composicional, principalmente, e por seu conteúdo (temático) e estilo verbal, o enunciado mostra as situações, condições específicas e as finalidades de cada um dos campos da atividade humana. Esses três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional, relacionam-se na formação do enunciado, e cada um possui características de um campo da comunicação.

Bakhtin (2000) observa também que os GTs, tanto orais quanto escritos, são extremamente heterogêneos e, com isso, tem-se a conseqüente dificuldade quando se pretende definir o gênero do enunciado. Para compreender essa heterogeneidade, o autor afirma ser relevante levar em consideração a diferença fundamental existente entre os gêneros primários – simples – e os gêneros secundários – complexos.

Os gêneros primários são aqueles do cotidiano, isto é, gêneros que todo indivíduo inserido numa comunidade discursiva utiliza (especialmente os orais, mas incluem-se também gêneros escritos do cotidiano como “bilhetes”, que exigem grau mínimo de escolaridade). Já os gêneros secundários – “teatro”, “romance”, “discurso científico”, entre outros – surgem para desempenhar uma comunicação cultural mais complexa, principalmente escrita. Os gêneros secundários aspiram e transmutam inúmeros gêneros primários que se instituíram em situações espontâneas de comunicação verbal. Quando os gêneros primários tornam-se componentes dos secundários, sofrem mutações e perdem relações imediatas com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios.

Bakhtin (2000) ressalta que a inter-relação entre eles e o processo histórico de formação dos gêneros secundários explicam o caráter do enunciado (sobretudo o difícil problema da conexão entre língua, ideologias e visões do mundo), e que ignorar o caráter do enunciado e suas peculiaridades de gênero que apontam a multiplicidade do discurso em alguma área do estudo lingüístico induz ao formalismo e à abstração, desprestigiando a historicidade do estudo, enfraquecendo o liame existente entre a vida e a língua, uma vez que esta penetra naquela por meio dos enunciados concretos que a desempenham e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Cada período do desenvolvimento da língua escrita é, para o autor, assinalado pelos gêneros textuais, tanto pelos gêneros secundários – científicos, ideológicos, literários –, quanto pelos gêneros primários – linguagem cotidiana, familiar, sociopolítica, filosófica, das reuniões sociais etc. A ampliação da língua escrita em diferentes grupos da língua popular faz com que todos os gêneros apliquem um novo artifício na disposição e no acabamento do todo verbal e, também, transforma o lugar reservado ao agente-leitor. Tem-se, como conseqüência

disso, uma maior ou menor reestruturação e renovação dos GTs, proporcionando uma nova sensibilidade ao agente-leitor.

Além de os gêneros serem adequados a uma especificidade, cada um satisfaz a um determinado estilo, sendo, nesse sentido, apreciado pelos ramos de atividades humanas que o utilizam. Cada função – técnica, científica, cotidiana, ideológica, oficial – em determinadas condições, peculiar para cada uma das esferas da comunicação verbal, gera um GT, nas palavras de Bakhtin, “um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico” (Bakhtin, 2000:284). Estando o estilo inseparavelmente ligado às unidades temáticas e composicionais determinadas, ou seja, à forma de estruturar e concluir um todo, é ele (o estilo) que evidencia a relação entre quem diz/escreve e quem escuta/lê.

Como o estilo está totalmente relacionado aos GTs, Bakhtin (2000) aponta que alguns gêneros são pouco favoráveis à livre escolha de recursos lingüísticos, ou seja, por solicitarem uma configuração padrão (“documento oficial”, por exemplo), esses gêneros refletem somente os aspectos pouco profundos da individualidade. Trata-se de GTs bastante objetivos no que se deve escrever ou preencher, daí os indivíduos não terem a liberdade de ser muito criativos. Bakhtin (2000) classifica de “estilo lingüístico” ou “funcional” àqueles que se referem a um gênero típico de um determinado campo da atividade e da comunicação humana.

Bakhtin (2000) explana que apartar estilo e gênero gera uma cadeia de problemas históricos, já que as modificações diacrônicas dos estilos da língua são inseparáveis das transformações que ocorrem nos gêneros textuais. Sendo assim, os GTs são os “elos de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. “Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero” (BAKHTIN, 2000:285).

#### **4.2 A noção de gênero textual de Bronckart**

Para chegar a sua noção de gênero, Bronckart (1999:137) indica, inicialmente, seu conceito de texto: “toda unidade de produção verbal que veicula uma mensagem lingüisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência em seu destinatário”. O autor considera o texto como unidade comunicativa de nível superior, seja na modalidade escrita, seja na oral.

Ao conceber que a linguagem desenvolve-se na e para a interação, Bronckart (1999:137) sustenta que os textos, na escala sócio-histórica, são, “produtos da atividade de linguagem em funcionamento”. Ou seja, nas formações sociais, indivíduos elaboram

diferentes espécies de textos – os GTs – para facilitar o sucesso da interação e alcançar seus objetivos. Também para Marcuschi (2002), os GTs são ocorrências históricas ligadas intensamente à vida cultural e social que derivam do trabalho coletivo. Nesse sentido, os gêneros cooperariam na consolidação e na distribuição das atividades comunicativas do cotidiano como instituições sociodiscursivas e formas de ação social em qualquer circunstância comunicativa. Este autor assinala-os como ocorrências textuais altamente flexíveis e ativas que aparecem acoplados às necessidades e atividades sócio-político-culturais.

Os “santinhos políticos” podem ilustrar bem as palavras de Bronckart (1999) e Marcuschi (2002), pois se trata de um gênero cuja elaboração, distribuição e consumo estão relacionados a uma atividade social delimitada: campanhas políticas eleitorais. Sua finalidade comunicativa é de persuadir os eleitores brasileiros a votarem em determinado candidato. Em certa medida, os conhecimentos prévios dos agentes-leitores desse gênero podem ser presumidos devido ao atual contexto sócio-histórico do Brasil: país constituído por uma maioria de eleitores pouco escolarizada e politizada (Cadernos NAE, 2005). Com o objetivo de fazer os eleitores atribuírem seus votos a determinado candidato, podemos observar nas análises realizadas no capítulo IV desta dissertação que o GT “santinho político” utiliza um estilo de linguagem, em sua maior parte, formal, o que pode ser uma estratégia para identificar o candidato exposto como um indivíduo com um capital cultural herdado de uma formação acadêmica.

Bronckart (1999) ressalta que textos do mesmo gênero possuem características relativamente estáveis, fato que justifica classificar um texto como um determinado GT. O autor nota também que, como entidades sócio-históricas e produtos de interesses e objetivos específicos das formações sociais, os gêneros ficam disponíveis no intertexto para as gerações posteriores como modelos “indexados” (modelos que possibilitam o estabelecimento interativo entre interactantes, funcionando como um contrato para que o agir linguageiro seja bem sucedido).

Quanto à produção de um novo texto empírico no nível de um agente particular, o autor defende que se deve concebê-la diante das representações que esse agente faz sobre sua situação de ação (sobre o conteúdo temático, motivos, intenções etc.) e sobre os GTs indexados no intertexto. Sendo assim, constroem-se textos sempre baseados em modelos de gêneros; em outras palavras, todo texto pertence, para Bronckart (1999), a algum gênero.

Contudo, o autor reconhece que não se pode pensar numa classificação racional, estável e definitiva dos GTs por três razões: (1) por eles serem ilimitados como as atividades de linguagem das quais procedem, (2) devido aos critérios de classificação (questão social

específica, finalidade humana geral, conteúdo temático, suporte midiático, processos cognitivos mobilizados etc.) serem pouco delimitáveis e estarem em constante interação e (3), principalmente, porque uma classificação não poderia basear-se unicamente nas unidades lingüísticas que são empiricamente observáveis.

O estudo dos GTs para o autor, assim como afirmam Adam (1990) e Maingueneau (1984), deve ter a colaboração de diversos campos das ciências humanas. Além disso, para esses autores, os GTs não devem ser tratados através de abordagens puramente lingüísticas, tendo em vista que eles são determinados por elementos contextuais, sociais e históricos.

Schneuwly (1994) desenvolve a tese de que o gênero é um instrumento e, para isso, aborda as concepções de “atividade” da psicologia e do interacionismo social. Segundo o autor, a psicologia tende a compreender a atividade do indivíduo como bipolar, focalizando o sujeito, por um lado, e o objeto que sofre sua ação ou a situação de sua ação, por outro. Já o interacionismo social vê a atividade como tripolar, pois a ação do sujeito sobre um objeto ou uma situação é sempre mediada por um instrumento que determinaria seu comportamento.

“Instrumentos” são definidos por Schneuwly (1994:23) como “objetos” elaborados socialmente que são “frutos das experiências das gerações precedentes, através das quais se transmitem e se alargam as experiências possíveis”. O autor ressalta que, se houver alteração no instrumento, haverá conseqüentemente transformação nas maneiras como os sujeitos se comportam em uma situação. Dessa forma, além de os instrumentos mediar atividades, conferindo-lhes formas, eles também as representariam. Pode-se pensar, nessa mesma perspectiva, na existência de uma via de mão dupla entre transformação do instrumento e da atividade, pois a alteração de um se refletiria no outro.

O instrumento torna-se, assim, o lugar privilegiado da transformação dos comportamentos: explorar suas possibilidades, enriquecê-las, transformá-las são também maneiras de transformar a atividade que está ligada à sua utilização. (SCHNEUWLY, 1994:24)

Um gênero textual poderia, assim, ser visto como “instrumento semântico complexo” por estar diretamente ligado a uma atividade e por o seu uso facilitar o sucesso da atividade. Schneuwly (1994) passa a desenvolver uma analogia entre gênero e instrumento baseado no conceito de gênero de Bakhtin (2000), conceito este marcado, como já exposto anteriormente, pelos três elementos caracterizadores do gênero (conteúdo temático, estilo, construção composicional); pela idéia de que os GTs são “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados por esferas de interação social; e, por fim, pelo fato de que o agente-produtor de

determinada esfera escolhe o gênero mais propício para certa interação de acordo com seu propósito comunicativo, os participantes envolvidos e as necessidades da temática.

Os “santinhos”, por exemplo, podem servir de instrumentos para alcançar o voto de uma maioria de eleitores que, por ser pouco escolarizada e não ter (ou ter pouca) consciência política, não busca outras leituras ou informações sobre seus candidatos. Nesse sentido, esse tipo de eleitor pode acabar escolhendo seus candidatos baseado nas características pessoais dos mesmos, independentemente de a qual partido pertençam, de suas ideologias e propostas de trabalho.

Identificar em um gênero regularidades de organização e de marcação lingüísticas só é possível, segundo Bronckart (1999), no nível dos segmentos constitutivos do gênero, isto é, seus “tipos lingüísticos”, que, por dependerem dos recursos morfossintáticos de uma língua, são limitados. Trata-se de formas reveladoras da construção das coordenadas de mundos virtuais (totalmente distintas do mundo empírico do agente), por isso o autor denomina esses segmentos de “tipos de discurso”, e os mundos virtuais em que se baseiam de “mundos discursivos”.

Por fim, vale ressaltar, como já fizemos anteriormente, que acreditamos que o sucesso das atividades sociais se relacione às escolhas lingüísticas dos agentes envolvidos na ação de linguagem. Desta forma, como os GTs facilitam as interações languageiras, voltamos a usar a analogia de Schneuwly (1994), em termos marxistas, de que o gênero é um instrumento. Analogia interessante na medida em que o agente-produtor seleciona do intertexto o gênero textual que lhe parece mais eficiente para adaptar suas idéias, seu texto, com o objetivo de que os agentes-leitores lhe dêem a resposta que almeja.

Percebemos, portanto, que a concepção de gênero textual de Bronckart (1999; 2006), Schneuwly (1994), bem como a de Marcuschi (2002; 2003), apresentadas no presente capítulo, podem contribuir para a análise do gênero textual que constitui nosso “dado” empírico de estudo: “santinhos políticos”.

### CAPÍTULO III

#### METODOLOGIA

##### 1 O *córpus* da pesquisa

O *córpus* de nossa pesquisa constitui-se por 100 exemplares (em anexo) do gênero textual “santinho político” divulgados por campanhas eleitorais dos anos 2004, 2006 e 2008. Os “santinhos” do ano 2004 pertencem a candidatos a cargos de prefeitos/vice-prefeitos e vereadores de várias cidades do estado de Minas Gerais, tais como: Brás Pires, Conceição de Ipanema, Antônio Carlos, Santos Dumont, Presidente Bernardes, Senador, Viçosa, Rosário da Limeira, Dores do Turvo, Senhora dos Remédios, Divino, Juiz de Fora, Piranga, Belo Horizonte, Ouro Preto, Salinas, Ponte Nova, Acaiaca, Barbacena, São João do Manhuaçu, Entre Rios de Minas, Santana do Garambéu, Pedra do Anta, Guarani, Rio Pomba, Congonhas, Barroso, Carandaí, Lamim, Santa Bárbara e Chalé. Já os “santinhos” do ano 2006 trazem candidatos a cargos de senador, governador, deputado federal e deputado estadual, e foram também divulgados no estado de Minas Gerais. Por sua vez, os “santinhos” do ano 2008 referem-se a candidatos a prefeito/vice-prefeito ou vereadores das cidades mineiras de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Santa Luzia e Sarzedo.

Inicialmente, realizamos uma análise quantitativa da recorrência da criação de cada tipo de discurso nos 100 “santinhos” que compõem nosso *córpus*. A partir dessa análise qualitativa, expomos quantitativamente, em um gráfico (na página 95 desta dissertação), a recorrência da criação de cada tipo de discurso nesses textos.

Em seguida, dentre os 100 “santinhos” de nosso *córpus*, selecionamos 8 exemplares que, a nosso ver, podem representar todo esse *córpus*. A seleção desses 8 “santinhos” se deu em função dos arquétipos<sup>13</sup> psicológicos (doravante AP) que verificamos na totalidade do *córpus* (em anexo). Assim, selecionamos 2 exemplares de cada tipo de discurso criado para, dentro do método de investigação que se baseia em hipóteses interpretativas e descrições analíticas de dados obtidos da realidade social, analisarmos minuciosamente as estratégias lingüístico-discursivas utilizadas em cada um buscando convencer/persuadir os eleitores a atribuir seus votos ao candidato exposto.

A partir da seleção desses 8 exemplares do gênero textual “santinho político”, centramos nossa análise no discurso persuasivo presente nesse gênero. Realizamos essa investigação, sobretudo, por meio do suporte teórico de Charaudeau (2006), que identifica e analisa as figuras identitárias dos políticos, ou seja, a construção de seus *ethé*.

---

<sup>13</sup> O termo *arquétipo* é usado nessa dissertação - como o faz Pinto (2004) - como tradução do termo francês *architype*, uma vez que o francês estabelece uma distinção entre este termo e o termo *archetype* (arquétipo).

Por fim, passamos a analisar a arquitetura textual dos “santinhos políticos”, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos presentes nos mesmos com o objetivo de compreender o modo como esses textos se organizam para cumprir a sua finalidade comunicativa de persuadir os agentes-leitores (eleitores) a votarem em determinado candidato. Vale ressaltar que transcrevemos os textos para as análises como apresentados na versão original.

A seguir, expomos o modelo de análise de textos do ISD, o qual, juntamente a alguns estudos sobre GTs, auxilia-nos instrumentalmente a procedermos às análises do córpus visando a compreender e caracterizar o gênero textual “santinho político” através da identificação e análise das estratégias lingüístico-discursivas utilizadas em seus textos.

## **2 O quadro metodológico do ISD**

Como já afirmamos, nossa análise se baseará no aparelho conceitual desenvolvido por Bronckart (1999). Este autor propõe que todo texto é organizado em três níveis (camadas) superpostos, e em parte interativos, que constituem o “folhado textual”: (1) a arquitetura interna dos textos, (2) os mecanismos de textualização e (3) os mecanismos enunciativos. Essa divisão de níveis de análise é concebida pelo autor como necessidade metodológica para se desvendar a complexidade da organização textual. Descreveremos, a seguir, cada um desses níveis que serão usados na análise dos 8 “santinhos políticos” que formam o córpus real da presente dissertação.

### **2.1 Arquitetura Textual**

Na hierarquia de Bronckart (1999), a arquitetura interna dos textos é o nível mais profundo. Constitui-se pelo plano geral do texto, pelos tipos de discurso, pelas modalidades de articulação entre seus tipos de discurso e pelas seqüências que casualmente aparecem no plano geral do texto.

#### **2.1.1 O plano geral do texto**

O plano geral do texto refere-se à disposição de conjunto do conteúdo temático. De acordo com Bronckart (1999), ele pode, de um lado, ser codificado em um resumo e, de outro, apresentar-se claramente no processo de leitura. O autor nota que ele pode adquirir formas extremamente variáveis por três motivos.

A primeira razão para essa diversidade está relacionada com o gênero textual no qual o texto se insere, uma vez que os próprios gêneros são vistos por diversos pesquisadores como uma entidade de número ilimitado. O segundo motivo deve-se aos diversos fatores (a

natureza do conteúdo temático, as condições externas de produção, a finalidade comunicativa, os agentes da interação etc.) que atribuem a um texto empírico sua singularidade. O terceiro e principal motivo tem relação direta com os tipos de discurso, com as seqüências e demais formas de planificação que aparecem no texto determinando o próprio plano geral do texto.

Devido ao fato de serem os tipos de discurso e as formas de planificação local passíveis de categorização e, conseqüentemente, de classificação, Bronckart (1999) propõe-se a descrever um plano de texto levando em consideração, em primeiro plano, os tipos e, em segundo, as formas de planificação local ou as seqüências. Essa hierarquia é dada pelo autor porque, segundo ele, todos os textos seriam necessariamente compostos de tipos de discurso por estes se basearem em operações constitutivas dos mundos discursivos; as seqüências, por sua vez, apareceriam eventualmente em um texto revelando operações acessórias, de caráter dialógico. Além disso, o lugar principal é concedido aos tipos de discurso pela constatação de que são eles os responsáveis por determinar, na maior parte das vezes, a distribuição dos tipos de seqüências.

A seguir, serão abordados, mais detalhadamente, os tipos de discurso tanto em sua acepção psicológica quanto em sua acepção lingüística.

### **2.1.2 A criação psicológica e lingüística dos tipos de discurso**

Os tipos de discurso nomeiam os segmentos diversos de um texto e constituem os elementos fundamentais da arquitetura interna dos textos. Bronckart (1999) aborda esse conceito como uma continuidade dos trabalhos de Benveniste (1966), Weinrich (1973) e Simonin-Grumbach (1975).

Benveniste (1966) fez um estudo sobre as “relações de tempos” nos quais sustenta que os tempos verbais da língua francesa distribuem-se em dois sistemas complementares e distintos, o que implicaria dois planos de enunciações diferentes: da história e do discurso. Assim, a enunciação histórica consistiria em relatar acontecimentos passados sem a presença de traços do agente-produtor, isto é, sem unidades dêiticas do tipo de “eu”, “tu”, “aqui”, “agora” etc. Já a enunciação discursiva se caracteriza por uma mobilização do agente-produtor que deseja de qualquer modo influenciar o agente-leitor.

Weinrich (1973), também estudando os tempos, distingue analogamente os “tempos do comentário” e os “tempos da narração”, integrando uma oposição de “mundos” a essa distinção. Dessa forma, os “tempos do comentário” pertenceriam ao “mundo comentado”, enquanto os “tempos da narração” competiriam ao “mundo narrado”.

Para Bronckart (1999), Weinrich (1973) assinala mais explicitamente do que Benveniste (1966) o fato de os tempos verbais não serem as únicas unidades capazes de

distinguir os mundos. Bronckart (1999) traz, por fim, o trabalho de Simonin-Grumbach (1975), que tentou identificar o conjunto das unidades discriminativas dos “planos enunciados” ou “mundos”, chamados pelo autor de “tipos de discurso”. Esta pesquisadora esforçou-se, segundo Bronckart (1999), para formalizar e descrever as operações psicológicas constitutivas desses tipos. Em suas palavras:

é necessário (...) que a lingüística encontre os meios de dar conta das operações que o sujeito falante efetua para produzir um enunciado e do modo como se pode reconstruir, a partir dos traços ambíguos dos enunciados, as operações que ligam os enunciados aos sujeitos que os produziram. É nessa condição que a lingüística poderá verdadeiramente tornar-se uma ciência da linguagem e não somente uma gramática. (SIMONIN-GRUMBACH, 1975:118, apud BRONCKART, 1999:151)

Através da abordagem desses autores, Bronckart (1999) constrói a sua com o objetivo de descrever, de um lado, os planos de enunciação ou mundos discursivos e as operações psicológicas nas quais se baseiam e, de outro lado, as configurações de unidades lingüísticas “que traduzem” esses mundos em uma língua natural.

O autor centra-se, inicialmente, na questão da criação dos mundos discursivos, pois, para ele, a atividade de linguagem baseia-se – por causa de sua natureza semiótica – na criação de mundos virtuais. Nesse sentido, por convenção, os mundos representados pelos agentes humanos são denominados por Bronckart (1999) de “mundo ordinário”, cuja expressão estaria reunindo os três mundos formais postulados por Habermas (1987)<sup>14</sup>, enquanto os mundos virtuais criados pela atividade de linguagem são chamados de “mundos discursivos”.

Bronckart (1999) distingue quatro mundos discursivos: Mundo do Expor implicado, Mundo do Expor autônomo, Mundo do Narrar implicado e Mundo do Narrar autônomo. Para a compreensão desses mundos discursivos é necessário, inicialmente, tecer algumas considerações sobre os dois subconjuntos de operações que ancoram as suas construções. Para o autor, o primeiro subconjunto de operações explicita a relação existente entre as coordenadas gerais do mundo ordinário no qual a ação de linguagem de que o texto se origina é desenvolvida. O segundo está especialmente interligado, de um lado, ao relacionamento entre as várias instâncias de agentividade (personagens, instituições etc.) e sua inscrição espaço-temporal (exatamente como são mobilizadas em um texto) e, de outro lado, aos parâmetros físicos da ação de linguagem em curso (agente-produtor, eventual agente-leitor e espaço-tempo de produção).

---

<sup>14</sup> Esses mundos estão descritos na página 23 desta dissertação.

O autor resume as operações de construção das coordenadas gerais que organizam o conteúdo temático mobilizado em um texto em uma decisão de caráter binário. Ou seja, essas coordenadas podem ser apresentadas como “disjuntas” das coordenadas do mundo ordinário da ação de linguagem, ou, não ocorrendo esse distanciamento de forma explícita, as coordenadas apresentam-se como “conjuntas” às da ação de linguagem. Quando **disjuntas**, a organização das representações mobilizadas como conteúdo (fatos passados ou futuros, imaginários ou plausíveis) deve ancorar-se em uma origem espaço-temporal (especificadora do tipo de disjunção operada), através de fórmulas temporais (“ano passado”, “ontem”, “no ano 2020” etc.), ou ainda por meio de fórmulas espaciais (“era uma vez, em uma terra não muito distante...”). Segundo Bronckart (1999), a ancoragem em uma origem espaço-temporal faz os fatos organizados serem **narrados**. No segundo caso, quando **conjuntas**, as representações mobilizadas organizam-se em referência mais ou menos direta às coordenadas gerais do mundo da ação de linguagem, pois não há uma ancoragem em uma origem espaço-temporal. Desse modo, os fatos são organizados de forma que se apresentam acessíveis ao mundo ordinário dos protagonistas da interação de linguagem, sendo, por isso, **expostos**.

Através dessa primeira distinção, Bronckart (1999) separa os mundos “da ordem do NARRAR” e os mundos “da ordem do EXPOR”. Os mundos da primeira ordem são situados em um “outro lugar”, que pode ser avaliado ou interpretado pelos seres humanos por permanecerem, em alguma medida, similares ao mundo ordinário. Quanto maior o grau de similaridade, menor serão os desvios em relação às regras em vigor no mundo ordinário. Os gêneros históricos, por exemplo, criam mundos com menos desvios do que o gênero fábula, no qual animais ou objetos podem falar. A partir dessas comparações, o autor distingue o “narrar realista”, cujo conteúdo pode ser avaliado e interpretado de acordo com os critérios de validade do mundo ordinário, e o “narrar ficcional”, que veicula conteúdos que só podem ser parcialmente avaliados.

Em relação aos mundos da ordem do Expor, a situação mostra-se de modo distinto, pois, por apresentarem conteúdo temático dos mundos discursivos conjuntos, são sempre avaliados e interpretados de acordo com os critérios de validade do mundo ordinário. Isto nos remete aos gêneros textuais, uma vez que o agente-leitor possui conhecimentos de suas características e sabe, em certa medida, o que pode esperar de cada um deles. Como ocorre, por exemplo, com o gênero fábula, no qual os agentes-leitores admitem que animais tenham comportamentos e características humanas.

Bronckart (1999) também descreve as operações de explicitação da relação com os parâmetros da ação de linguagem em curso em termos de uma oposição de caráter binário. Ou um texto (ou segmento de texto) pode “implicar” os parâmetros da ação de linguagem,

explicitando a relação que suas instâncias de agentividade mantêm com esses parâmetros (agente-produtor, eventual agente-leitor e sua situação no espaço-tempo) através de referências dêiticas a esses mesmos parâmetros. Ou, ainda, essa relação pode não ser explicitada, de forma que as instâncias de agentividade do texto relacionem-se indiferente ou independentemente com os parâmetros da ação de linguagem em curso, isto é, com “autonomia”.

A relação de implicação com os parâmetros da ação de linguagem e a de autonomia com esses mesmos parâmetros são a segunda distinção que Bronckart (1999) estabelece entre os mundos discursivos. Essa distinção foi reformulada pelo autor, em parte, da oposição introduzida por Benveniste (1966) entre mundos que mobilizariam traços do agente-produtor e mundos que não o fariam, e também, e mais fortemente, da oposição introduzida por Hamburger (1986) sobre mundos articulados a um “Eu-origem real” e mundos articulados a um “Eu-origem ficcional”.

Já quanto à primeira distinção feita por Bronckart (1999) entre os mundos da ordem do Narrar e os mundos da ordem do Expor, trata-se de uma reformulação, em parte, das noções introduzidas por Weinrich (1973) sobre “mundo narrado” e “mundo comentado” e também da oposição introduzida por De Both-Diez (1985) entre “mundo atual” e “mundo não atual”.

Através das operações constitutivas dos mundos discursivos, isto é, cruzando as distinções entre as ordens “narrar”/“expor” e a oposição implicação/autonomia surgem os quatro mundos discursivos, já expostos anteriormente, definidos em Bronckart (1999).

Somente a partir de formas lingüísticas que os semiotizam é que esses mundos e suas operações constitutivas são passíveis de identificação. Portanto, eles são dependentes dessas formas. Por meio dessa constatação, Bronckart (1999) aponta o problema metodológico delicado de essas formas lingüísticas serem apreendidas sob o ângulo das operações psicológicas que subjazem a elas ou, ainda, de essas formas serem tomadas sob o ângulo efetivamente das marcas lingüísticas observáveis. Por um lado, os mundos discursivos são constituídos por operações psicológicas gerais, isto é, de caracteres universais, por serem independentes de características próprias das línguas naturais; por outro lado, os mundos discursivos são traduzidos por marcas lingüísticas específicas das línguas naturais.

Devido a esses dois possíveis olhares, o autor introduz, como Bain (1985), a distinção entre “tipo psicológico” (arquitipo) e “tipo lingüístico”. A primeira expressão designa o tipo de discurso como uma entidade abstrata que é apreendida somente pelo ângulo das operações psicológicas “puras”, sem alguma referência aos recursos morfossintáticos de uma língua natural particular. Por sua vez, a segunda expressão indica uma entidade real na qual o tipo de discurso é semiotizado por uma língua natural.

Tanto para uma psicologia da linguagem quanto para uma lingüística geral, Bronckart (1999:156) aborda a noção de arquétipo psicológico como sendo de fundamental importância e aponta o seguinte postulado: “as propriedades gerais da linguagem humana podem ser identificadas por abstração-generalização a partir das diferentes formas de realização observáveis em línguas naturais”.

Assim, os tipos de discurso correspondentes aos mundos discursivos são apresentados por Bronckart (1999:157) em um quadro de dupla entrada:

		Coordenadas gerais dos mundos	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	NARRAR
Relação ao ato	<u>Implicação</u>	<u>Discurso interativo</u>	<u>Relato interativo</u>
de produção	<u>Autonomia</u>	<u>Discurso teórico</u>	<u>Narração</u>

O “discurso interativo”, se focalizado pelo construto abstrato, “puramente” psicológico, pode ser relacionado a uma interação entre dois agentes (se reais) ou personagens (se ficcionais) em uma situação de ação de linguagem. Os interactantes alternam tomadas de turnos em um espaço-tempo comum, assim o mundo discursivo que se cria é conjunto ao mundo ordinário, ou seja, as coordenadas gerais desse mundo discursivo não são colocadas à distância do mundo ordinário dos interactantes. Já o fato de se tratar de um expor dialogado caracteriza-o como implicado aos parâmetros físicos da ação de linguagem.

Sob o ângulo mais concreto desse tipo de discurso – o discurso interativo –, pode-se identificar o tipo discursivo que ele apresenta. Segundo Bronckart (1999), na língua francesa esse tipo de discurso apresenta-se na forma de diálogo ou de monólogo, oralmente ou por escrito. Uma característica significativa do discurso interativo é a presença de unidades que remetem à própria interação de linguagem (real ou encenada). Isso se faz por meio de dêiticos temporais (“agora”, “hoje”, “ontem”, “amanhã” etc.), dêiticos espaciais (“aqui”, “lá” etc.) e demonstrativos (“isso”, “aí” etc.). Os exemplos a seguir, extraídos de nosso corpus, ilustram o discurso interativo:

- “Santinho” (6): “*Agora, César Medeiros pede novamente o seu apoio para continuar representando nossa gente na Câmara Federal*”;
- “Santinho” (45): “*José Martins de oliveira, aí vem José Gravino, residente (...)*”;
- “Santinho” (51): “*Nos próximos dias levarei até você minhas propostas (...)*”.

O caráter conjunto implicado do mundo discursivo criado pelo discurso interativo é marcado, em francês, por um subsistema de tempos verbais, especialmente pelo presente e pelo passado composto – que corresponde ao pretérito perfeito do indicativo da língua portuguesa. No francês, acrescenta-se freqüentemente a esses tempos verbais uma forma de futuro perifrástico com *aller* [ir] + infinitivo (ex.: “*ça va passer*”=> “isso vai passar”). O momento dos acontecimentos verbalizados no texto e o momento da tomada de palavra da interação são expressos, segundo o autor, por esses três tempos de base que, em termos de valor, exprimem a simultaneidade, a anterioridade e a posterioridade, respectivamente.

Tanto na interação por turnos de fala quanto nos monólogos há a presença forte de frases interrogativas, exclamativas e imperativas em detrimento das declarativas. Outras unidades caracterizadoras do discurso interativo são: a presença de nomes próprios, como a de verbos e pronomes de primeira e segunda pessoa do singular e plural, que são direcionados aos agentes/personagens; o uso do pronome indefinido *on*, no francês, funcionando como pronome de primeira pessoa do singular ou do plural (o que, no português, pode corresponder ao uso de “você” ou de “a gente”); a presença de auxiliares de modo, como “poder”, “dever”, “ser preciso” e “querer” e, ainda, de anáforas pronominais. A seguir, alguns segmentos do “santinho” (20), extraído do nosso cópulus, ilustram marcas do discurso interativo, como as frases interrogativas, exclamativas e imperativas, pronomes fazendo referência aos agentes da ação de linguagem e auxiliares de modo:

- “Santinho” (20): “*Precisamos* melhorar! (...) Contando com o *seu* apoio, *nós* teremos a união fazendo a força e com o poder de Deus, quem vencerá? *Vamos* trabalhar juntos! *Obrigado* pela *sua* confiança!”

Por sua vez, o “discurso teórico” também constrói, abstratamente, um mundo discursivo cujas coordenadas gerais não são explicitamente distanciadas das do mundo ordinário do agente-produtor. Como no discurso interativo, a origem espaço-temporal está ausente, o que o faz construir um mundo conjunto ao do mundo ordinário do agente. Todavia, o discurso teórico se diferencia do discurso interativo devido à sua autonomia em relação aos parâmetros físicos da ação de linguagem de que o texto se origina. Assim, para interpretar um discurso teórico, não é necessário o conhecimento dos parâmetros da situação de ação de linguagem de que se origina.

Quanto ao seu tipo discursivo, o discurso teórico se caracteriza, em princípio, por ser monologado e escrito e, conseqüentemente, por fazer uso de frases declarativas – caráter que já o diferencia do outro discurso do mundo do expor – o discurso interativo. O discurso teórico, também diferentemente do discurso interativo, não apresenta unidades remissivas aos interactantes ou ao espaço-tempo da produção como os demonstrativos e os dêiticos espaciais

e temporais. Nem traz nomes próprios e pronomes de primeira e segunda pessoa do singular com valor exofórico, ou mesmo verbos na primeira e segunda pessoa do singular.

Esse tipo de discurso – teórico – explora o mesmo subconjunto de tempos dos verbos do discurso interativo, mas apresenta duas características distintas, pois as formas presente e condicional são usadas em dois terços dos casos, segundo Bronckart (1999). Já o presente e o pretérito perfeito teriam no discurso teórico um valor genérico diferente do valor dêitico que, geralmente, apresentam no discurso interativo.

A essas características que, de acordo com o autor, já eram esperadas, acrescentam-se ainda outras que foram verificadas nas análises empíricas, como: o uso de muitos organizadores com valor lógico-argumentativo (ex.: “primeiro”, “de fato”, “mas” etc.); a presença de múltiplas modalizações lógicas, assim como do auxiliar de modo “poder” (ex.: “**é evidentemente falsa** tal asserção” e “o lagarto **pode** viver sem a sua cauda”<sup>15</sup>); a presença recorrente de procedimentos de focalização de alguns segmentos de texto e de procedimento de referência a outras partes do texto ou do intertexto científico; a exploração de frases passivas e, ao lado das anáforas pronominais, também as nominais. A seguir, podem-se observar nos segmentos de “santinhos” algumas das marcas do tipo discurso teórico como a ausência dos agentes da ação de linguagem e presença de frases declarativas. Vale apontar que tais marcas são similares às utilizadas na língua francesa, porém, especificamente em relação aos “santinhos políticos” que criam o discurso teórico, não temos observado o uso do futuro do pretérito.

- “Santinho” (74): “Fiscalização efetiva da utilização dos recursos públicos para que eles cheguem em sua totalidade ao seu destino, em benefício da população”;
- “Santinho” (83): “Projeto de uma usina de reciclagem de lixo, onde serão produzidos caixas receptoras para serem distribuídas as comunidades carentes”;<sup>16</sup>
- “Santinho” (99): “Thelma Crivellari está tentando levar adiante os projetos de seu filho, que é deficiente físico e, ao tentar se candidatar, encontrou algumas dificuldades. Por isso, sua maior proposta é ajudar os deficientes – não só no acesso público – mas também na sua inserção no mercado de trabalho”.

Há, ainda, os tipos de discurso da ordem do narrar: o “relato interativo” e a “narração”. No âmbito das operações psicológicas, ambos os tipos de discurso criam um mundo discursivo cujas coordenadas gerais são disjuntas das coordenadas do mundo ordinário do

---

<sup>15</sup> Exemplos inspirados nos exemplos de Bronckart (1999).

<sup>16</sup> Ressaltamos que os segmentos são aqui copiados fielmente aos textos dos “santinhos” (em anexo), mesmo que esses apresentem problemas em relação às regras da gramática normativa. No exemplo citado do “santinho” (83), o termo “produzidos” deveria estar no feminino para concordar com “caixas” e faltou crase em: “para serem distribuídas às comunidades carentes”.

agente-produtor e dos agentes-leitores. Porém, no relato interativo, há implicação dos parâmetros físicos da ação de linguagem em curso, enquanto, na narração, não se vê essa implicação e não se faz referência direta ao agente-produtor.

Essas operações podem ser mais bem compreendidas focalizando seus tipos concretos ou lingüísticos. Desse modo, o tipo lingüístico do relato interativo do francês, bem como do português é caracterizado, em princípio, como monologado. Ele pode ocorrer em uma situação de interação real (oral) ou dentro de um gênero escrito como o romance. Por ser monologado, explora somente frases declarativas e os tempos dos verbos mais explorados são o passado composto (em português, pretérito perfeito) e o imperfeito, aos quais se associam, às vezes, às formas do mais-que-perfeito, do futuro simples e do futuro do pretérito.

O relato interativo faz uso de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos etc.) para decompor o narrar desenvolvido a partir da origem espaço-temporal, explícita ou não. A origem espaço-temporal pode ser expressa como destacado nos exemplos a seguir:

- Santinho (27): “Viveu em *São Paulo por vários anos*”;
- Santinho (31): “*Há seis anos*, Aécio e Pimentel fizeram uma escolha que virou exemplo para o país (...). Pimentel o conhece *há 40 anos, quando* lutaram juntos contra a ditadura”;
- Santinho (46): “Ingressou *em 1986*, como motorista do Departamento de Transportes na PMV. Foi nomeado como motorista do gabinete do prefeito *por 3 mandatos*”.

Esse tipo de discurso apresenta pronomes de primeira e segunda pessoas do singular e do plural remissivos aos protagonistas da ação de linguagem na qual o relato foi desenvolvido. Outra característica do relato interativo, apontada por Bronckart (1999), é o fato de ele apresentar predominantemente anáforas pronominais que às vezes se associam às nominais por repetição fiel do sintagma antecedente.

Por último, a narração é um tipo de discurso que explora frases declarativas quando escrito e monologado. Seu caráter disjunto autônomo é marcado pelos seguintes tipos lingüísticos no francês, bem como no português: uso do subsistema dos tempos verbais da “história” ou “narrativos”, predominando o pretérito simples (pretérito perfeito no português) e o imperfeito. Acrescentam-se a esses tempos as formas compostas correspondentes (passado anterior e mais-que-perfeito – ambos correspondem, no português, ao mais-que-perfeito composto), bem como o condicional (no português, futuro do pretérito) e formas complexas (auxiliar no imperfeito + infinitivo).

Assim como os organizadores temporais caracterizam o relato interativo, esses elementos lingüísticos caracterizam também a narração. São, portanto, elementos constitutivos da ordem do Narrar. Mas, vale apontar que, ao contrário do relato interativo, a narração não se utiliza predominantemente das anáforas pronominais, pois apresenta tanto estas quanto as nominais (especialmente em retomadas por substituição lexical).

O fato de, na narração, não se fazer referência direta ao agente-produtor é nitidamente observável pela ausência de pronomes de primeira e segunda pessoas do singular e do plural. Deste modo, não há remissões lingüísticas diretas ao agente-produtor do texto ou dos agentes-leitores, como se pode observar nos segmentos do tipo narração expostos a seguir:

- Santinho (65): “Nascida em Rio Pomba em 1980, filha de Gilson Arrighi Gaudereto e Maria das Neves Gaudereto. Encontrou no PT as companheiras e companheiros (...)”;
- Santinho (67): “Geraldo Sávio Gonçalves, nascido em Piedade do Rio Grande, em 25/05/60, mudou-se para Barroso em 1971”.

No decorrer deste subitem, dedicado aos tipos de discurso, verificou-se que eles são, segundo Bronckart (1999), em número limitado e, por isso, passíveis de categorização e classificação. Verificou-se também que, quando os tipos de discurso são tomados pela sua superficialidade lingüística no texto, são denominados de tipos lingüísticos. Neste sentido, em cada língua natural há configurações de unidades específicas possíveis de aparecer em cada um desses tipos de discurso. Contudo, os tipos de discurso podem ser concebidos através de traços de operações psicológicas mais gerais, isto é, universais, sendo identificáveis como tipos psicológicos ou abstratos que independem das especificidades de cada língua natural.

### **2.1.3 Modalidades de articulação entre os tipos de discurso e suas variações**

A problemática das questões internas dos tipos de discurso e da questão da permeabilidade/impermeabilidade das fronteiras entre eles é colocada, por Bronckart (1999), em um alto grau de importância. Segundo o autor, para a formulação do quadro metodológico das questões da textualidade, no âmbito do ISD no qual é considerada a hipótese de haver quatro tipos de discursos fundamentais, foi necessário admitir a existência de alguns tipos mistos assim como de variantes internas a esses tipos, pois “unidades *não previstas* ou *atípicas* podem aparecer localmente, em qualquer tipo de discurso”<sup>17</sup> (Bronckart, 1999:206). Admitiu-se, também, que, sendo essa delimitação dos tipos em parte insatisfatória, deve-se explorar essa categorização como instrumento para análises heurísticas passíveis de correções.

---

<sup>17</sup> Grifos do autor.

Bronckart (1999) justifica que os tipos lingüísticos modificam-se com o tempo, especialmente devido aos efeitos das modificações que ocorrem nos próprios gêneros textuais em que se inscrevem. O autor utiliza o gênero romance para mostrar o que tem ocorrido na língua francesa em relação ao tipo **narração**. As características lingüísticas desse tipo estariam mudando devido à vontade de alguns autores franceses de alterar a finalidade e o estatuto do GT romance, fenômeno que tem ocorrido desde o fim do período do Francês Médio. Assim, tais escritores têm optado pelo uso do perfeito simples para esse tipo de discurso em francês.

Os tipos discursivos assim como os gêneros textuais possuem, de acordo com Bronckart (1999), o estatuto de modelos disponíveis no interdiscurso da língua. Um agente-produtor, na construção de seu texto, mobiliza um desses modelos e pode adaptá-lo ou, até mesmo, transformá-lo. Todavia, como os tipos são condicionados por recursos lingüísticos limitados e sistêmicos de que uma língua particular dispõe, suas transformações são mais raras e limitadas do que as mudanças que ocorrem nos gêneros. É por isso que, no ISD, atribui-se tamanha importância aos tipos de discurso e desenvolve-se um trabalho para classificá-los.

Retomando a proposta de Bronckart (1999), primeiramente, sobre as variações internas dos tipos de discurso, identificam-se, inicialmente, dois subconjuntos de **discursos interativos**: discursos interativos primários e discursos interativos secundários. Os discursos interativos primários são assim denominados porque seus segmentos referem-se diretamente ao mundo ordinário dos interactantes – sendo freqüentemente chamados, por isso, de “discursos autênticos”. Trata-se de um subconjunto de discursos interativos originalmente pertencentes a gêneros textuais da modalidade oral, tais como: intervenção política, conversação e entrevista. Sendo assim, o mundo discursivo que é construído pelo **discurso interativo primário** relaciona-se ao mundo ordinário dos agentes da interação e, por isso, lingüisticamente, um segmento desse tipo de discurso apresenta marcas das instâncias de agentividade que remetem diretamente aos interactantes (“dêixis externa”), assim como sua organização depende da estrutura da ação em curso.

Já o **discurso interativo secundário** aparece no quadro de gêneros textuais da modalidade escrita, como: conto, novela e romance. Para o autor, esse segundo subconjunto se constitui por segmentos de discurso direto que, ao contrário do mundo discursivo que se constrói no primeiro subconjunto, criam um mundo relacionado aos parâmetros do mundo posto em cena no “discurso principal”, isto é, não relacionado aos parâmetros de uma interação desenvolvida no mundo ordinário.

O que o autor chama de **discurso principal** possui relação com o caráter permeável/impermeável das fronteiras entre os tipos de discurso. Uma das formas de articulação entre os tipos de discurso indicadas por ele é o “encaixamento”. No caso do **discurso interativo secundário**, eles são mais frequentemente encaixados em segmentos dos tipos **relato interativo** e **narração**. E é a esses **discursos encaixantes** que Bronckart (1999) denomina de **discurso principal**.

Essa especificidade do **discurso interativo secundário** marca-se lingüisticamente por referências dêiticas das instâncias de agentividade do segmento de **discurso direto** aos interactantes representados no discurso principal (“dêixis interna” ao texto). Marca-se, também, na organização desse segmento por meio de turnos de fala. Essa organização depende da progressão dos acontecimentos encenados nesse mesmo **discurso principal**.

Por sua vez, o **discurso teórico**, embora tenha sua autonomia lingüisticamente marcada (no gênero dicionário, por exemplo), apresenta a assinatura do autor empírico no paratexto e, no gênero monografia, pode-se encontrar, muitas vezes, segmentos de **discurso interativo** pelos quais se fazem remissões à própria atividade expositiva, tal como: “Não se pretende, no presente capítulo, esmiuçar o sentido da lógica aristotélica. Ao contrário, pretendemos fazer somente alguns apontamentos para que possamos...”<sup>18</sup>.

Segmentos, como o citado acima, devem ser considerados, de acordo com Bronckart (1999:191-192), “como pertencentes a um discurso interativo monologado, que se sobrepõe localmente ao discurso teórico propriamente dito”. Assim, o gênero monografia pode apresentar segmentos de discursos teóricos entrecortados por segmentos de discursos interativos monologados ou, ainda, trazer outra forma de articulação entre os tipos de discurso indicada pelo autor, ou seja, a “fusão” que, neste caso, ocorre entre o **discurso interativo** e o **discurso teórico** de forma a não se poder delimitar claramente um e outro.

Bronckart (1999) afirma que esse tipo “misto interativo-teórico” aparece, especialmente, em exposições orais (intervenções pedagógicas, políticas, científicas etc.); mas, também, em exposições escritas (brochuras de propagandas, manuais, editoriais etc.). O autor explica essa **fusão** em decorrência de uma restrição dupla que sofre quem escreve um texto em um gênero como uma monografia. Na situação de produção de um texto de monografia, seu autor deve apresentar informações consideradas por ele como verdades autônomas, isto é, que não dependem das circunstâncias particulares da situação material de produção a que se insere. Ao mesmo tempo, deve, além disso, levar em consideração os possíveis agentes-leitores, mesmo sem ter contato direto com eles. Assim, um autor de uma

---

<sup>18</sup> Exemplo criado por nós.

monografia, apesar de se inscrever nas coordenadas de um mundo **teórico**, quer a atenção, a aprovação e antecipar as objeções de seu possível leitor, o que o faz inscrever-se nas coordenadas de um mundo **interativo**.

Já nos **relatos interativos**, ocorre uma subdivisão do mesmo modo que no discurso interativo. Distinguem-se os relatos interativos primários dos relatos interativos secundários. Os **relatos interativos primários**, assim como os **discursos interativos primários**, pertencem originalmente a gêneros textuais da modalidade oral (a intervenção política, a conversação e a entrevista são alguns exemplos). O mundo discursivo criado nesse tipo de relato interativo está relacionado com o mundo ordinário dos agentes da ação de linguagem em curso, pois as instâncias de agentividade do segmento de relato interativo fazem remissão direta a esses mesmos agentes por meio da “dêixis externa”.

Os **relatos interativos secundários**, assim como os discursos interativos secundários, aparecem no quadro de gêneros de modalidade escrita. Bons exemplos são os romances e as peças de teatro, nos quais os relatos interativos secundários são, de acordo com Bronckart (1999), quase sempre **encaixados** em segmentos de **discurso interativo secundário**. Do mesmo modo que ocorre no discurso interativo secundário, o mundo discursivo criado pelo relato interativo secundário não possui relação com os parâmetros de uma interação desenvolvida no mundo ordinário. Seu mundo discursivo está relacionado aos parâmetros do mundo posto em cena no discurso interativo secundário. As marcas lingüísticas que revelam esse relacionamento são feitas pelas referências dêiticas das instâncias de agentividade do segmento de relato aos interactantes que figuram no discurso interativo secundário (“dêixis interna” ao texto).

O exemplo, a seguir, foi retirado de nosso cópuz e serve para ilustrar uma articulação por encaixamento. Verifica-se que essa articulação é marcada lingüisticamente pelo sintagma nominal “Sérgio Miranda” em negrito.

#### “Santinho” (8)

Para mudar de verdade

Quando os valores e a coerência parecem desaparecer, temos que nos manter inconformados, buscar novas esperanças e construir uma alternativa para o Brasil.

É preciso abrir novos caminhos: dar um basta na política que concentra riqueza e poder nas mãos dos financistas nacionais ou estrangeiros às custas da redução dos direitos dos trabalhadores e do povo. Juntos, vamos garantir:

- Nova política econômica, que valorize o trabalho, a justiça social, a soberania nacional e o desenvolvimento do país.
- Recursos para a Saúde, Educação e demais serviços – contra os cortes nos gastos sociais.
- Nenhum direito a menos para os trabalhadores e aposentados.

**Sérgio Miranda**, por sua credibilidade e coerência, foi confirmado em 2006, pela 11ª vez consecutiva, um dos cem melhores parlamentares do Congresso, segundo o Diap.

LEVE ESTA COLA NO DIA DA VOTAÇÃO  
seu voto para DEPUTADO FEDERAL  
1236  
Sérgio Miranda

Bronckart (1999) salienta que ambos os subconjuntos de relato interativo (primário e secundário) possuem, globalmente, as mesmas características lingüísticas. Todavia, ele afirma que a coerência e a inteligibilidade dos relatos interativos secundários são freqüentemente maiores do que as dos primários. Este mesmo fenômeno é observado no discurso interativo secundário em relação ao discurso interativo primário. Com isto, o autor reflete sobre a possibilidade de essas diferenças de clareza e inteligibilidade serem consequência tanto de o **discurso interativo primário** quanto de o **relato interativo primário** aparecerem especialmente em gêneros da **modalidade oral**, assim como pelo fato de o **discurso interativo secundário** e o **relato interativo secundário** serem observados fundamentalmente em gêneros da **modalidade escrita**. Contudo, o autor acredita serem essas diferenças mais prováveis em função da própria oposição primário/secundário, de maneira que os relatos “autênticos” seriam normalmente menos inteligíveis do que os relatos “reproduzidos”.

Por último, a **narração**, como se viu, é um tipo de discurso que possui um caráter **disjuncto/autônomo** marcado especialmente pela ausência de pronomes de primeira e segunda pessoas do singular e do plural remissivos ao agente-produtor ou aos agentes-leitores. No entanto, é sabido que há segmentos narrativos que comportam marcas de primeira pessoa. Aparentemente, esse fato seria uma contradição, mas, nesses casos, o que ocorre é uma confusão do narrador com o autor propriamente dito que cria o narrador. O narrador é uma propriedade do mundo narrativo construído e, por isso, quando ele usa pronomes e verbos na primeira pessoa, não se trata de uma referência dêitica ao autor empírico.

Nem mesmo em segmentos narrativos autobiográficos, segundo Bronckart (1999), essas instâncias de agentividade fariam referência direta a seu autor empírico. De fato, trata-se de um personagem que “representa” o autor em um mundo narrativo encenado e não o autor empírico. A comprovação disso seria a possibilidade de contestações da veracidade da história narrada, explicitando a diferença de estatuto entre o mundo ordinário em que efetivamente ocorreram os fatos e o mundo narrado do personagem. Desta forma, o mundo discursivo criado por esse subconjunto de narrações que apresentam marcas de primeira pessoa permanece autônomo em relação aos parâmetros da ação de linguagem envolvida.

Outra variável desse tipo de discurso refere-se à característica que tem de explorar os tempos narrativos, o que não incluiria tempos no presente. Todavia, observam-se segmentos narrativos com ocorrências locais de presente ou que possuem como tempo de base uma forma de presente (denominada de “presente de narração”, “presente histórico” ou “presente dramático”). Ao contrário do que alguns analistas do discurso afirmam, esse tipo de emprego do presente não implica, para Bronckart (1999), uma fusão da **narração** com o **discurso interativo**. A justificativa dos analistas se baseia na concepção de que essa fusão seria uma estratégia destinada a produzir um efeito de “hipotipose” – fazer o leitor ter a impressão de que a cena se passa diante de seus olhos. Embora Bronckart (1999) não negue o efeito de hipotipose, ele não mantém a tese da fusão entre os tipos de discurso. Para o autor, considerar esse tipo de articulação implicaria tomar os presentes históricos tanto na **narração** quanto no **discurso teórico** por um valor de simultaneidade. Porém, além de haver outros valores do presente, o presente histórico é inserido em segmentos que trazem todas as características do mundo disjunto e autônomo da narração. Sendo assim, o presente histórico marca uma relação de isocronia entre a atividade narrativa em curso e o curso da diegese e possui um valor temporal exclusivamente interno.

Também a possibilidade de fusão entre a **narração** e o **relato interativo** na língua francesa é negada pelo autor. Ele considera que há inserções locais de segmentos de narração em relatos interativos. Todavia, o autor reconhece que na autobiografia, devido ao “pacto” complexo que distribui os estatutos de autor, narrador e personagem-herói, pode ocorrer um entrecruzamento de mundos próximo da fusão.

Já entre a **narração** e o **discurso teórico**, o autor admite a existência de uma articulação por meio da **fusão**. Em monografias científicas e obras históricas, pode haver alguns segmentos expondo detalhes de uma situação ou de um problema técnico, juntamente com abordagens de acontecimentos históricos. Linguisticamente, essa fusão pode ser percebida, por exemplo, pelas marcas entrecruzadas de subsistemas de tempos da narração com organizadores textuais de valor lógico-argumentativo e alta densidade sintagmática próprios do discurso teórico. Nos “santinhos” de nosso cópula, há alguns que fusionam a narração e o discurso teórico; dois desses textos serão analisados na seção 2.4 do capítulo IV desta dissertação.

A discussão feita nesta seção pretendeu mostrar que um mesmo tipo de discurso pode aparecer constituindo diversos gêneros textuais. Em gêneros tais como o romance, o conto, a crônica, a novela etc. há a predominância do tipo **narração**. No entanto, por um lado, esses mesmos gêneros podem apresentar inserções locais do tipo **relato interativo**, por exemplo, e, por outro lado, o tipo de discurso **narração** pode aparecer fusionado ao tipo principal de

gêneros como as monografias científicas e os manuais, ou seja, ao **discurso teórico**. Desta forma, Bronckart (1999) admite a existência de tipos híbridos e também de variantes internas aos tipos, o que não exclui, contudo, o interesse em classificá-los, pois, sendo condicionados pelos recursos restringidos e sistêmicos de uma língua, os tipos de discurso alteram-se limitadamente.

#### **2.1.4 Formas de planificação**

Embora a abordagem do ISD tenha os tipos de discurso como os elementos fundamentais da arquitetura textual, a organização seqüencial ou linear do conteúdo temático também é uma dimensão caracterizadora dessa arquitetura. De acordo com Bronckart (1999), o agente-produtor de um texto possui à sua disposição conhecimentos ou representações relativos a certo tema, que ficam guardados na memória em formas lógicas e/ou hierárquicas, chamadas de “macroestruturas”.

Em um texto, quando essas macroestruturas são (re)semiotizadas, os conhecimentos são reorganizados em estruturas sintáticas básicas por causa das restrições técnicas da produção verbal humana. Essas estruturas sintáticas básicas podem ser de relações predicativas e/ou sintagmáticas e, por sua vez, organizam-se no eixo do sucessivo. Assim, as macroestruturas disponibilizadas simultaneamente na memória desenvolvem-se em diversas formas de organização linear (seqüências, esquemas, planos etc.) denominadas, às vezes, de “superestruturas textuais”.

Adam (1992) toma a organização linear do texto como produto da articulação e combinação de diferentes tipos de seqüências. Para esse autor, as seqüências desenvolvem-se no interior do plano geral do texto como um dos “módulos” constitutivos da textualidade, que seria, por um lado, articulado a um módulo de “conexão” e, por outro, estaria em interação com o “objeto ilocucional”, os “mecanismos enunciativos” e a “coesão semântica” – três módulos de organização pragmática. O autor concebe as seqüências como unidades estruturais relativamente autônomas integradoras e organizadoras de “macroproposições”, que, por sua vez, relacionam diversas “proposições”. Assim, a organização linear do texto pode ser concebida como o produto da articulação e da combinação de vários tipos de seqüências. Adam (1992) restringe-se a cinco tipos principais de seqüências: “narrativa”, “descritiva”, “argumentativa”, “explicativa” e “dialogal”.

A **seqüência narrativa** é sustentada, fundamentalmente, por um processo de intriga em histórias que mobilizam personagens relacionados a acontecimentos organizados no eixo do sucessivo. Os acontecimentos precisam ser organizados por um início, meio e fim, que formem, conseqüentemente, uma ação completa: através de um estado equilibrado (situação

inicial), emerge uma tensão (complicação), seguida por ações desencadeadas pela tensão e por ações de resolução destinadas a reduzir a tensão, e, por fim, chega-se à situação final, cujo estado é o de equilíbrio. Podem, além disso, aparecer avaliações relativas aos acontecimentos decorridos na história em qualquer posição da seqüência narrativa e apresentar uma moral atribuindo um significado à história, o que ocorre normalmente no início ou fim da história.

A **seqüência descritiva** não se organiza, em comparação à seqüência narrativa, em uma ordem linear obrigatória. Trata-se de um tipo de seqüência que se combina em ordens hierárquicas ou verticais. Quando se assinala o tema da descrição por meio de uma forma nominal no início da seqüência descritiva, tem-se uma “ancoragem”; por outro lado, se essa forma nominal (ou “tema-título”) aparecer no final da seqüência, tem-se uma “afetação”; e ainda, quando o tema é assinalado em meados da seqüência descritiva, sendo retomado posteriormente, tem-se uma “reformulação”. Há, na seqüência descritiva, uma “aspectualização” do tema-título, enumerando os vários aspectos do tema e decompondo suas partes a partir de suas propriedades e, também, um “relacionamento” de seus elementos descritos a outros através de comparações e metáforas.

Quanto às **seqüências argumentativa e explicativa**, é relevante ressaltar, inicialmente, que Bronckart (1999) baseia-se, como Adam (1992), nos trabalhos do “Centro de Pesquisas Semiológicas de Neuchâtel” (cf. Borel et al., 1983; Grize, 1984, 1990). Tais trabalhos têm como objetivo global fazer a descrição dos processos da “lógica natural”, ou seja, do pensamento ou do raciocínio como efetivamente se desenvolvem nos textos empíricos das línguas naturais. Essa descrição é realizada na escola de Grize, de acordo com Bronckart (1999), por meio de “esquematisações” dos objetos de discurso, as quais assumiriam várias formas, especialmente, de seqüências argumentativas e explicativas.

Retomando a **seqüência argumentativa**, há, nesse tipo, as operações cognitivas de raciocínio que implicam a existência de uma tese sobre algum tema. Inicialmente, apresentam-se as premissas por meio das quais se constata dados; a seguir, argumentos são elaborados para orientar os agentes-leitores a uma determinada conclusão; posteriormente, os contra-argumentos são apresentados operando uma “restrição”, que modera a orientação argumentativa; e, finalmente, tem-se a conclusão, na qual se elabora uma “nova tese” em decorrência dos argumentos e contra-argumentos apresentados.

Por sua vez, a **seqüência explicativa** tem sua origem em uma “constatação inicial” (de um fenômeno “incontestável”) por meio da qual surge uma “problematização” da ordem do porquê ou do como, freqüentemente associada a um enunciado de contradição aparente. Em seguida, ocorre uma “resolução” ou a explicação propriamente dita por meio de elementos

esclarecedores do problema colocado e, por fim, há uma “conclusão-avaliação”, que pode completar e reformular a constatação inicial.

Por último, a **seqüência dialogal** apresenta um protótipo organizado por três macroproposições encaixadas que podem ser decompostas em “trocas”: (1) a “abertura” através de elementos fáticos (“oi”, “olá” e “tudo bem?”, por exemplo), (2) a “transacional”, na qual os interactantes interagem entre si verbalmente e explicitam o conteúdo temático e (3) o “encerramento”, que finaliza a interação por meio de elementos fáticos (exemplos: “tchau”, “até” e “valeu”).

Em todos os tipos de seqüências, Adam (1992) salienta que seus protótipos podem realizar-se em complexidades e extensões extremamente diversas. Bronckart (1999), globalmente, adere à descrição das seqüências propostas por Adam (1992); todavia, ele critica a teoria na qual Adam (1992) apresenta as seqüências como “protótipos”, isto é, como modelos abstratos disponíveis aos agentes-produtores e agentes-leitores dos textos. Para Bronckart (1999), os protótipos não passam de construtos teóricos elaborados a partir de análises das seqüências passíveis de observações empíricas nos textos.

Assim, Bronckart (1999) sustenta que esses protótipos não derivam, como afirmam alguns cognitivistas, de uma “competência textual” fundada em caracteres biológicos, mas derivam da “experiência do intertexto” tanto nas suas dimensões práticas quanto nas históricas. Desta forma, os protótipos assemelhar-se-iam às demais propriedades do intertexto, modificando-se permanentemente. Para o autor, as seqüências, bem como as outras formas de planificação, são produtos de um conteúdo temático reestruturado e previamente organizado como macroestruturas na memória do agente-produtor.

O uso de um protótipo de seqüência, disponibilizada pelo intertexto, seria de escolha única do agente-produtor. Este, motivado por suas concepções e representações em relação aos agentes, reorganizaria em seu texto as macroestruturas de determinado conteúdo temático visando a atingir certo público alvo. Nesse sentido, Bronckart (1999) confirma o estatuto dialógico das seqüências, já que se baseiam em decisões e escolhas interativas.

Na **seqüência narrativa**, o estatuto dialógico evidencia-se, segundo o autor, com a criação de uma “tensão” por meio de uma “intriga” relacionada aos acontecimentos e/ou às ações evocadas, pois o suspense que se cria até o momento de resolver a tensão contribui na manutenção da atenção do agente-leitor. Do mesmo modo, através de uma dimensão causal ou interpretativa sobreposta pela seqüência narrativa à cronologia dos acontecimentos, permite-se que o agente-leitor tente compreender as questões da atividade humana.

Bronckart (1999) retoma Grize (1981) para mostrar o caráter dialógico das **seqüências explicativas e argumentativas**. Estes tipos de seqüência consistem em isolar um aspecto do

tema tratado apresentando-o adaptadamente às características presumidas do agente-leitor (conhecimentos, crenças, valores, atitudes etc.). Quanto aos processos da lógica natural que caracterizam essas duas seqüências, Bronckart (1999) afirma que, quando o agente-produtor percebe que um objeto de discurso, apesar de (aos seus olhos) ser incontestável, pode ser mal compreendido pelo agente-leitor, ele se apressa a desenvolver uma seqüência explicativa na qual as propriedades desse objeto são explicitadas. Já a construção de uma seqüência argumentativa dá-se quando o agente-produtor considera que um aspecto do tema exposto pode ser contestável, seja no seu próprio ponto de vista ou na visão do agente.

A **seqüência descritiva**, por sua vez, também apresentaria um caráter dialógico, visto que procede das escolhas do agente-produtor orientadas pelos efeitos que ele almeja produzir nos agentes-leitores, ou seja, fazê-los ver os elementos do objeto de discurso detalhadamente guiando-lhes o olhar por meio de procedimentos espaciais, temporais ou hierárquicos.

Enfim, a **seqüência dialogal** também é, como seu próprio nome indica, dialógica. Quer essa seqüência apareça no quadro de uma interação ocorrendo no mundo ordinário, quer seja utilizada para criar uma interação figurada no mundo posto em cena por um tipo de discurso principal, ela é definida por parâmetros que traduzem diretamente as decisões tomadas pelos co-produtores.

Ao analisar os cinco tipos básicos de seqüências propostos por Adam (1992) e ao observar suas dimensões dialógicas, Bronckart (1999) admite a existência de uma sexta seqüência: a “injunção”. Adam (1992) deixa de considerar a existência da **seqüência injuntiva** em função de considerá-la organizada tal qual a seqüência descritiva, isto é, fazendo o agente-leitor “ver ações” ao invés de objetos ou situações. Embora Bronckart (1992) compartilhe a preocupação daquele autor em demonstrar que a organização das descrições é mais condicionada pelos procedimentos especificamente lingüísticos de seqüencialização do que pela natureza dos elementos descritos (seja “objeto” ou “ação”), ele afirma que a seqüência injuntiva sustenta-se por um objetivo próprio, na medida em que o agente-produtor (de uma receita culinária, por exemplo) visa a **fazer** o agente-leitor **agir** de certa maneira ou em uma direção determinada. Os efeitos desse objetivo próprio das seqüências injuntivas fazem com que apareçam propriedades também próprias a esse tipo, por exemplo: o uso de verbos no imperativo ou no infinitivo e ausência de estruturas espaciais.

Assim, Bronckart (1999) considera que são seis os tipos de seqüência que constituem modalidades particulares de planificação do conteúdo temático. Essas seqüências contribuiriam, assim como os tipos de discurso, para a organização da arquitetura do texto. Todavia, as seqüências basear-se-iam em operações de caráter dialógico, enquanto os tipos de discurso em operações psicológicas de caráter binário, que se sobreporiam às primeiras, pois

estas seriam operações sem o caráter de necessidade que apresentariam as operações dos tipos de discurso.

Os tipos de seqüência são postos pelo autor em segundo plano porque nem sempre eles são utilizados pelos agentes-produtores para organizar seus textos. Segundo o autor, há segmentos de texto organizados por outras formas de planificação. Em segmentos da ordem do NARRAR, por exemplo, há acontecimentos e/ou ações dispostos em uma ordem cronológica que não registra a operação criadora de tensão caracterizadora do tipo de seqüência narrativa. Esses segmentos são organizados por uma forma de planificação denominada por Fayol (1985) de *script*. Bronckart (1999) considera o *script* como o “grau zero” da planificação da ordem do NARRAR.

Em segmentos da ordem do EXPOR, o objeto de discurso pode apresentar-se como neutro ou neutralizado sem ser concebido como problemático (o que gera uma seqüência explicativa) ou contestável (o que implica uma seqüência argumentativa) em relação aos agentes-leitores. Neste sentido, suas propriedades desenvolvem-se em um segmento de texto denominado de “simplesmente informativo” ou “puramente expositivo”, que se organiza através de formas de “esquematisações” constitutivas da “lógica natural” (enumeração, enunciado de regras, definição, cadeia causal etc.). Bronckart (1999) considera as **esquematisações** como o “grau zero” da planificação da ordem do EXPOR.

De uma forma geral, Bronckart (1999) afirma, de um lado, que a planificação na ordem do Narrar pode efetuar-se em três modalidades, que, por sua vez, podem ser combinadas e alternadas de múltiplas maneiras: (i) o *script*, (ii) a seqüência narrativa e (iii) a seqüência descritiva. Enquanto os *scripts* organizam o conteúdo temático cronologicamente, as **seqüências narrativa e descritiva** organizam os acontecimentos por meio de operações de caráter dialógico. Segundo o autor, os *scripts* aparecem mais freqüentemente nos relatos e as seqüências (narrativa e descritiva) nas narrações.

De outro lado, para resumir as formas de planificação na ordem do Expor, o autor distingue, inicialmente, os segmentos de texto **dialogados** dos **monologados**. Os primeiros podem ser encontrados somente no tipo de **discurso interativo** e sua organização se dá por meio das **seqüências dialogais**. O autor critica o caráter tautológico dessa denominação como inoportuno, mas afirma que isso indica o estatuto particular da seqüência dialogal: ela não depende de convenções propriamente lingüísticas, pois sua estrutura é constituída, sobretudo, como uma imagem da estrutura da troca a que o texto se articula.

Diferentemente, os segmentos de texto monologados aparecem em todos os tipos da ordem do Expor, ou seja, no discurso interativo, no teórico e, ainda, no misto interativo-teórico. Nesses tipos de discurso, a planificação pode efetuar-se em cinco modalidades, que

podem ser combinadas de múltiplas formas: a esquematização, a seqüência explicativa, a argumentativa, a descritiva e a injuntiva. Similarmente aos *scripts*, as **esquematizações** organizam o conteúdo temático em uma ordem seqüencial que reflete as etapas dos procedimentos de raciocínio da lógica natural. Quanto às **seqüências explicativa, argumentativa, descritiva e injuntiva**, elas constituem formas mais convencionais de planificações, nas quais a organização das informações se daria por fases sustentadas por operações de estatuto dialógico.

De acordo com Bronckart (1999), a taxa de ocorrência das seqüências nos tipos da ordem do Expor é relativamente fraca se comparada com a taxa de ocorrência da seqüência narrativa nos tipos da ordem do Narrar. O autor afirma que, na maior parte dos casos, são as esquematizações as responsáveis pela organização dos tipos da ordem do Expor e, conseqüentemente, as seqüências apareceriam local e brevemente. O autor exemplifica que, se é possível encontrar tipos de discurso organizados por seqüências argumentativas ou injuntivas, as seqüências explicativas e descritivas, ao contrário, são raramente organizadoras de um tipo de discurso por completo.

Bronckart (1999) verifica que nos **discursos teóricos** há uma predominância de **esquematizações** acompanhadas, eventualmente, por seqüências descritivas; enquanto que nos **discursos interativos** e nos mistos há uma presença preponderante de **seqüências argumentativas, explicativas e injuntivas**, claramente explicável pelo fato de que através dessas seqüências quer-se orientar os agentes-leitores a um determinado fim (seja convencê-lo por meio de uma seqüência argumentativa, seja fazê-lo compreender por meio de uma seqüência explicativa ou, ainda, fazê-lo agir por meio de uma seqüência injuntiva), como, também, pelo fato de essas seqüências integrarem-se melhor aos discursos que manifestam uma implicação completa ou parcial da situação material de produção.

Como se pôde perceber, somente a **seqüência descritiva** é uma forma de planificação que transita na ordem do Expor e do Narrar. Esse fato justifica-se na medida em que ela se articula, normalmente, a uma outra seqüência, o que dá a ela um caráter secundário em relação às demais seqüências.

Enfim, mais uma vez é relevante destacar que, no aparelho conceitual do ISD, definem-se, primeiramente, os quatro grandes tipos de discurso (discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração), baseados em critérios sócio-enunciativos que independem dos critérios de planificação. Após isso, identificam-se as seqüências que eventualmente apareçam nesses tipos.

A seguir, passaremos para o nível intermediário do “folhado textual”, constituído pelos mecanismos de textualização.

## 2.2 Os mecanismos de textualização

Os mecanismos de textualização articulam-se à progressão do conteúdo temático, tal como é apreensível no nível da arquitetura. Estão no nível intermediário do “folhado textual” e, por criarem “séries isotópicas”, contribuem para a manutenção da coerência temática. Encontram-se na superfície do texto e explicitam, tendo em vista o(s) agente(s) leitor(es), as articulações lógicas, temporais e hierárquicas do texto.

Os mecanismos de textualização são distribuídos, devido à sua própria função, no conjunto de um texto ou em suas partes mais ou menos relevantes e, assim, podem “atravessar” as fronteiras dos tipos de discurso e das seqüências que aparecem no texto. Às vezes, eles servem exatamente para fazer a marcação entre os diferentes tipos de discurso e de seqüências em um texto. As diversas unidades lingüísticas que realizam as funções desses mecanismos são denominadas por Bronckart (1999) pela expressão genérica “marcas de textualização”.

Dependendo do tipo de discurso que compõe um texto, uma mesma função pode ser realizada por diferentes marcas de textualização. Por isso, o autor examina as relações de interação entre os quatro tipos de discurso e cada um dos mecanismos de textualização.

Como as marcas de textualização podem ser observadas concretamente nas frases ou em junções de frases e acabam por exercer um papel na organização das unidades sintáticas locais, o autor inspira-se especialmente nos trabalhos de Charolles (1995) para distinguir três planos de análise, uma vez que uma mesma marca pode ser analisada sob diferentes olhares. O primeiro plano de análise seria de uma abordagem centrada no sistema da língua, isto é, através de uma identificação do conjunto de regras de microssintaxe que estruturam internamente as frases sintáticas organizando seus vários constituintes em torno do sintagma verbal.

O segundo plano de análise estaria relacionado às unidades (gerundivas, infinitivas e sintagmas separados) de estatuto intermediário, pois, embora apareçam no interior das frases, suas funções não podem ser definidas segundo as regras da microssintaxe. Como essas unidades colocam constituintes internos de uma frase em relação com um constituinte presente em uma frase próxima, elas funcionam de acordo com as regras da macrossintaxe, que são menos restritivas que as anteriores.

Por fim, o terceiro plano de análise trata dos mecanismos de textualização, ou seja, das regras de organização geral do texto. As marcas de textualização podem ser regidas também pela micro ou pela macrossintaxe, exercendo uma função de conexão, por exemplo, e, ao mesmo tempo, alguma função sintática. Todavia, há algumas unidades que não desempenham função sintática, exercendo exclusivamente a função de marcador de textualização (como

ocorre com “então” no texto do “santinho” 1: “Um senador que faz oposição ao Presidente dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, atrasando o desenvolvimento do Estado e dos municípios. *Então*, quem você acha o melhor senador para Minas?”).

Bronckart (1999) distingue três mecanismos de textualização: (1) a conexão, (2) a coesão nominal e (3) a coesão verbal. A seguir, abordaremos no subitem 2.2.1 o tratamento dado por Bronckart (1999) aos mecanismos de conexão; no subitem 2.2.2, focalizaremos a concepção do autor em relação aos mecanismos que realizam a coesão nominal; a seguir, no subitem 2.2.3, será a vez de os mecanismos de coesão verbal serem abordados por Bronckart (1999); e, ainda, descreveremos a abordagem de Pinto (2004b), que, numa concepção interacionista sociodiscursiva, estuda a coesão verbal (chamada pelo autor de coesão temporal) no português.

### **2.2.1 A conexão**

O primeiro mecanismo de textualização tratado por Bronckart (1999) – a **conexão** – contribui na marcação das grandes articulações de progressão temática e realiza-se por meio de um subconjunto de unidades que o autor denomina de “organizadores textuais”. Além de esses organizadores poderem assinalar as articulações locais entre as frases, eles podem indicar as transições entre os tipos de discurso e as formas de planificação constitutivas de um texto.

Assim, os mecanismos de conexão marcam as relações entre estruturas, em outras palavras, explicitam as relações existentes entre os diversos níveis que organizam um texto. Podem assumir a “função de segmentação” quando, no nível mais englobante, explicitam as articulações do plano de texto delimitando suas partes constitutivas e assinalando os diferentes tipos de discurso correspondentes a essas partes. Exercem a “função de demarcação” ou “balizamento” quando, em um nível inferior, marcam as articulações entre as fases de uma forma de planificação. Podem, ainda, em um nível mais inferior (o das estruturas frasais), além de assumir a função de empacotamento, explicitando as modalidades de integração das frases sintáticas à estrutura que constitui a fase de uma forma de planificação, exercer a “função de ligação” (coordenação, justaposição) ou de “encaixamento” (subordinação), articulando duas ou várias frases sintáticas em uma única frase gráfica.

Na língua francesa, Bronckart (1999) observa que a marcação da conexão, ou seja, a organização textual, é realizada por unidades lingüísticas de estatuto diverso. Ele as reagrupa em quatro categorias principais, que podem, como nos mostram os exemplos, ser verificadas também na língua portuguesa:

- a) um subconjunto de advérbios ou de locuções adverbiais com caráter transfrástico (ex: “de fato”, “depois”, “de um lado”, “primeiramente”, “finalmente”, “além de” etc.). O autor observa que essas unidades não são, freqüentemente, regidas pelas regras da microssintaxe e, por isso, não desempenham função sintática na oração de que fazem parte. No entanto, em poucos casos, podem assumir a função de adjunto adverbial (ex: “*Ontem*, Talita disse-me que...”<sup>19</sup>);
- b) um subconjunto de sintagmas preposicionais que são regidos pela micro ou pela macrossintaxe. Quando regidos pela micro, assumem a função de adjunto adverbial (ex. “Santinho” 9: “*Desde então*, vem realizando um trabalho para trazer para nossa cidade os investimentos federais.”); quando regidos pela macro, assumem o estatuto de estruturas adjuntas (ex. “Santinho” 5: “*Para uma política séria*, é necessário eleger políticos sérios.”);
- c) o conjunto das conjunções de coordenação, na forma simples (ex: “e”, “ou”, “nem”, “mas” etc.) ou na forma mais complexa de locução (ex: “isto é”, “ou seja” etc.);
- d) o conjunto das conjunções de subordinação (ex: “antes que”, “desde que”, “porque” etc.).

O autor estabelece uma correspondência parcial entre as categorias de organizadores textuais, anteriormente assinaladas, e as várias funções de conexão já apontadas. Assim, os marcadores do tipo (a) e (b) são capazes de marcar, por um lado, a segmentação e, por outro, o balizamento das fases de uma forma de planificação. Há aqueles ainda desse mesmo tipo que colocam em evidência o tipo de relação existente entre frases individuais assegurando uma função de empacotamento (ex: “após”, “depois”, “então” etc.). Por sua vez, os organizadores do tipo (c) destinam-se fundamentalmente às funções de empacotamento e/ou ligação. Poucas vezes assumem uma função de balizamento (ex: “é então que”, “mas” etc.).

A seguir, pode-se observar como se dá a organização textual em dois exemplares de “santinhos” de nosso córpus: o “santinho” (72) e o (95).

#### “Santinho” (72)

**Ações sociais:** Sempre teve participação efetiva no Movimento Fé e Política, na Escola de Samba Palmeiras, Shalom, JUC, Movimento Negro e na Fundação do Sind-Une.

Atualmente, é presidente da Congada Santa Efigênia e da Comissão de Ética do PT – Carandaí, e ainda, Conselheira do Mandato Coletivo do Deputado Estadual Pe. João.

<sup>19</sup> Os exemplos desta seção, que não foram extraídos do nosso córpus, foram inspirados nos exemplos de Bronckart (1999).

**Compromisso:** Exercer ação parlamentar atendendo as necessidades prioritárias discutidas com a comunidade.

Conheça meus passos, julgue meu presente,  
decida por um município  
melhor para todos:

VOTE EM 13613, Maria Helena  
Igualdade Social Pensamento e Ação

O “santinho” (72) constrói sua organização textual em torno de dois aspectos ressaltados em negrito no texto: as “ações sociais” já realizadas pela candidata e o “compromisso”, isto é, o que ela se compromete a realizar durante seu mandato. Suas “ações sociais” são divididas em dois parágrafos. O primeiro, iniciado pelo advérbio “sempre”, é constituído por uma seqüência narrativa que explicita as atuações da candidata, e o segundo utiliza o organizador textual “atualmente” para demonstrar que as ações da candidata não pararam no passado. Assim, esses organizadores textuais podem contribuir para a persuasão dos agentes-leitores desse texto, na medida em que esses leitores se apropriam da crença social de que quem teve atitudes significativas no passado (e no presente) também as terá no futuro.

#### **“Santinho” (95)**

##### **Srs. Eleitores,**

É hora de renovação na câmara de vereadores de Belo Horizonte através do seu voto.

Vote em novas idéias e em novos projetos.

Vote em quem tem experiência na área na qual se propõe a atuar.

Conheça o seu candidato a vereador pelo site:

**[www.feraldosuper36197.can.br](http://www.feraldosuper36197.can.br)**

Policia Civil há 23 anos, sindicalista, Presidente do Conselho Fiscal do SINDIPOL-MG membro ativo da associação dos servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, examinador do DETRAN há mais de dez anos e com larga experiência nas lutas do serviço público, e no atendimento ao cidadão, é com essa bagagem e experiência que GERALDO SUPER quer servir ao povo Belo Horizontino na Câmara Municipal, legislando, fiscalizando e organizando por uma BH mais segura e mais feliz.

Por um trânsito mais humano, seguro, eficiente, e pelo fim da indústria de multas da BHtrans

Pela valorização e humanização dos funcionários da BHtrans e da Guarda Municipal

Pela regulamentação da atividade profissional dos motociclistas de BH

Pela implantação da disciplina Legislação de Trânsito na rede municipal de ensino

Em defesa do patrimônio histórico e artístico de BH

Por uma política pública anti-drogas em BH.

Vote Geraldo Super

Renovação por uma BH segura e feliz

Já o “santinho” (95) apresenta uma seqüência de sintagmas preposicionais regidos pela macrossintaxe (“Por um trânsito mais humano, seguro, eficiente, e pelo fim da indústria de multas da BHtrans”, “Pela valorização e humanização dos funcionários da BHtrans e da Guarda Municipal”, “Pela regulamentação da atividade profissional dos motociclistas de BH” etc.), que expõem argumentos para que os eleitores votem no candidato. O encadeamento de idéias desses sintagmas se dá exatamente com a construção, logo após as mesmas, de uma seqüência injuntiva “Vote Geraldo Super”, com a qual se interpela o eleitor/leitor para votar no candidato do “santinho” (95).

Bronckart (1999) observa, em análises estatísticas, que a escolha dos organizadores textuais para exercer uma ou outra função pode se relacionar ao tipo de discurso nos quais se inserem. Devido ao fato de as quatro categorias de marcadores lingüísticos - delimitadas pelo autor – serem compostas por múltiplas unidades que podem ser diferenciadas por valores semânticos, ele aponta que aquelas de valor mais temporal (ex: “depois”, “antes que”, “súbito” etc.) aparecem, sobretudo, nos discursos da ordem do Narrar. Aquelas que apresentam um valor mais “lógico” (ex: “porque”, “de um lado”, “ao contrário” etc.) mostram-se presentes, especialmente, nos discursos da ordem do Expor e, enfim, os organizadores com valor mais espacial aparecem em ambas as ordens (Narrar/Expor), haja vista que são característicos das seqüências descritivas, forma de planificação que transita entre as duas ordens em função de seu caráter secundário.

O autor faz questão de salientar que essa correspondência é parcial, já que é de ordem estatística. Nesse sentido, alguns organizadores temporais podem aparecer nos tipos da ordem do Expor e alguns organizadores lógicos podem aparecer nos tipos da ordem do Narrar. Ele ressalta, ainda, que há muitos organizadores textuais que não possuem valor semântico *a priori* ou mesmo que podem sofrer alteração em seu valor quando inseridos em um certo tipo de discurso. Como exemplo, pode-se observar o caso do advérbio “agora”, que pode, de um lado, apresentar um valor temporal em um texto do tipo relato interativo (ex: Empregado – “Desculpe-me, senhor!” / Patrão – “Saia daqui *agora!*”) e, de outro, adotar um valor de “restrição lógica” em um texto do tipo discurso teórico (ex: “Os vírus não têm capacidade metabólica própria; *agora*, se estiverem dentro de células vivas, podem se reproduzir.”).

### 2.2.2 A coesão nominal

Bronckart (1999) afirma que os mecanismos de **coesão nominal** são os responsáveis por explicitar as relações de dependência entre argumentos que compartilham uma ou diversas propriedades referenciais. Essas relações são marcadas por sintagmas nominais ou pronomes que, por serem organizados em série, constituem cadeias anafóricas. Devido a essas

marcas serem inseridas em estruturas oracionais, assumem, localmente, funções sintáticas determinadas.

O autor distingue duas funções de coesão nominal: (i) introdução e (ii) retomada. A função da primeira seria marcar a inserção de uma unidade de significação nova (“unidade-fonte”) em um texto, o que origina uma cadeia anafórica. A retomada, por sua vez, teria como função reformular a unidade-fonte (ou “antecedente”) ao longo do texto. Bronckart (1999) ressalta que as relações de co-referência subjacentes às cadeias anafóricas podem apresentar aspectos muito diversos, pois há casos nos quais a identidade do conteúdo referencial é relacionada pela cadeia anafórica, porém, há outros casos em que os elementos de significação relacionados compartilham poucas ou somente uma propriedade referencial e, mesmo assim, podem ser vagas ou determinadas por certa lógica (de inclusão, de contigüidade, de associação etc.). Há, ainda, casos nos quais ocorre uma total indeterminação da referência comum às unidades relacionadas.

Para o autor, é conveniente destacar também que o antecedente de uma cadeia anafórica não é propriamente uma forma nominal, e exemplifica que a anáfora nominal “esse novo desenvolvimento” em “os combates foram retomados na Bósnia oriental e *esse novo desenvolvimento* conduziu...” (Bronckart, 1999:269)<sup>20</sup> retoma a totalidade da oração que a precede. Além disso, pode ocorrer de o antecedente não estar explicitamente verbalizado no cotexto<sup>21</sup>, sendo, nesse caso, uma informação disponível somente na “memória discursiva” do agente, ainda que essa informação possa ser inferida do cotexto.

Em francês, segundo o autor, são duas as categorias de anáforas que marcam a coesão nominal: a categoria das anáforas pronominais e a categoria das anáforas nominais. Essas duas categorias de anáforas são utilizadas nos “santinhos” de nosso córpus, ora predominando uma ora outra. No capítulo IV, seção 3.2.2, serão analisados alguns elementos da cadeia anafórica de 8 “santinhos de nosso córpus”.

A primeira categoria de anáforas compõe-se de pronomes relativos, pessoais, possessivos, demonstrativos e reflexivos e de elipses. Todavia, os pronomes “dêiticos” podem não se inscrever em uma cadeia anafórica, uma vez que remetem a instâncias exteriores ao texto (ao agente-produtor – através do uso de pronomes de 1ª pessoa – e ao agente-leitor – representado por pronomes de 2ª pessoa).

Já a segunda categoria compõe-se por sintagmas nominais de vários tipos. Os sintagmas que asseguram uma retomada podem ser idênticos ao seu antecedente, mas podem

---

<sup>20</sup> Grifos do autor.

<sup>21</sup> Bronckart (2007b:70) designa de cotexto “o ambiente lingüístico (interno) de uma unidade qualquer”. Segundo o autor, essa noção substitui a de “contexto lingüístico”.

diferenciar-se dele no plano lexical ou no plano das marcas de determinação, ou mesmo nesses dois planos.

Neste sentido, é o sintagma nominal indefinido que, normalmente, realiza a função de introdução. Por sua vez, a função de retomada é mais freqüentemente realizada pelos sintagmas nominais definidos (“marcados” ou “possessivos”) e pelas diversas anáforas pronominais.<sup>22</sup>

Quanto à relação da coesão nominal com os tipos de discurso, Bronckart (1999) aponta que, da mesma forma como ocorre com as unidades de conexão, as escolhas das unidades anafóricas podem ser influenciadas pelo tipo de discurso em que essas unidades aparecem. Sendo assim, na ordem do Narrar, as anáforas pronominais de terceira pessoa são mais comumente encontradas. Quando as seqüências descritivas estão integradas aos tipos dessa ordem, apresentam, normalmente, anáforas nominais com determinante possessivo.

Já na ordem do Expor, os discursos interativos são marcados pela presença de pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, que, freqüentemente, acumulam um valor dêitico e um valor anafórico. E os discursos teóricos – por articularem séries de argumentos mais abstratamente caracterizados – fazem retomadas mais freqüentes através de anáforas nominais, geralmente associadas a relações complexas de co-referência (relações de implicação, de contigüidade, de inclusão, de associação etc.).

### 2.2.3 A coesão verbal

Para Bronckart (1999), a **coesão verbal** é um mecanismo que colabora para tornar explícitas as relações de continuidade, descontinuidade e/ou de oposição existentes entre os elementos de significação expressos pelos sintagmas verbais. Para o autor, são as escolhas dos constituintes indispensáveis desses sintagmas que marcam essas formas de coerência temática. Assim, essa coerência temática é marcada pelas escolhas dos lexemas verbais e, especialmente, pelas escolhas de seus determinantes (flexões verbais e auxiliares), ou seja, dos “tempos verbais”.

Esses constituintes portam valores que têm levado muitos teóricos, segundo o autor, a identificar três classes gerais de significados – temporalidade, aspectualidade e modalidade –, além de uma grande diversidade de valores mais específicos: valor temporal gnômico, de simultaneidade, de anterioridade etc.; valores modais de asserção, de hipótese etc.; valores aspectuais de realizado, freqüentativo, imperfectivo etc. Porém, como na maior parte dessas

---

<sup>22</sup> Vale salientar que Koch (2004) distingue três estratégias de referenciação textual: (1) uso de pronomes, (2) uso de expressões nominais definidas e (3) uso de expressões nominais indefinidas. Na proposta da autora, a retomada textual por meio de nominalizações pode ocorrer na ausência do determinante. Nesses casos, o nome-núcleo pode vir acompanhado de um modificador, sob a forma de oração relativa, ou seguido do demonstrativo, de um indefinido ou de uma estrutura comparativa.

pesquisas foram verificados os valores desses constituintes obrigatórios por meio de cópulas constituídos de frases ou segmentos extraídos de seu contexto e de seu contexto, Bronckart (1999) procura apreender seus valores dentro do quadro da organização dos textos e dos discursos.

O autor afirma que na língua francesa os tempos verbais distribuem-se em paradigmas distintos, mantendo forte interação com os tipos de discurso. Ele procura distinguir as regras de marcação das funções de coesão verbal específicas de cada tipo de discurso e, para alcançar esse objetivo, propõe um quadro geral de análise que leve em consideração a dimensão textual de seu funcionamento e que possibilite a identificação de quatro funções gerais da coesão verbal.

Inicialmente, vale ressaltar que o autor não contesta a tripartição concebida pelas gramáticas tradicionais de que os constituintes do sintagma verbal contribuem para a marcação da temporalidade, da aspectualidade e das modalizações. Contudo, ele sustenta que as expressões de relações temporais e as de matizes aspectuais, de um lado, organizam-se, normalmente, em séries isotópicas de unidades que colaboram com a manutenção da coerência “temática” de um texto; de outro lado, as expressões modalizadoras efetuam-se através de unidades de ocorrência mais local, que, por sua vez, corroboram na manutenção de uma coerência “pragmática” ou “interativa”. Assim sendo, os valores de modalização são tratados à parte pelo autor, no conjunto dos mecanismos enunciativos.

Para tratar da temporalidade, Bronckart (1999) retoma, inicialmente, as abordagens-padrão, para as quais os valores da temporalidade seriam expressos pelos determinantes dos verbos (ou tempos verbais), eventualmente em interação com alguns subconjuntos de advérbios. Nestas abordagens, admite-se normalmente que esses mesmos valores devem ser analisados na óptica das relações entre o “momento da fala” e o “momento do processo” expresso pelo verbo. Neste sentido, as formas do presente marcariam as relações de simultaneidade entre os dois momentos, enquanto as formas do passado marcariam as relações de anterioridade do momento do processo em relação ao momento da produção e, por último, as formas do futuro marcariam as relações de posterioridade do processo em relação à produção.

Todavia, ao contrário do que admitem as abordagens-padrão, o autor observa que a relação de simultaneidade não existe somente quando o momento de um processo coincide com o momento de uma tomada de fala. Por exemplo, se um indivíduo afirma “Vou à universidade amanhã”, apesar de o determinante do verbo “ir” estar no presente do indicativo, o processo denotado é posterior ao momento de produção. Assim, o autor considera que qualquer análise das relações temporais precisa considerar – além dos parâmetros referentes

ao “momento da produção” (ou “da fala”) e ao “momento do processo” expresso pelo verbo, consagrados pelas abordagens-padrão – um terceiro parâmetro: do “momento psicológico de referência”. A partir dessa noção, compreende-se que, no exemplo acima, é o advérbio “amanhã” quem expressa o momento psicológico de referência.

Em relação à aspectualidade, o autor explica que se denomina “aspecto” ou “aspectualidade” uma propriedade interna ou não relacional do processo expresso pelos constituintes do sintagma verbal. Devido ao fato de as classificações dos aspectos serem controversas, Bronckart (1999) limita sua análise a duas de suas principais funções: (a) a expressão dos “tipos de processo” e (b) a expressão dos “graus de realização do processo”.

Segundo o autor, “o termo genérico *processo* designa o *significado* correspondente ao “significante” que constitui o lexema verbal” (BRONCKART, 1999:278)<sup>23</sup>. Assim, os tipos de processo seriam as classes gerais de significados nas quais os diversos verbos, apesar de seus significados particulares, poderiam ser agrupados. Bronckart (1999) afirma que é a partir da classificação dos tipos de processos que se pode classificar, secundariamente, os “tipos de verbos”, isto é, identificar em uma língua particular os verbos que traduzem os processos.

Embora as gramáticas tradicionais distingam somente os “verbos de estado” dos “verbos de ação”, Bronckart (1999) retoma as quatro classes de verbos concebidas por Vendler (1967): os verbos de **estado**, que indicam processos estáveis como os verbos “ser”, “parecer”, “saber” etc.; os de **atividade**, que indicam processos dinâmicos, durativos e não resultativos como os verbos escrever, andar, tricotar etc.; os verbos de **realização**, que indicam processos dinâmicos, durativos e resultativos como os verbos “fumar” (um cigarro) e “correr” (uma maratona); e os de **acabamento**, que indicam processos dinâmicos, não durativos e resultativos como os verbos “saltar”, “chegar” e “cair”.

Bronckart (1999) não deixa de apontar que essa contestável classificação só lhe interessa na medida em que esses tipos de processos (ou de verbos) interagem claramente com algumas das funções de coesão verbal, como ocorre com os graus de realização do processo. Essa segunda categoria analisada pelo autor, diferentemente da categoria dos tipos de processo que possui um aspecto lexical, é de aspecto morfológico, pois sua marcação se efetua por meio da escolha de um tempo específico do verbo. De acordo com o autor, podem ser identificados três graus de realização, cuja relação se dá somente diante dos processos dinâmicos, ou seja, exclui os verbos de estado. São eles: (i) o de conclusão, (ii) o de inconclusão e (iii) o de realização total.

---

<sup>23</sup> Grifos do autor.

Quando o processo apresenta-se como concluso, ele é tomado pelo fim de seu desenvolvimento, por exemplo<sup>24</sup>: “Ano passado, nesta mesma época, eu tinha feito meu projeto e ele ficou bom”. Mas quando o processo é apresentado como inconcluso, ele é tomado em meio a seu desenvolvimento, como em: “Eu olhava pelo telescópio quando o eclipse aconteceu”. E, por sua vez, quando o processo apresenta-se em sua realização total, ele é tomado na totalidade de seu desenvolvimento e acabamento, por exemplo: “No ano passado, eu subi o Pico da Bandeira e vi um lindo sol nascente”.

Segundo Bronckart (1999), esses três valores não possuem marcas muito específicas em francês e acumulam-se, especialmente, às marcas da temporalidade. Assim, o valor de concluso marca-se pela ocorrência dos tempos compostos, porém suas formas não podem estar em relação de dependência sintática com as formas simples correspondentes, pois, nesse caso, marcam a anterioridade relativa. Já o valor de inconcluso só é inferível em francês por meio de algumas ocorrências de tempos simples e, sobretudo, do imperfeito. Por último, o valor de realização total constitui o valor neutro dessa categoria aspectual e é marcado, em francês, principalmente, pelo emprego dos tempos simples.

Desta forma, para a elaboração do quadro geral de análise da coesão verbal, Bronckart (1999) baseou-se na concepção tricotômica da temporalidade formulada por Vet (1980), e integrou algumas dimensões gerais das duas funções aspectuais abordadas acima. No entanto, por adotar uma perspectiva textual, Bronckart (1999) considera necessário reformular os parâmetros da concepção tricotômica.

Em relação à expressão “momento de produção”, o autor afirma ser mais apropriado o uso da expressão “duração de produção”. Isso porque, como qualquer produção discursiva pode levar de segundos até mesmo anos (produção de uma tese, por exemplo), a primeira expressão pode fazer entender somente as situações de tomada de fala breves. Todavia, o parâmetro “duração de produção” não deve ser apreendido na perspectiva física, uma vez que ele só intervém como “duração psicologicamente construída” a partir do ato de produção.

Por sua vez, a expressão “momento psicológico de referência” é substituída, pelo autor, por “eixo de referência temporal”, que se refere a determinada duração (formal ou psicológica), na qual os processos narrativo e expositivo se desenvolvem. Em um texto empírico, esse eixo principal pode coexistir com outros mais locais cuja delimitação é dada pelos advérbios do tipo “hoje”, “ontem”, “amanhã”, “mês passado” etc.

---

<sup>24</sup> Também os exemplos desta seção foram inspirados nos exemplos de Bronckart (1999).

Por último, como os processos às vezes não podem ser situados no eixo da temporalidade “objetiva” por serem de caráter fictício, o autor prefere chamar somente de “processo” o que era designado, para ele inapropriadamente, de “momento do processo”.

Dessa forma, Bronckart (1999) considera três categorias de parâmetros para a análise dos mecanismos de coesão verbal: os **processos**, os **eixos de referência** e a **duração**. É a partir destas categorias que o autor identifica as quatro funções de coesão verbal: temporalidade primeira<sup>25</sup>, temporalidade segunda, contraste global e contraste local.

As temporalidades têm como função “relacionar” o parâmetro-fonte constituído pelo processo com um parâmetro de controle, ou, ainda, “situar” o processo em relação a esse parâmetro de controle. Porém, a **temporalidade primeira** é instituída no texto se o processo é “diretamente” relacionado ou com um dos eixos de referência ou com a duração associada ao ato de produção. Essa função coesiva estabelece uma determinada **localização** do processo em relação a um dos parâmetros de controle. Assim, com base no parâmetro de controle, Bronckart (1999) prevê na temporalidade primeira três possibilidades de temporalidade:

1. se o parâmetro for a duração associada ao ato de produção, podem-se distinguir as localizações de “anterioridade”, “simultaneidade” e “posterioridade”;
2. se o parâmetro for o próprio eixo de referência global de um tipo de discurso, podem acontecer localizações neutras, assim como localizações “isocrônicas”, “retroativas” e “projetivas” e
3. se o parâmetro for um eixo de referência local, poderá ser identificada uma localização de “inclusão”.

Já a **temporalidade segunda** institui-se quando um processo é situado em relação a um outro processo, o qual é, por sua vez, relacionado com um dos parâmetros de controle. Trata-se de uma função de coesão temporal relativa ou indireta, sendo um processo apresentado como anterior, simultâneo ou posterior a um outro, o qual, por sua vez, está localizado na temporalidade primeira.

As funções de contraste consistem em opor os processos entre si e não em situá-los em relação a parâmetros de controle. Na função de **contraste global**, podem ser vistos no texto séries isotópicas de processos, sendo uma delas colocada em primeiro plano e as demais em segundo. Quando ocorre o **contraste local**, um processo apresenta-se como um quadro sobre o qual se destaca, localmente, um outro processo.

---

<sup>25</sup> De acordo com Pinto (2004a:177) seria mais adequada a tradução “temporalidade primeira” e “temporalidade segunda” para, respectivamente, “temporalité première” e “temporalité seconde” (p. 287 do texto original de 1997), ao invés das expressões “temporalidade primária” e “temporalidade secundária” (p. 283 da versão traduzida em 1999). Este pesquisador acredita que, sendo a temporalidade única em sua essência, trata-se de uma questão de “antecedência” da ação de instituição da temporalidade textual, por isso, “primeira” e “segunda”, e não de importância, o que os vocábulos “primária” e “secundária” poderiam evocar.

Quanto aos valores de **aspecto**, Bronckart (1999:284) afirma que eles “parecem” constituir “efeitos de sentido” locais, que estão, em sua maioria, em interação com (ou ligados a) as quatro funções de coesão verbal.

Examinando, nos diferentes tipos de discurso, como essas quatro funções de coesão verbal realizam-se, o autor retoma as três categorias de parâmetros para a análise dos mecanismos de coesão verbal. Em relação à duração e ao processo, ele ressalta que todo tipo de discurso é o resultado de um ato de produção realizado em um certo tempo e que todo tipo de discurso veicula um conjunto de processos com propriedades aspectuais diversas como elementos de seu conteúdo temático. Ou seja, esses dois parâmetros podem ser considerados comuns a todo tipo de discurso. Entretanto, em relação aos eixos de referência – terceiro parâmetro –, isso não acontece, pois eles são elementos distintivos do mundo específico a que cada tipo de discurso associa-se e, conseqüentemente, variam junto a esses tipos.

Em síntese, sobre a análise de Bronckart (1999), Pinto (2004a:179-181) expõe que, na narração, no relato interativo e no discurso teórico (“tipos de discurso de caráter exclusivamente **monologado**”<sup>26</sup>), fixa-se uma determinada relação temporal de uma vez por todas, entre a duração adjunta ao ato de produção e as coordenadas dos mundos discursivos. Assim, nesses tipos, coloca-se fora de ação esse parâmetro, e observa-se que as funções de temporalidade são de caráter exclusivamente **interno**.

Os tipos de discurso da ordem do Narrar (narração e relato interativo), como já fora visto, são “disjuntos” do mundo ordinário e apresentam uma origem espaço-temporal como marca dessa disjunção. Portanto, o eixo de referência temporal para esses tipos de discurso pode, segundo Bronckart (1999:285), “ser definido como a *duração formal* do processo narrativo que se desenvolve a partir da origem”<sup>27</sup>.

Como o mundo discursivo da narração ancora-se em uma origem **absoluta** através de uma data ou de uma expressão convencional do tipo “Era uma vez”, uma relação de “indiferença” é marcada em relação à duração do ato de produção. Por isso, não há pertinência desse parâmetro na narração. Para as funções de temporalidade, importam as relações de “localização interna” que se estabelecem entre o eixo de referência e os processos e, para as funções de contraste, as oposições estabelecidas entre processos e séries de processos que são importantes.

Tanto para a narração quanto para o relato interativo, Pinto (2004a) aponta que a função coesiva da temporalidade primeira consiste em explicitar qual tipo de relação existe entre a progressão dos processos constitutivos da diegese e a progressão do processo

---

<sup>26</sup> Grifo do autor

<sup>27</sup> Idem.

narrativo. Segundo o autor, há a possibilidade de esse eixo apresentar-se de três formas: localização isocrônica, localização retroativa e localização projetiva.

As funções da temporalidade segunda são marcadas, segundo Bronckart (1999), nesses dois tipos da ordem do Narrar pelo procedimento de encaixamento sintático, ao qual se associa, às vezes, uma oposição dos tempos verbais.

Já o discurso teórico, na medida em que se situa na ordem do Expor, articula-se, também como já fora visto, a um mundo “conjunto” ao mundo ordinário do agente-produtor, e é a ausência de qualquer origem espaço-temporal que marca essa conjunção. Sendo esse tipo de discurso, além disso, autônomo em relação aos parâmetros do ato de produção, o processo expositivo situa-se, de acordo com Bronckart (1999), sobre um eixo de referência temporal “ilimitado” ou “não restrito”.

No discurso teórico, a função de temporalidade primeira pode assumir duas formas distintas: os processos podem ser de localização neutra, apresentando-se com uma temporalidade ilimitada ou em uma atemporalidade de referência ou o tipo de relação existente entre a progressão do processo expositivo e a progressão dos significados constitutivos do conteúdo temático podem ser explicitados por essa função, o que resulta na possibilidade das localizações “isocrônica”, “projetiva” e “retroativa” supracitadas. Nesse tipo de discurso, a função da temporalidade segunda ocorre somente se o processo de referência for objeto de uma localização neutra ou retroativa.

Quanto às funções de contraste, o autor salienta a incompatibilidade do discurso teórico com o estabelecimento de contrastes globais ou locais. Mas afirma que nos outros dois tipos de discursos monologados (narração e relato interativo) o contraste funciona, e expressa a hierarquização introduzida pelo narrador através das séries isotópicas de processos (contraste global) ou das partes de processos (contraste local).

Por último, pelo fato de o discurso interativo se basear em um mundo conjunto ao mundo ordinário do agente-produtor e por implicar os parâmetros do ato de produção, o parâmetro referente à duração do ato de produção pode ser pertinente na análise dos mecanismos de coesão verbal que nele atuam. Todavia, Bronckart (1999) não ignora a complexidade desse tipo de discurso, uma vez que não exclui a possibilidade de que haja outros eixos de referência temporal no curso do processo expositivo-interativo. Ou seja, podem surgir eixos de referência locais e delimitados ou, analogamente ao que se atesta no discurso teórico, pode ser criado um eixo ilimitado ou sem limites.

As funções da temporalidade primeira, portanto, nesse tipo de discurso, mostram-se mais complexas do que as dos outros tipos devido a essa diversidade de parâmetros de controle possíveis. A localização dos processos pode ocorrer em relação à temporalidade do

ato de produção; no entanto, excluindo o caráter “fiscalista” considerado pelas teorias-padrão, Bronckart (1999) afirma que não é o “momento físico” de produção que é colocado em relação ao processo, mas, sim, uma **duração psicológica adjunta** ao ato de produção, variável em amplitude, e que pode modificar-se permanentemente. Neste caso, há localização de anterioridade se o processo estiver situado antes da “baliza esquerda” dessa duração adjunta; há localização de posterioridade se estiver situado depois da “baliza direita” dessa duração adjunta; e, ainda, há uma localização de simultaneidade se o processo for incluído entre os dois limites dessa duração.

Quando os eixos de referência delimitados, com validade local, são construídos ao longo de todo o processo expositivo interativo, explicitam-se, freqüentemente, por advérbios ou sintagmas com valor temporal. Nestes casos, a localização pode apresentar-se de dois modos: (a) podem-se encontrar as três localizações possíveis (de anterioridade, de posterioridade, de simultaneidade) se a localização do processo for efetuada em relação à duração adjunta ao ato de produção e (b) pode ser uma localização de inclusão se for realizada em relação ao eixo de referência local.

Enfim, se no discurso interativo for criado um eixo de referência temporal ilimitada, como os observáveis no discurso teórico, os processos são objeto de uma localização neutra. Observa-se, então, que os processos nesse tipo de discurso podem ser localizados em relação aos três parâmetros de controle distintos.

No próximo subitem, retomaremos os trabalhos de Pinto (2004a; 2004b), que já foram mencionados na presente seção, para resumir suas principais contribuições em relação ao tratamento dado pelo ISD à coesão verbal em português.

### **2.2.3.1 A coesão temporal no português**

Pinto (2004a; 2004b), na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo, analisa as manifestações das *relações de temporalidade* nos discursos humanos focalizando um tipo especial de coerência textual que essas relações estabelecem, denominado de *coesão temporal*.

Inicialmente, o autor salienta que, em função de sua abordagem utilizar o aparelho conceitual do ISD, duas premissas foram aceitas. Assim, por um lado, Pinto (2004b) concebe a compreensão da temporalidade como componente fundamental das ações e atividades humanas, uma vez que a temporalidade dos discursos é, em parte, responsável pela constituição das coordenadas abstratas dos mundos representados.

Por outro lado, o autor aceita que a expressão dessa temporalidade nos discursos humanos é, de algum modo, restringida por imposições da sociedade sobre a atividade

discursiva do indivíduo. Neste sentido, a temporalidade é tomada como imanente a qualquer ação enunciativa, ao mesmo tempo, porém, em que é submetida a um processo de construção diferenciado segundo tipos discursivos prototípicos.

Em seguida, o autor apresenta uma proposta de descrição de como é construída a temporalidade nos discursos. Pinto (2004b) nota, a princípio, que muitos estudiosos, desde Aristóteles até Einstein, passando por Santo Agostinho, ocuparam-se com o fenômeno da temporalidade do mundo objetivo e de sua estreita conexão com as ações humanas, abordando-o de diversos pontos-de-vista: físico, psicológico ou mesmo religioso. Todavia, Pinto (2004b) localiza sua análise da temporalidade no campo da ciência da linguagem. Ou seja, seu ponto-de-vista é o da lingüística, do estudo do processo da expressão da temporalidade através de formas específicas.

O autor ressalta, especialmente, duas contribuições para sua pesquisa sobre a temporalidade: a de Reichenbach (1947) – um dos primeiros a perceber a necessidade de se considerar um momento psicológico de referência na expressão discursiva do tempo, além dos momentos da fala e da realização do processo (ou evento) – e a de Benveniste (1966; 1974). Deste autor, Pinto (2004b) se apropria da teoria sobre a enunciação, na qual se percebe que toda e qualquer instância enunciativa se instaura, ao se colocar o enunciador diante de seu enunciatário, através da mobilização de um referente, situado num *tempo* e num espaço.

A caracterização desse *tempo* realiza-se pela diferença explicitada por Benveniste (apud PINTO, 2004b) entre três tipos de tempo: o físico (e seu correlato psicológico), o cronológico e o lingüístico. O tempo físico é o do mundo, um sucessivo constante, ilimitado, linear, segmentável, ao qual corresponde a percepção de um tempo de duração interior nos indivíduos, o psicológico. Por sua vez, o tempo cronológico é aquele no qual se situam os eventos, as ações e os processos, caracterizado de modos distintos em cada cultura. Enfim, o tempo lingüístico corresponde à possibilidade de expressão, através da linguagem, da experiência humana do tempo, definido e ordenado em função do discurso. Assim, o estudo de Pinto (2004b) procura definir e ordenar discursivamente o tempo lingüístico.

Neste sentido, Pinto (2004b) toma a temporalidade em sua acepção de expressão do tempo através de um processo de semiotização lingüística. E, para isso, ele considera que tal processo se dá na confluência operacional de três parâmetros: o lingüístico, o cognitivo e o social. O autor acredita que essa confluência se opera numa perspectiva sociointeracionista, já que a integração operacional entre esses parâmetros implica: a apropriação e interiorização de estímulos, crenças, valores, informações etc. da sociedade na qual enunciador/enunciatário estão inseridos e uma ação discursiva humana, na qual se configura um processo de produção

semiótica de natureza verbal. Portanto, os textos resultam da integração de operações lingüísticas, cognitivas e sociais, e são os instrumentos mediadores das ações humanas.

A construção da temporalidade prevê, portanto, do lingüístico, as formas lingüísticas apropriadas (segundo cada língua natural) para a expressão da temporalidade e as semiotiza, organizando-as morfossintaticamente nos textos; do cognitivo, a atuação na configuração básica do pensamento humano que trabalha o encadeamento em rede de espaços referenciais<sup>28</sup>, entre os quais se constituem também espaços que dizem respeito à organização temporal desse pensamento (*espaços temporais*); e, por fim, do social, prevê que a expressão da temporalidade nos discursos (e sua manifestação lingüística) pode depender de certos padrões típicos, devido aos tipos de discursos reconhecidos e utilizados socialmente nos grupos humanos.

Enfim, após uma descrição de como se dá a construção da temporalidade nos discursos, Pinto (2004b) trata das formas lingüísticas de expressão da temporalidade no português. O autor constata, inicialmente, o fato de que cada língua natural tem seu repertório próprio de formas lingüísticas com a função especial de semiotizar as relações temporais que o enunciador pretende estabelecer em seu enunciado/texto. Em relação ao português, como ocorre também com muitas línguas, há uma classe específica de formas que assumem sobretudo essa função: as *formas verbais*. Além de essas formas referenciar as noções de processos estáveis e dinâmicos (referenciação operada pelos *lexemas verbais*), articulam-se com afixos especiais e sincronicamente delimitados, cuja função é situar esses processos no tempo discursivo. Há, entretanto, outras formas, não tão delimitadas e de variado perfil morfossintático, que se prestam igualmente à mesma função: os *marcadores* ou *organizadores temporais*.<sup>29</sup> Vale destacar, ainda, que, às vezes, a expressão da temporalidade pode não ser marcada lingüisticamente, mas apenas contextualmente.

De acordo com Pinto (2004b), as formas *tempos verbais* em uso no português do Brasil não correspondem exatamente às formas descritas nas gramáticas normativas. Algumas, segundo o autor, não são mais usadas ou são muito pouco usadas na fala e na escrita comuns do país, enquanto uma diversidade de formas *não-tempos verbais* ocorrem com muita freqüência, tanto na fala quanto na escrita.

---

<sup>28</sup> Pinto (2004a; 2004b) adota a tradução de “mental spaces” da teoria proposta por Fauconnier e outros por *espaços referenciais*. Além de Pinto (2004a; 2004b) considerá-la mais apropriada aos objetivos de seu trabalho, ele procura, ainda, estabelecer uma adequação epistemológica e terminológica entre essa teoria e a teoria da enunciação proposta por Benveniste.

<sup>29</sup> O autor considera duas categorias de formas temporais: as formas *tempos verbais* e as formas *não-tempos verbais*. Nessa última categoria, incluem-se os advérbios temporais, um extenso conjunto de locuções adverbiais das mais variadas composições, conjunções temporais, etc.

Em razão do tipo de discurso que as formas do tipo *tempos verbais* atravessam, elas costumam ocorrer em textos por vezes em distribuições isotópicas. Assim, nestes casos pode-se verificar a incidência do parâmetro social para a construção da temporalidade, ou seja, configuram-se casos nos quais a temporalidade é determinada por tipos especiais de discursos socialmente formatados e aceitos. As formas *não-tempos verbais*, por sua vez, costumam ocorrer em distribuições mais livres, em função das ocorrências de variações de espaços temporais na construção referencial do texto.

Embora o termo *coesão verbal* seja o mais disseminado para significar a coerência temporal do texto, talvez pelo uso preponderante das formas *tempos verbais* em sua distribuição mais circunstancialmente isotópica e discursivamente determinada, Pinto (2004b) opta pelo uso corrente da terminologia *coesão temporal* (ao invés de *coesão verbal*) na medida em que considera a importância da temporalidade em si, sobretudo nos termos da teoria de Benveniste (1966, 1974) sobre a enunciação.

A partir da análise de um segmento discursivo, Pinto (2004b:44) demonstra como se constitui essa temporalidade. Esse segmento foi retirado de um texto (“Carta ao leitor”) cuja publicação se deu na edição de 29 de agosto de 2001 da Revista VEJA.

**Em 1987, quando a segunda edição do *Aurélio* foi lançada, VEJA colocou na capa um relato da aventura cultural do livro que, *àquela altura, vendera três vezes mais do que toda a obra de Jorge Amado, o escritor baiano morto há três semanas.***

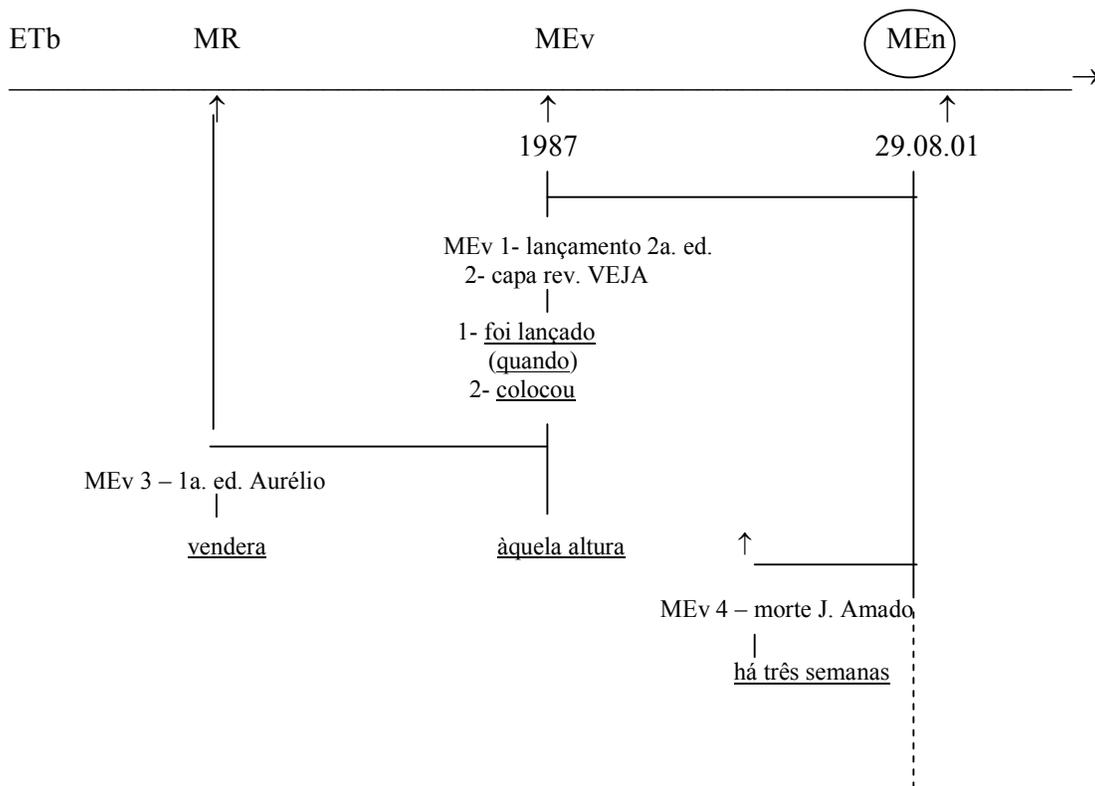
Pinto (2004b) afirma que, apesar de o editor dessa revista denominar os textos “Carta ao leitor” como *carta*, suas características discursivas são mais similares ao gênero *editorial*. Possivelmente, essas características seriam utilizadas como estratégias para tornar tais cartas mais familiares e interativas com o leitor. Segundo o autor, o tipo discursivo mais característico desse texto pertence à ordem do Expor e é autônomo em relação aos parâmetros da ação de linguagem, ou seja, cria o arquétipo discurso teórico. Contudo, o segmento do texto exposto anteriormente cria o tipo de discurso narração.

Ao abordar a construção da temporalidade realizada nesse segmento do ponto-de-vista *lingüístico*, à luz da teoria da enunciação de Benveniste, Pinto (2004b) verifica que essa “Carta ao leitor” constitui um enunciado produzido por um enunciador, o editor da revista, direcionado a um enunciatário, os seus leitores. A instauração dessa instância enunciativa se efetiva, pelo lado do enunciador, com a colocação de um referente (o conteúdo da carta), num tempo e num espaço. Quando o leitor recebe a revista, ele se conecta imediatamente a um eixo temporal (a data da edição da mesma, 29/08/01), a partir do qual ele passa a captar e

construir a coerência temporal do enunciado. A base desse eixo é o *momento da enunciação* (ou o momento da fala/escrita).

Ao *momento de dois eventos* simultâneos realiza-se um primeiro recuo ao passado: um, em 1987, é o evento do lançamento da 2ª. edição do Aurélio e o outro, o da edição da revista na mesma época. A forma *quando* é que marca a simultaneidade dos dois eventos. Já um *momento de referência* especial é criado pela forma verbal *vendera*, uma vez que ele está relacionado ao momento implicado no texto da primeira edição do Aurélio. Todavia, o enunciatário pode compreender esse momento e localizá-lo no eixo temporal que ele mesmo constrói através da forma *tempo verbal* do pretérito mais-que-perfeito. Por sua vez, *àquela altura* é uma forma não-verbal que expressa sua temporalidade *deiticamente*, uma vez que ela remete à forma, também não-verbal, *em 1987*. Há ainda um último recuo ao passado quando se marca o *momento do evento* da morte de Jorge Amado por meio da forma verbal do particípio *morto*<sup>30</sup> e pela forma não-verbal *há três semanas*. Pinto (2004b:47) elabora o seguinte esquema representativo dessas relações temporais<sup>31</sup>:

#### INSTÂNCIA ENUNCIATIVA (IE)

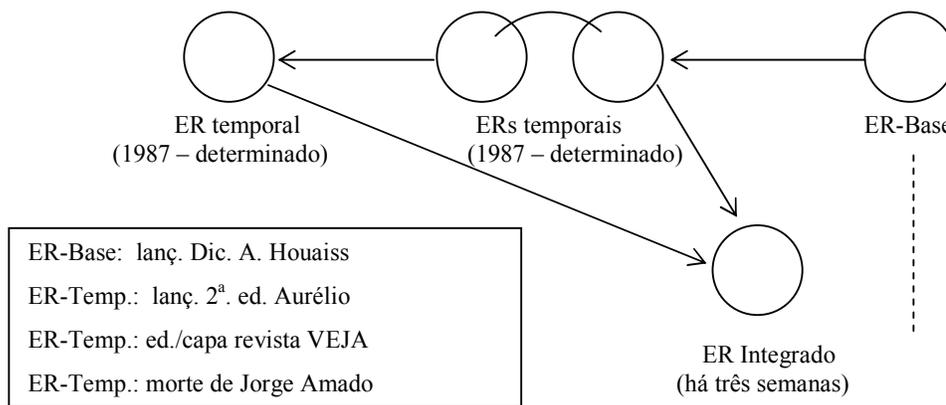


<sup>30</sup> De acordo com Pinto (2004b), apesar de o *participio* ser uma *forma nominal* que por si mesma não expressa temporalidade, nesse segmento a forma *morto* corresponde a uma subordinada reduzida correspondente a “que morreu”.

<sup>31</sup> Traduzimos aqui as siglas utilizadas por Pinto (2004b) em seu esquema: ETb (eixo temporal básico), MR (momento de referência), MEv (momento do evento) e MEn (momento da enunciação).

Posteriormente a essa abordagem lingüística, Pinto (2004b) aborda a temporalidade pelo ângulo do parâmetro *cognitivo*, à luz da teoria dos *espaços referenciais* de Fauconnier e outros. Nesta perspectiva, o segmento narrativo é composto por uma configuração de espaços referenciais, através da criação dos espaços referentes às edições do Aurélio, à matéria de capa da VEJA em 1987 e à morte de Jorge Amado. Assim, são evidenciados nesse segmento<sup>32</sup> a criação de espaços temporais (nos termos de Dinsmore, 1991) e a abertura de um espaço que compacta, para efeito de comparação, os dois espaços referentes às figuras colocadas em relevo, Aurélio e Jorge Amado. Pinto (2004b:47) representa esquematicamente a configuração dos espaços referenciais do segmento em análise, compreendendo os espaços temporais, como apresentado a seguir:

### ESPAÇOS REFERENCIAIS (ERs)



Enfim, a última abordagem realizada por Pinto (2004b) em relação à temporalidade diz respeito à dimensão sociointerativa do discurso, proposta por Bronckart et al. (1985) e Bronckart (1999). Segundo Pinto (2004b), a organização da rede temporal do enunciado/texto constitui uma livre escolha do enunciador, sempre delimitada pela sua intencionalidade e pelas condições sociocomunicativas de seu enunciatário. No entanto, esta escolha pode ser condicionada por tipos básicos de discursos em uso nas sociedades, nas quais está inserido o enunciador. A dimensão sociointerativa do discurso considera que a atividade linguageira humana se circunscreve de uma maneira generalizante a tipos discursivos básicos, em função das coordenadas gerais dos mundos e da relação de todo discurso com o seu ato de produção.

Como vimos no subitem 2.1.2 do capítulo III desta dissertação, as coordenadas dos mundos determinam duas grandes ordens de discurso, a do Expor e a do Narrar, e a relação com o ato de produção determina dois tipos discursivos, o *implicado* com seu ato de produção e o *autônomo* em relação a esse ato. O cruzamento dessas coordenadas leva à indicação de

<sup>32</sup> Essa *compactação* de espaços é, na teoria de Fauconnier e outros, vista como um processo especial de “conceptual blending”, *integração conceitual*.

que os discursos humanos se organizam, arquetipicamente, em quatro categorias: discursos *interativo* e *teórico* (da ordem do Expor) e discursos *relato interativo* e *narrativo* (da ordem do Narrar). Sendo assim, Pinto (2004b) afirma que, para cada um desses quatro arquetipos psicológicos, pode-se observar um tipo especial de construção de rede temporal. As coordenadas gerais do mundo e a relação com o ato de produção determinam a predominância de um tipo de eixo temporal como, por exemplo, o *discurso interativo*, no qual predomina o uso do *presente*, sempre articulado diretamente com o ato de produção. Neste sentido, pode-se afirmar que a construção da temporalidade é também determinada pelos tipos de discursos que atravessam os enunciados/textos.

No segmento analisado por Pinto (2004b), observa-se, portanto, que seu eixo temporal, do ponto-de-vista do parâmetro dos *tipos discursivos*, caracteriza-o como um segmento do tipo de discurso *narrativo*. O segmento, entretanto, está encaixado num texto (a “Carta ao Leitor”), cujo tipo discursivo predominante é o do *discurso teórico*.

Por fim, vale ressaltar que o estudo de Pinto (2004b) em relação à *coesão temporal* mostra a articulação da construção da temporalidade nos discursos humanos por meio de três parâmetros distintos, que constituem, simultânea e interconectadamente, toda a atividade enunciativa: lingüístico, cognitivo e social. Assim, “o mecanismo da *coesão temporal* pode ser visto como um princípio construtivo e constitutivo do discurso e nele aplicado, para expressar e atribuir coerência às relações de temporalidade intrínsecas e inerentes a toda atividade languageira humana” (PINTO, 2004b:46).

Para concluirmos o item sobre os mecanismos de textualização, devemos lembrar que, para Bronckart (1999), todo texto empírico constitui uma “unidade comunicativa” em uma situação de ação de linguagem e destina-se a ser interpretado e compreendido pelos interactantes. Ou seja, independentemente da diversidade e da heterogeneidade dos componentes da arquitetura de um texto empírico, ele compõe um todo coerente. Neste sentido, os mecanismos de textualização são um dos responsáveis pelo estabelecimento dessa coerência. Os outros responsáveis são os mecanismos enunciativos, aos quais dedicaremos a próxima seção.

### **2.3 Os mecanismos de responsabilização enunciativa**

Os mecanismos de responsabilização enunciativa estão no último nível da arquitetura textual, o mais “superficial”. São eles que cooperam mais para o estabelecimento da coerência pragmática (ou interativa) do texto, pois, além de contribuírem para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos, traduzem as várias avaliações em relação ao conteúdo temático.

Para tratar desses mecanismos, Bronckart (1999), inicialmente, discute o estatuto do “autor” e das instâncias formais de enunciação. O autor seria o agente da ação de linguagem que se concretiza num texto empírico e, por isso, poderia ser tomado como o total responsável pelo texto. Todavia, muitas vezes, autores como Ducrot (1987) e Genette (1972) invocam outras instâncias – “narrador” e “enunciador” –, às quais delegam a responsabilidade enunciativa de um texto.

Para explicar essa complexa questão, Bronckart (1999) explora algumas contribuições da psicologia interacionista-social. Assim, segundo o autor, o organismo humano que está na “origem” do texto constitui realmente o autor. Isso tanto do ponto de vista comportamental quanto do mental, porque qualquer texto provém de um ato material de produção de um organismo humano. Trata-se de uma intervenção comportamental estreitamente interativa com o acionamento de um conjunto de representações que, por sua vez, increve-se no mesmo organismo humano

Sendo a ação de linguagem bastante secundária, isto é, por qualquer ser humano poder dizer ou escrever um texto que não seja de sua autoria, a **responsabilidade** de um texto deriva apenas de dimensões mentais. Neste sentido, Bronckart (1999) afirma que seu tratamento requer um reexame do estatuto das representações acionadas em qualquer produção textual.

Subconjuntos de representações referentes ao contexto físico e social de sua intervenção, ao conteúdo temático e ao seu próprio estatuto de agente (intenções, motivos e capacidades de ação) são mobilizados por um autor que executa uma ação de linguagem. Como essas representações constroem-se na interação com outros indivíduos, elas possuem traços de uma alteridade constitutiva. Desta forma, as opiniões, os valores, as noções disponíveis no autor são representações de estatuto dialógico sempre confrontáveis e negociáveis.

Quando um autor mobiliza (pelo empréstimo ou pela adaptação de) um modelo de gênero disponível no intertexto de um grupo social, esse modelo veicula em toda a sua organização as representações de “outros”, ou seja, de gerações anteriores e/ou contemporâneas. Nesta perspectiva é que Bronckart (1999) acentua a procedência da ação de linguagem. Primeiramente, ele explica que a ação de linguagem é uma ação empreendida por um autor, na medida em que explora os recursos de uma língua natural em uso por um grupo social, no qual o autor se inclui.

Os conhecimentos procedentes dos gêneros de textos em uso sobre seus aspectos funcionais e estruturais colocados em interface aos conhecimentos disponíveis no agente são os responsáveis pela geração da ação de linguagem. Assim, a ação de linguagem procede de representações sociais cristalizadas cuja sede é o autor. Portanto, exige-se a criação de um

“espaço mental coletivo” devido ao fato de o “espaço mental” do autor não ser o único a confrontar as representações dele e as dos outros.

Nesse momento, Bronckart (1999:322) redefine o conceito de “mundos discursivos” como “variantes específicas desse espaço mental coletivo”. As “instâncias de enunciação” são, por sua vez, definidas como as regularidades responsáveis pela organização dos mundos discursivos coletivos. Ou seja, a essas instâncias é transferida a responsabilidade do enunciado pelo agente.

Por um lado, quando a instância enunciativa gerencia o mundo discursivo da ordem do Narrar, é chamada de “narrador”. Por outro lado, quando os mundos da ordem do Expor apresentam regularidades de organização análoga, a instância de gestão corresponde ao “expositor”. A terceira instância constitui-se pelo que Bronckart (1999) denomina de “textualizador”, cuja responsabilidade enunciativa refere-se à articulação dos tipos de discurso, do plano geral do texto e dos mecanismos de textualização.

Como essas instâncias estão necessariamente implicadas no conjunto das operações em que se baseiam a arquitetura textual e os mecanismos de textualização, Bronckart (1999) considera uma única instância de enunciação. A não ser quando essa especificação é inevitavelmente exigida pela exposição.

O autor retorna ainda às operações de linguagem postuladas no modelo do ISD para reafirmar que

Todas as propriedades dos modelos disponíveis na intertextualidade são produto do trabalho sócio-semiótico realizado pelas gerações anteriores, e, conseqüentemente, as regras de funcionamento dos diferentes tipos de espaços mentais discursivos-coletivos constituem o resultado sincrônico desse processo histórico permanente. Essas regras, cristalizadas na intertextualidade de uma língua natural, exercem uma restrição decisiva sobre as operações utilizadas na produção de um texto singular: elas definem *possibilidades*, em relação às quais as escolhas de um autor são relativamente restritas. O que é o mesmo que dizer que as instâncias de enunciação que personalizam essas regras de funcionamento discursivo são as principais responsáveis pelas operações de linguagem utilizadas pelo autor: não são nem as suas capacidades propriamente cognitivas nem as suas capacidades acionais (intenções, motivos) que determinam, por si sós, as operações de linguagem efetivamente realizadas. (BRONCKART, 2007:324, grifos do autor.)

Através das palavras do autor, percebe-se que os mundos discursivos são constituídos por operações que, por suas vezes, são predefinidas pelas formas lingüísticas possíveis de uma língua natural. Sendo assim, até mesmo as escolhas lexicais são determinadas pelo modo como as representações do mundo foram historicamente categorizadas e demarcadas nos modelos de signos próprios de uma língua natural.

Para tratar do posicionamento enunciativo, inicialmente o autor afirma que essa expressão pode designar variados mecanismos de caracteres sutis, tal como verificado por Genette (1972), que os avaliou somente em discursos da ordem do Narrar, utilizando a noção de “distância”. Bronckart (1999), no entanto, trata a problemática das diferenças entre os diversos segmentos em termos de “tipos de discursos”. Assim, Bronckart (1999) concebe que mesmo esses segmentos sendo distintos são hábeis a diversas combinações dentro dos gêneros narrativos.

Na medida em que Bronckart (1999) compreende que as operações subjacentes à escolha desses tipos dependem das instâncias de enunciação, ele não retoma a problemática supracitada. Todavia, Bronckart (1999) perpassa a noção de perspectiva (focalização ou ponto de vista) de Genette (1972) para esclarecer que esta pretende identificar o ângulo pelo qual são percebidos os acontecimentos constitutivos da diegese: (1) a visão externa do narrador, (2) a visão introjetada em um personagem ou (3) a combinação desses dois tipos de apreensão.

Para Bronckart (1999), essas diferenças em sua realização lingüística são traduzidas, em parte, pelos tipos de discursos e, em contraparte, pela distribuição das **vozes**. Conseqüentemente, parece central ao autor a problemática da colocação em cena das vozes, especialmente, por essas vozes assumirem as formas mais concretas da realização do posicionamento enunciativo: as **modalizações**.

As vozes enunciativas são definidas pelo autor como entidades às quais se atribuem (ou entidades que assumem) a responsabilidade do que é enunciado. Ele afirma que é a instância geral de enunciação que assume, na maior parte das vezes, a responsabilidade do dizer. Dá-se a essa voz o nome de “neutra” e, diante de determinado tipo de discurso, trata-se da voz do expositor ou do narrador.

Em outros casos, uma ou várias vozes “outras” podem ser postas em cena pela instância de enunciação. A essas vozes é dado o nome de “infra-ordenadas” em relação ao narrador ou ao expositor. Bronckart (1999) reagrupa essas vozes secundárias em três categorias gerais: (1) vozes de personagens, (2) vozes de instâncias sociais e (3) voz do autor empírico do texto.

As vozes de personagens são aquelas que procedem de seres humanos ou de animais ou objetos humanizados em contos, fábulas etc., que podem ser compreendidos como os agentes implicados nos acontecimentos ou ações constitutivas do conteúdo temático de um segmento de texto. Em segmentos nos quais o tipo de discurso é a narração ou o relato interativo, os agentes podem tratar-se de heróis; já em segmentos de discurso teórico, o agente

pode apresentar-se às vezes como o “criador do conhecimento”; por último, em segmentos do tipo discurso interativo as vozes podem pertencer aos interactantes implicados.

As vozes sociais, por suas vezes, são aquelas procedentes de grupos, instituições ou mesmo personagens sociais. Porém, no percurso temático de um segmento de texto, essas vozes sociais não intervêm como agentes. Ao contrário, elas surgem como instâncias externas de avaliação de certos aspectos do conteúdo.

Por fim, a voz do autor refere-se àquela que deriva diretamente da pessoa que está na origem da produção textual e que, sendo assim, comenta e avalia quesitos do enunciado.

Quando um mesmo texto apresenta várias vozes distintas, considera-se que é um texto polifônico. Segundo Bronckart (1999), existem diversas formas de combinações polifônicas, pois se pode tratar de relações de vozes de mesmo estatuto (diferentes vozes de personagens ou diferentes vozes sociais) ou de várias vozes de estatuto diferente (voz de um personagem, voz do autor, voz social etc.).

Através das avaliações ou comentários formulados por qualquer variedade de voz enunciativa em relação a alguns elementos do conteúdo temático, surgem as expressões modalizadoras. Neste sentido, são as modalizações as responsáveis pela tradução dessas avaliações ou comentários.

Bronckart (1999) conserva as quatro funções de modalização herdadas da Antiguidade grega e as redefine inspirado na teoria dos *três mundos* proposta por Habermas (1987, apud BRONCKART, 1999):

1. **Modalizações lógicas** são avaliações apoiadas “em critérios (ou conhecimentos) elaborados e organizados no quadro das coordenadas formais que definem o *mundo objetivo*, e apresentam os elementos de seu conteúdo do ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados, (...), possíveis” (BRONCKART, 1999:330). O “santinho” (52), por exemplo, apresenta uma modalização desse tipo quando afirma: “Todos *sabem* quem é Camilo Lélis dos Santos”.
2. **Modalizações deônticas** são avaliações apoiadas “nos valores, nas opiniões e nas regras constitutivas do *mundo social*, apresentando os elementos do conteúdo como sendo do domínio do direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso” (BRONCKART, 1999:331). Duas modalizações desse tipo podem ser verificadas no “santinho” (8) quando o agente-produtor afirma: “Quando os valores e a coerência parecem desaparecer, *temos* que nos manter inconformados (...) *É preciso* abrir novos caminhos”.
3. **Modalizações apreciativas** são avaliações que procedem “do *mundo subjetivo* da voz que é a fonte desse julgamento, apresentando-os como benéficos, infelizes, estranhos

etc., do ponto de vista da entidade avaliadora” (BRONCKART, 1999:332). Esse tipo de modalização é recorrente, por exemplo, no “santinho” (8): “sua atuação *firme*”, “um defensor *intransigente*” e “um dos cem *melhores* parlamentares”.

4. **Modalizações pragmáticas** “contribuem para a explicitação de alguns aspectos da *responsabilidade* de uma entidade constitutiva do conteúdo temático (...) em relação às ações de que é o agente, e atribuem a esse agente intenções, razões (...), ou ainda, capacidades de ação.” (BRONCKART, 1999:332). Como exemplo, pode-se observar seu uso no texto do “santinho” (8) por meio da expressão: “Juntos, vamos *garantir*”, a qual atribui intenções aos agentes.

Enfim, através da exposição feita neste capítulo sobre os três níveis constitutivos do “folhado textual”, pode-se perceber que os mecanismos de textualização, que constituem o nível intermediário entre o mais profundo e o mais superficial, interagem com a arquitetura e a pressupõem, na medida em que são eles os responsáveis por marcar a estruturação do conteúdo temático (plano geral que ajusta tipos de discurso e, ocasionalmente, seqüências). Já os mecanismos enunciativos são praticamente independentes do plano de texto e, por isso, são considerados superficiais por terem relação mais significativa ao tipo de interação estabelecida entre o agente-produtor e os agentes-leitores.

Vale apontar que o quadro de análise de textos do ISD nos pareceu bastante promissor para o estudo do gênero textual “santinho político” na medida em que, como se pôde observar, esse quadro leva em consideração tanto a materialidade lingüístico-discursiva quanto os fatores contextuais. Com base, portanto, nos referências teóricos e metodológicos vistos até aqui, no próximo capítulo expomos a análise dos “santinhos” que constituem nosso córpus e os resultados encontrados.

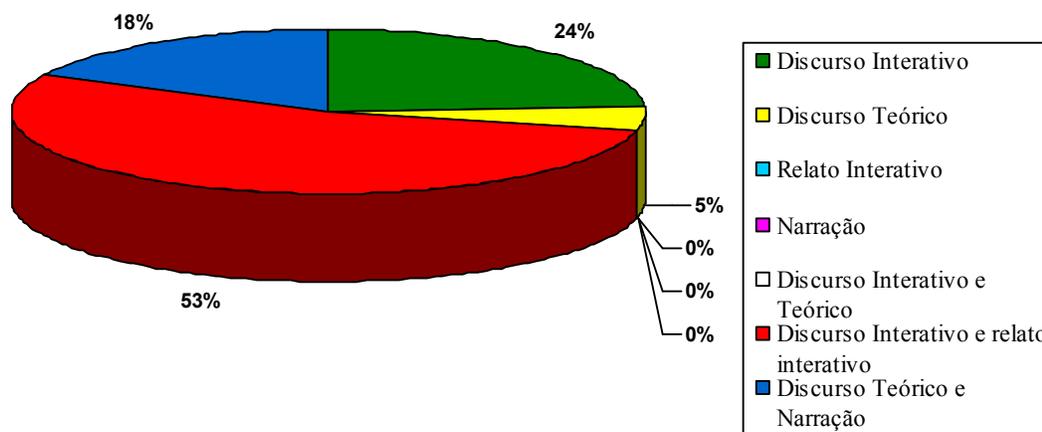
## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DO CÓRPUS E RESULTADOS

#### 1 Análise quantitativa

Partimos de um corpus inicial de 100 exemplares do gênero textual “santinho político”, tivemos como um dos objetivos da pesquisa determinar o tipo de discurso mais recorrente nesse gênero. Para chegarmos a uma visão do conjunto de textos do nosso corpus, elaboramos o gráfico, a seguir, que apresenta os tipos discursivos encontrados nos 100 “santinhos”. A partir dessa análise, pudemos recortar alguns exemplares de nosso corpus para expormos o estudo mais minucioso do GT “santinho político”.

#### Tipos de discursos presentes nos "santinhos"



Através deste gráfico, podemos perceber, primeiramente, que não há “santinho” algum cuja criação do Mundo Discursivo seja predominantemente da ordem do Narrar (0% para as cores azul claro e rosa). Neste sentido, observamos facilmente que houve um predomínio de “santinhos” (53%) nos quais se criaram o Mundo do Expor conjunto/implícado, ou seja, o tipo “discurso interativo”, apresentando também segmentos do Mundo do Narrar.

Em segundo lugar, predominaram (24%) aqueles “santinhos” nos quais a caracterização do arquétipo psicológico foi também conjunto/implícado, não apresentando, contudo, segmentos do Mundo do Narrar. Sendo assim, tais porcentagens (53% + 24%) podem ser somadas para que se afirme que em 77% dos “santinhos” de nosso corpus predominou o tipo discurso interativo. Contudo, ressaltamos que os 53% apresentaram segmentos de relato interativo (disjuncto/implícado).

O terceiro tipo de discurso mais recorrente foi o “discurso teórico” com segmentos do tipo “narração” (18%). Em último lugar, contabilizaram-se 5% de “santinhos” que expressaram unicamente o tipo “discurso teórico”.

A análise quanto aos tipos de discurso recorrentes nos dá indícios de uma tendência ao uso do discurso interativo nesses textos, mas somente uma análise estatística minuciosa poderia confirmar esta hipótese. O uso predominante desse tipo de discurso pode ocorrer por suas características lingüísticas propiciarem aos agentes-produtores desses textos um maior envolvimento com os agentes-leitores, o que pode contribuir para que as teses dos primeiros sejam aceitas pelos segundos.

## **2 Discurso persuasivo nos “santinhos políticos”**

Como pressupomos anteriormente, o discurso persuasivo é uma característica do gênero textual “santinho político”. Por isso, a nosso ver, não poderíamos deixar de investigar o modo pelo qual cada candidato procura construir sua *identidade (ethos)* como recurso para persuadir os leitores/eleitores a aderir às suas teses. Buscamos, sobretudo, em Charaudeau (2006) o suporte teórico para que pudéssemos realizar essa investigação, uma vez que esse autor traz um estudo minucioso sobre as estratégias do discurso político.

Para esse autor, o *ethos* é uma estratégia muito utilizada pelo discurso político. O autor afirma que Aristóteles, na Antiguidade, dividiu em três categorias os meios discursivos que influenciam o auditório: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O *logos* pertenceria à propriedade da razão e tornaria o convencimento em algo plausível, já o *ethos* e o *pathos* caberiam ao domínio da emoção e tornariam o emocionar em algo possível. Todavia, o *ethos* estaria voltado para o orador enquanto o *pathos* voltar-se-ia para o auditório. Assim, é o *ethos* que permite ao orador mostrar-se virtuoso, sincero e amável.

A concepção de *ethos* de Charaudeau (2006) filia-se à Análise do Discurso, pois, para o autor, essa noção inscreve-se na concepção discursiva de que o sujeito falante deve dar aos agentes-leitores a impressão de possuir boas características de personalidade, independentemente de elas serem verdadeiras ou não. Esse posicionamento filia-se, por sua vez, à concepção aristotélica de *ethos*, opondo-se à concepção dos retóricos da Idade Clássica (Cícero, Isócrates etc.), para os quais essa noção estaria preexistentemente no discurso. Todavia, Charaudeau (2006) retoma essa noção tentando esclarecer dois pontos dessa definição.

O primeiro refere-se à questão do sujeito languageiro, na qual o autor afirma que esse sujeito seria tanto um ser feito de discurso como um ser social empírico. Enquanto imagem do sujeito que fala, o *ethos* não seria uma propriedade exclusiva dele, mas sim a imagem

transvestida pelo interlocutor a partir do que diz. O *ethos* seria o resultado de uma dupla identidade que depende daquilo que somos e também daquilo que dizemos, porém essa dupla personalidade acaba por se fundir em uma única.

O segundo ponto refere-se à questão da imagem de si: se ela concerne somente ao indivíduo ou se pode relacionar-se a um grupo de indivíduos. Para o autor, o *ethos* pode dizer respeito tanto a um indivíduo particular quanto a grupos de indivíduos, haja vista que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais, ou seja, “o *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão” (CHARAUDEAU, 2006:117). Sendo assim, o coletivo é construído por visões estereotipadas que emanam de uma opinião coletiva em relação a outro grupo. “O *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem” (CHARAUDEAU, 2006:118).

Para o autor, não existem marcas específicas do *ethos*. Ele mais transpareceria do que apareceria, seja pelos vários tipos de comportamento do sujeito (maneira de falar, tom de voz e os gestos) ou pelo conteúdo de suas propostas. A maneira de apresentar idéias, para o autor, tem o poder de construir imagens, assim o *ethos* não pode ser separado das idéias. Para um candidato a um cargo político, isso implica que não adianta somente ter boas idéias. Segundo Charaudeau (2006:118), um político precisa ser igualmente “crível e suporte de identificação porque para aderir às suas idéias é preciso aderir à sua pessoa”.

São duas as grandes categorias de *ethos* que reagrupam as figuras identitárias do discurso político: o *ethos* de **credibilidade** e o *ethos* de **identificação**. De acordo com Charaudeau (2006), os primeiros fundam-se em um discurso da razão e os segundos em um discurso do afeto.

Por um lado, o *ethos* de credibilidade resultaria de uma identidade discursiva construída pelo agente-produtor de modo a conduzir o agente-leitor a julgá-lo como digno de crédito. Dessa maneira, o político precisa construir uma imagem que corresponda a essa qualidade para ser aceito. Charaudeau (2006) afirma que um indivíduo pode ser julgado como digno de crédito quando se cumprem três condições: (1) condição de sinceridade, na qual ele deve transparecer que aquilo que ele diz corresponde com aquilo que ele pensa, (2) condição de *performance*, ou seja, ele deve mostrar que tem os meios de fazer o que anuncia ou promete e (3) condição de eficácia, isto é, aparentando que aquilo que ele anuncia e aplica produz um efeito.

Assim, segundo o autor, como a credibilidade é essencial no discurso político, um político que almeja persuadir determinado auditório deve cumprir as três condições

assinaladas acima e, para isso, procura construir para si um *ethos* de *competente, sério e virtuoso*.

Por outro lado, o *ethos* de identificação do político resultaria de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de comportamentos, de corporalidade e de ações verbais relacionados às expectativas vagas dos cidadãos. Devido ao fato de o auditório dos políticos ser heterogêneo, eles tendem a construir para si uma polivalência de imagens. Entre as mais recorrentes, Charaudeau (2006) destaca aquelas voltadas mais para a *persona* do político (o *ethos* de *potência*, o *ethos* de *caráter*, o *ethos* de *inteligência* e o *ethos* de *humanidade*) e aquelas que, como o *ethos* de *chefe*, orientam-se mais para o cidadão – já que se formam em uma relação imprescindível entre si e o outro.

É especialmente por meio dessa proposta de Charaudeau (2006) que analisamos, após a descrição de nosso *corpus* a seguir, os *ethé* construídos pelos políticos no gênero “santinho político”.

Os “santinhos políticos”, em função da atividade social à qual se relacionam – campanhas políticas eleitorais –, apresentam como tema a divulgação de nomes de candidatos a cargos políticos, expondo informações sobre eles. A elaboração desses textos é feita, portanto, em época de campanhas eleitorais pelos próprios candidatos ou pelos coordenadores de campanha responsáveis pela comunicação e marketing (cada partido ou coligação tem os seus) juntamente com os candidatos (com ou sem auxílio de agências publicitárias).

Como se verá, um mesmo “santinho” pode fazer a propaganda política de um único ou de vários candidatos. Além do(s) nome(s) do(s) político(s), de seu(s) número(s) e de um texto que expõe a vida pessoal e/ou profissional do(s) candidato(s), um “santinho” contém, normalmente, uma foto, um eslogão, o nome do partido e, se for o caso, o nome da coligação na qual se inscreve(m) o(s) candidato(s). Alguns políticos trazem ainda em seus “santinhos” uma marca ou um símbolo, como faz, por exemplo, a candidata do “santinho” (11) que usa a imagem de um lápis como sua marca, o que remete ao fato de ela ser uma educadora.

Considerando o conceito de **suporte textual** de Marcuschi (2003), verificamos que o suporte do gênero “santinho político” seria o pequeno retângulo de papel no qual é impresso. Quando se tem frente e verso<sup>33</sup> utilizados, freqüentemente valoriza-se a foto do candidato, que é ampliada e ocupa quase todo o lado do “santinho” considerado, por nós, sua frente. Enquanto os demais elementos podem aparecer tanto em sua frente quanto em seu verso, o texto escrito que expõe aspectos da vida do candidato, por sua vez, ocupa, na maioria das

---

<sup>33</sup> Para fins de análises, consideramos (como se pode observar nos “santinhos” em anexo), como “frente”, o lado dos “santinhos” que, freqüentemente, traz a foto do(s) candidato(s). Como “verso”, consideramos, por sua vez, o lado que apresenta, especialmente, o texto escrito que expõe a vida pública e/ou privada do(s) candidato(s).

vezes, quase a totalidade do lado oposto ao da fotografia (ver os 100 “santinhos” em anexo). Seus elementos recorrentes – nome do candidato, fotografia, eslogão, texto que expõe a vida pessoal e/ou profissional do candidato, sua marca (símbolo), número, partido e coligação – fazem parte do que Bakhtin (2000) denominou de **construção composicional** dos gêneros.

Compreendemos que a finalidade comunicativa desse gênero seria a de persuadir os eleitores a votarem em determinado candidato, ou seja, por meio desse gênero, pretende-se fazer os eleitores aderirem à tese de que se deve confiar a um determinado candidato certo cargo político. Para isso, considerando o atual contexto sócio-histórico do Brasil, onde a maioria dos eleitores brasileiros é pouco escolarizada, segundo os cadernos NAE (2005), supomos que seu estilo de linguagem seja, em sua maior parte, informal, com traços da oralidade, entre eles o recurso a vocábulos que produzam efeito interpelativo e criem relação de intimidade com o leitor/eleitor, como, por exemplo, o pronome “você”.

Se essas formas lingüísticas, constitutivas de um estilo de linguagem informal, forem constatadas nos textos dos “santinhos”, elas poderão, em alguma medida, evidenciar algumas representações que os políticos possuem dos eleitores brasileiros. Vale ressaltar, nos termos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), que as características psíquicas e sociais dos agentes-leitores podem servir aos políticos para que estes presumam os conhecimentos, as crenças e os valores de seus agentes-leitores e, com isso, tenham maiores chances de serem bem sucedidos através desse meio de interação.

Os 8 exemplares de “santinhos” – selecionados por nós dentre os 100 “santinhos” de nosso cópua para realizarmos uma análise minuciosa desse gênero – estão expostos na tabela a seguir.

**“Santinhos” selecionados:**

“Santinho”	Candidato	Cargo	Município de Minas Gerais	Tipo discursivo
1	Newton	Senador	MG	Discurso Interativo
2	Newton	Senador	MG	Discurso Teórico e Narração
4	Nilmário	Governador	MG	Discurso Interativo e Relato Interativo
7	Marcos San’Anna	Deputado Federal	MG	Discurso Teórico e Narração
12	Paulo Cesar	Deputado Estadual	MG	Discurso Interativo e Relato Interativo
18	Francisco de Sales da Silva e Anísio Ferreira Cabral	Prefeito e vice-prefeito	Brás Pires/MG	Discurso Interativo e Relato Interativo
28	Dirceu Passos e Sônia Milagres	Prefeito e vice-prefeito	Senhora dos Remédios/MG	Discurso Teórico e Narração
50	Luciano Esteves	Vereador	Ponte Nova/MG	Discurso Teórico e Narração

Os eleitores brasileiros aos quais se destinam os “santinhos” (1), (2), (4), (7) e (12) são os mineiros, habitantes do estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se, portanto, de um público bastante heterogêneo, mas o texto desses “santinhos” revela que seus agentes-produtores/oradores concebem seus agentes-leitores como universais, de acordo com a categorização de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005). Neste sentido, os agentes-produtores desses “santinhos” fazem uma projeção dos valores dominantes nessa comunidade.

O “santinho” (1) começa seu texto com uma pergunta retórica: “Você sabe qual a função do **senador**?” Com o uso dessa estratégia, o agente-produtor busca se aproximar dos agentes-leitores (eleitores), isto é, criar uma atmosfera de intimidade para gerar um interesse no leitor/eleitor de prosseguir com a leitura do texto. A formulação de questões retóricas é, de acordo com Koch (2004), uma estratégia muito utilizada tanto no discurso didático quanto no discurso de cunho persuasivo, assim o texto do “santinho” (1) pode, ao mesmo tempo, instruir os eleitores, bem como convencê-los a votarem no candidato que é apresentado no mesmo. Pode-se perceber, nesse “santinho”, que o agente-produtor do mesmo utiliza como estratégia de persuasão uma proposição falsa para enganar propositalmente o agente-leitor, uma vez que senadores fazem parte do poder legislativo e o presidente do executivo. Sendo assim, senadores não trabalham junto a presidentes.

Vale lembrar que, de acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), quando o orador se dirige a um auditório particular, é mais adequado fazer uso do discurso persuasivo, e, quando o orador se dirige a um auditório universal, é mais adequado fazer uso do discurso convincente. O discurso persuasivo é aquele que apela para as paixões e emoções do auditório, enquanto o discurso convincente é aquele que se utiliza da razão. Percebe-se que, no sentido dado pelos autores aos vocábulos “persuasivo” e “convincente”, o agente-produtor do “santinho” (1) efetivamente faz uso do discurso convincente, ou seja, mais voltado para a razão do que para a emoção. Pode-se observar, contudo, que, com a pretensa intenção de atingir a universalidade dos eleitores, ocorre um equívoco constitucional nesse texto em relação à interlocução que se afirma ser feita pelo senador entre União, Estado e municípios, pois a ação constitucional do senador é a representação das unidades da federação (estados) no poder legislativo e não da União e dos municípios.

Assim, por meio dessa pergunta retórica, surge a resposta já citada acima: “O **senador** trabalha junto ao presidente e é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios”<sup>34</sup>. Percebe-se que há uma inversão na ordem da sentença que valoriza não o que seria a função do senador (“interlocutor”), mas seu trabalho ao lado do presidente. Em outras

---

<sup>34</sup> A vírgula que deveria haver após o termo “União”, efetivamente, não foi colocada no texto, como se pode verificar no texto original do “santinho” (1) em anexo.

palavras, o foco está voltado para a boa relação que um senador deve ter com o presidente – tópico que é desenvolvido no restante do texto e que é confirmado pela fotografia do candidato com o braço nos ombros do presidente.

Por sua vez, no “santinho” (2), o candidato quer validar seu eslogan “Um homem que faz” e, para isso, constrói um texto quase totalmente em tópicos sob dois subtítulos: “Um homem trabalhador” e “Um político comprometido com o povo”. A princípio, esses dois subtítulos já indicam a identidade que o candidato quer construir para si, isto é, um *ethos* de trabalhador e de homem sério. O tempo de trabalho do político também é salientado (“50 anos”), o que lhe pode conceder credibilidade pela experiência profissional; todavia, para reforçar seu *ethos* de trabalhador, ressalta-se que o candidato “Começou a trabalhar aos 14 anos”. A sua identidade de competente é aumentada (e com ela é construída sua identidade de inteligência) quando se afirma que ele cursou “Administração Pública e Sociologia Política pela UFMG” além de “Direito pela PUC Minas”. Ao citar as instituições de ensino que o formaram – UFMG e PUC Minas –, acaba por dar credibilidade à sua formação, uma vez que se refere a instituições de ensino reconhecidas por seus padrões de qualidade. Sua experiência empresarial também é mostrada como significativa, sendo reforçada pela data em que o político ingressou no ramo empresarial: “desde 1957”.

Sob o subtítulo “Um político comprometido com o povo”, percebe-se um grande uso de verbos que demonstram as ações desse político, construindo um *ethos* de potência por evidenciá-lo – como afirma Charaudeau (2006) - não como um homem somente de palavra, mas também de ação: “lutou”, “construiu” (4 vezes), “urbanizou”, “implantou”, “deu” e “criou”. Além desses verbos há a forma verbal “eleito”, na voz passiva, que poderia motivar o auditório a crer na seriedade do candidato, haja vista que, se esse candidato já fora eleito 5 vezes, esse fato revelaria a competência do candidato no exercício de funções políticas.

Após o texto construído em tópico, há um pequeno parágrafo que revela, ainda, a tentativa de se construir mais um *ethos* para o candidato: o *ethos* da virtude. Através da afirmação “Newton sempre foi um pai e um esposo presentes. Newton acredita no trabalho, na família e no ser humano”, o político mostra-se como aquele que dá exemplo, como uma pessoa correta tanto na vida pública quanto na privada.

O “santinho” (4) apresenta uma construção semântica mais particular e mesmo inovadora dentre os demais “santinhos” do nosso cópulo. Sua argumentação é construída fundamentalmente dentro do domínio discursivo do jogo de futebol. Devido à popularidade desse esporte no Brasil, o aproveitamento desse domínio discursivo pode propiciar para muitos leitores/eleitores brasileiros uma leitura mais prazerosa do “santinho” (4), além de

fazê-los se identificar com o candidato e, em alguma medida, compreenderem um pouco o que se passa no complexo domínio discursivo da política.

A finalidade do “santinho” (4) é convencer o eleitorado do estado de Minas Gerais a eleger Nilmário como governador. Para isso, a imagem e os feitos do presidente Lula são explorados. Deve-se ressaltar que o candidato do “santinho” (4) também divulga o nome de Lula para a reeleição à presidência, uma vez que as eleições de governadores estaduais, deputados estaduais, deputados federais e presidente da república ocorrem na mesma data.

Na frente do “santinho” (4), há a fotografia do presidente Lula ao lado do candidato que se almeja eleger – Nilmário – juntamente com o eslogão: “COM NILMÁRIO E LULA, O POVO VAI GANHAR”. Através desse eslogão, especialmente do vocábulo “ganhar”, introduz-se um texto de discurso político que se aproveita de características culturais da população brasileira para elaborar um enunciado que remeta os leitores/eleitores a um domínio discursivo de que eles gostam e que compreendem. Assim, Lula é posto como o “capitão do time”, aquele que conduz a “sua equipe a marcar gols em todos os setores”. É interessante notar como os dois domínios discursivos (político e do futebol) são mesclados no enunciado, uma vez que “marcar gols” é claramente associado ao esporte e que a expressão “todos os setores” se refere às áreas de atuação política.

Há muitos vocábulos e expressões que remetem os leitores do “santinho” (4) às imagens de um jogo de futebol: “time”, “ganhando de goleada”, “jogar como o povo gosta”, “capitão do time”, “marcar gols”, “campeão”, “comemorar os gols”, “craque” e “correr para o abraço”. A identificação de Lula como “capitão do time” e não, por exemplo, como “técnico do time”, pode ser compreendida se se pensar na postura que Lula sempre transmitiu de não estar em uma posição hierárquica superior, mas de ser um igual, um “companheiro” – termo que o político sempre usa. Lula sendo colocado como “capitão do time” pode fazer o leitor/eleitor pensar que ele não somente dá ordens, mas ele faz e incentiva, isto é, ele está “dentro do jogo” ativamente, ele “joga” lado a lado com os demais.

Já a identificação de Nilmário como “craque” e não “jogador” traz consigo a idéia de que não basta ser um jogador, tem de ser um “campeão”, e um “campeão” é um “craque”. Nilmário seria um “craque”, aquele que faz gols, que faz o povo feliz. As últimas sentenças do enunciado afirmam: “Com Nilmário e Lula o povo vai ganhar. Depois de 1º de outubro, é só correr para o abraço”. Essas sentenças poderiam fazer o leitor/eleitor compreender que Nilmário e Lula “passaram a bola” para eles “jogarem” no dia 1º de outubro, isto é, no dia das eleições. Ou seja, “os gols” (os votos atribuídos a Lula e Nilmário) serão feitos no dia das eleições e, sendo feitos, é só comemorar (“correr para o abraço”).

Em todos os 8 “santinhos” selecionados, percebe-se que a identidade discursiva do candidato é construída objetivando conduzir os agentes-leitores (eleitores) a julgá-lo digno de crédito. No “santinho” (7), por exemplo, todas as áreas de atuação profissional do candidato são mencionadas (ex: “vice-prefeito”, “fundador do Instituto”, “engenheiro”, “empresário”, “líder estudantil”, “professor universitário”, “líder classista” etc.), como forma de convencer o agente-leitor de que se trata de um candidato capaz de exercer o cargo de Deputado Federal. O *ethos* de competente do candidato do “santinho” (7), além de ser construído pelos vários cargos que ocupou, também é estabelecido pela menção ao tempo em que ele tem se dedicado à construção da infra-estrutura do país: “mais de 50 anos”. Todas as citações de cargos importantes ocupados não deixam, além do mais, de construir o *ethos* de seriedade do candidato, já que a seriedade é pressuposta para o exercício de tais funções. Por fim, há a elaboração do *ethos* de coragem quando, no quarto parágrafo do texto, afirma-se que o candidato “Levantou, no Estado, a bandeira do VOTO CONSCIENTE, a única arma para combater os maus políticos e dar melhores rumos à política brasileira”.

Por outro lado, o *ethos* de inteligência identifica o político na medida em que faz parte de nossas crenças concebermos professores universitários, engenheiros e empresários como indivíduos possuidores de um capital cultural herdado tanto de sua origem social quanto de sua formação. Segundo Charaudeau (2006), o *ethos* da inteligência pode provocar a admiração e o respeito do auditório e fazê-lo aderir às teses do orador. Mas, para isso, toda a qualificação intelectual do orador deve ser confirmada através de seus comportamentos atuais. Nesse sentido, o candidato do “santinho” (7) procura ressaltar seus feitos para dar essa confirmação aos eleitores, por exemplo: “Por oito anos atuou intensamente junto a parlamentares, no Congresso Nacional, no debate e na proposição de leis sobre temas relevantes para o País, nas áreas de infra-estrutura...”. Pode-se observar que há sempre o uso de advérbios intensificadores das ações do candidato (“atuou intensamente” e “ter participado ativamente”, por exemplo), que demonstram a intenção de se confirmar as qualidades desse político. O que se explicita ao fim do texto quando se escreve o nome do candidato em negrito e caixa alta e se exclama: “este é um bom candidato!”.

Já o político do “santinho” (12) fundou sua argumentação especialmente na construção de um *ethos* de competente. Seu texto é marcado por suas experiências profissionais e ações, porém de uma forma bem sucinta. Ele não indica suas formações acadêmicas nem salienta seus anos de trabalho. A pouca construção dos *ethé* de identificação parece ter deixado o discurso do candidato com baixa afetividade e maior racionalidade, o que de certa forma pode tê-lo prejudicado, pois é através desses *ethé* que o auditório é levado a aderir à pessoa do

político, o que nos remete às palavras de Charaudeau (2006:118): “não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer” e “para aderir às suas idéias é preciso aderir à sua pessoa”.

Por suas vezes, os “santinhos” (18), (28) e (50) possuem agentes-leitores mais delimitados, na medida em que os cargos políticos pleiteados por eles pertencem às prefeituras de algumas cidades do estado de Minas Gerais.

Os eleitores brasileiros aos quais se destina o “santinho” (18), por exemplo, são os cidadãos de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais: Brás Pires, composta por uma população estimada de 4.665 habitantes<sup>35</sup>. Os brás-pirenses são, portanto, os agentes-leitores desse “santinho”. Vale ressaltar que, talvez em função do contexto próprio dessa pequena cidade, certos valores sejam tão fortemente marcados nesse texto. Podemos observar, por exemplo, que os eleitores podem identificar os candidatos expostos como sérios e responsáveis devido ao destaque dado à situação conjugal dos candidatos, bem como ao número de filhos que possuem. Outro exemplo, que podemos citar do texto, está relacionado ao adjunto adnominal “fervoroso” que explicita a valorização da religiosidade na pequena cidade de Brás Pires.

O “santinho” (28) é destinado, por sua vez, aos eleitores de Senhora dos Remédios. Trata-se de uma pequena cidade do estado de Minas Gerais com, aproximadamente, 10.544 habitantes<sup>36</sup>. Da mesma forma que o “santinho” (18), o “santinho” (28) ressalta a situação conjugal dos candidatos e o número de filhos que cada um possui, o que poderia, como foi afirmado anteriormente, construir uma imagem de candidatos sérios e responsáveis. A formação acadêmica também é explicitada. Isto mostra o desejo de se construir o *ethos* da inteligência e, ao mesmo tempo, da competência, isto é, do poder fazer.

Já o “santinho” (50) dirige-se aos eleitores de Ponte Nova, cidade mineira e interiorana um pouco mais habitada do que as cidades dos “santinhos” (18) e (28), com aproximadamente 57.482 habitantes<sup>37</sup>, mas também de pequeno porte. Nota-se no texto desse “santinho” que, mesmo sendo a cidade consideravelmente maior do que as cidades dos “santinhos” (18) e (28), ainda se pretende atingir os agentes-leitores através dos laços de família. Assim, expõem-se os pais do candidato que, ainda jovem, provavelmente não tenha constituído sua própria família. Percebe-se certa recorrência do uso do valor da família para persuadir os agentes-leitores. Verifica-se, também, a construção do *ethos* de competente e inteligente ao serem detalhados os trabalhos exercidos pelo candidato, bem como sua formação e titulação acadêmica.

---

<sup>35</sup> Ver [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008_DOU.pdf)

<sup>36</sup> Idem à nota anterior.

<sup>37</sup> Ibidem.

Ao verificarmos o estilo de linguagem utilizado pelos 8 “santinhos” representativos de nosso *cópus*, observamos que os de número (1) e (4) apresentam-se mais informais ou com traços da oralidade. Nos “santinhos” (2), (7), (12), (18), (28) e (50), porém, há a predominância de textos mais formais. Diante desses dados, nossa hipótese de que o estilo de linguagem presente nos textos dos “santinhos” seria, sobretudo, informal, não foi confirmada. Entretanto, a escolha de um estilo de linguagem mais formal pode estar associada à construção do *ethos* do político como homem inteligente.

Após essa análise sobre o discurso persuasivo presente em textos de “santinhos”, apresentamos, nos itens 3, 4 e 5, uma investigação minuciosa (na qual utilizamos o aparelho teórico/metodológico do ISD) da arquitetura interna dos textos dos “santinhos”, dos mecanismos de textualização e dos mecanismos enunciativos neles usados os quais, devido à função social desse gênero (persuadir eleitores), podem contribuir para a argumentação nesses textos.

### **3 A arquitetura interna dos textos de “santinhos políticos”**

#### **3.1 Identificação do plano geral do texto em cada “santinho”**

Para compreender o **plano geral do texto** – um dos níveis mais profundos do folhado textual -, Bronckart (1999) afirma ser necessário focalizar a forma como se organiza o conjunto do conteúdo temático. Pode-se observar na descrição sobre os textos de nosso *cópus*, feita anteriormente, que o tema dos “santinhos políticos” (1, 2, 4, 7, 12, 18, 28 e 50) é sempre a candidatura de um ou mais candidatos a diversos cargos políticos. Para chegarmos ao plano geral desses textos empíricos, resumiremos, após a transcrição dos textos de cada um dos “santinhos”, as idéias principais que se podem construir no processo de leitura. Salientamos que os textos foram enumerados intuitivamente em partes (1, 2, 3 etc.) para facilitar a referência a determinados segmentos dos mesmos.

#### **“Santinho” (1)**

(1) Você sabe qual a função do **senador**?

(2) O **senador** trabalha junto ao presidente e é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios. Por isso, o bom relacionamento entre o senador e o Presidente da República é muito importante. Um **senador** que faz oposição ao presidente dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, atrasando o desenvolvimento do Estado e dos municípios.

(3) Então, quem **VOCÊ** acha o melhor **senador** para Minas?

(4) **Newton** é o meu **senador** – Presidente Lula.

O plano geral do “santinho” (1) pode ser construído da seguinte maneira:

- a) Questiona-se ao agente-leitor sobre seu conhecimento a respeito da função de um senador (parte 1);
- b) Expõem-se com quem um senador trabalha, a importância da boa relação entre o senador e o presidente, bem como o que ocorre quando essa relação não é boa (parte 2);
- c) Interpela-se o agente-leitor sobre quem será o melhor senador (parte 3);
- d) Afirma-se a posição do agente-produtor em relação ao candidato exposto e ao presidente Lula (parte 4).

Pode-se observar que enumeramos como partes (1) e (3) os segmentos interrogativos e, como partes (2) e (4), os segmentos que, de alguma forma, respectivamente, respondem às interrogações. Observa-se, também, que há o desenvolvimento de um texto interativo com o agente-leitor que, ao mesmo tempo em que é instruído sobre as funções de um senador, pode ser persuadido de que o candidato exposto deve ser eleito a senador.

### “Santinho” (2)

(1) Motivos para ter Newton no Senado

(2) ***Um homem trabalhador***

- 50 anos de trabalho
- Começou a trabalhar aos 14 anos
- Cursou Administração Pública e Sociologia Política pela UFMG
- Bacharel em Direito pela PUC Minas
- Empresário dos ramos de alimentação, eletrodomésticos e móveis desde 1957

(3) ***Um político comprometido com o povo***

- Lutou contra a ditadura junto ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro)
- Eleito duas vezes Deputado Federal (1979-1982/1994-1996)
- Eleito três vezes prefeito de Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)
- Eleito Governador de Minas Gerais (1987-1990)
- Construiu o Famog, um complexo de 12 conjuntos Habitacionais
- Construiu 100 pontes e viadutos
- Implantou e recapeou mais de 11.700 Km de estradas
- Construiu 13 aeroportos e 113 terminais rodoviários
- Construiu 2 Usinas Hidrelétricas
- Urbanizou 185 cidades
- Deu o melhor salário da história da PM e do professorado de Minas Gerais
- Criou a UEMG e a UNIMONTES
- Todos os municípios de Minas foram contemplados com, pelo menos, uma obra de Newton.

(4) Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais, Newton sempre foi um pai e um esposo presentes. Newton acredita no trabalho, na família e no ser humano.

(5) ***Um homem que faz!***

O plano geral do “santinho” (2) pode ser construído como apresentado a seguir:

- a) Apresentam-se razões para que os eleitores votem no candidato (parte 1);
- b) Explicitam-se os anos de trabalho e a formação acadêmica do candidato (parte 2);

- c) Expõem-se as realizações do candidato quando político (parte 3);
- d) Relata-se a relação do político com sua família (parte 4);
- e) Exclama-se uma qualidade do candidato (parte 5).

O “santinho” (2) foi dividido em cinco partes que, para nós, resumem o conteúdo temático do texto. Ou seja, os motivos para os eleitores votarem no candidato se devem ao fato de ele ser trabalhador, um bom político e um pai de família, essas qualidades do candidato se resumem na parte que enumeramos como quinta: “Um homem que faz!”.

#### “Santinho” (4)

**(1) Com o time de Lula, o Brasil está ganhando de goleada. Com Nilmário, Minas também vai jogar como o povo gosta.**

(2) As obras do presidente Lula avançam por toda Minas Gerais. Como capitão do time, Lula tem levado sua equipe a marcar gols em todos os setores. Na política social, não tem pra ninguém: Lula é campeão. Aqui e em todo o Brasil. Estradas são recuperadas e ferrovias são revitalizadas. A saúde recebe cuidados como nunca e a segurança ganha atenção redobrada. As universidades estão abertas para os jovens que nunca tiveram uma chance. A economia cresce e a renda aumenta.

Ninguém dá tanta alegria ao povo como o time de Lula. São tantas vitórias que tem muita gente querendo comemorar os gols que Lula vem fazendo. (3) Mas, aqui em Minas, o único candidato a governador que joga no time de Lula é Nilmário. Foi ministro de Lula e entrou no jogo para ganhar o Palácio da Liberdade. Nilmário é um craque que conhece Minas como ninguém e vai governar para todos os mineiros. Com Nilmário e Lula o povo vai ganhar. (4) Depois de 1º de outubro, é só correr para o abraço.

Construímos o plano geral do “santinho” (4) da seguinte forma:

- a) Introduce-se a idéia de que Nilmário jogará como e com Lula (parte 1);
- b) Expõem-se os feitos do presidente Lula em todo Brasil, bem como em Minas Gerais (parte 2);
- c) Afirma-se que, apesar de haver “muita gente” colocando-se como se estivesse ao lado do presidente, somente Nilmário efetivamente está (parte 3);
- d) Apresenta-se o “fechamento” do texto (parte 4).

Percebe-se um encadeamento de idéias que sinalizam ao leitor/eleitor que, se este votar em Nilmário, o voto será como um gol marcado pelo time do qual o eleitor é torcedor. Assim, dividimos esse texto em três partes que podem, em alguma medida, resumir que, se Nilmário joga no time de Lula e se esse time marca gols, somente Nilmário é o político capaz de beneficiar o (“marcar gols” no) Estado de Minas Gerais.

#### “Santinho” (7)

(1) “Vice-prefeito de Célio de Castro em Belo Horizonte e fundador do Instituto Horizontes – organização articulada do Plano Estratégico da Grande BH – **MARCOS SANT’ANNA** é engenheiro e empresário com mais de 50 anos dedicados à construção da infra-estrutura do País.

(2) Foi líder estudantil, professor universitário e líder classista, tendo sido presidente, por duas gestões, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG), da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (ANEOR) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), além de ter participado ativamente de várias outras associações de classe.

Por oito anos atuou intensamente junto a parlamentares, no Congresso Nacional, no debate e na proposição de leis sobre temas relevantes para o País, nas áreas de infra-estrutura, tributária e de relações público-privadas.

Levantou, no Estado, a bandeira do VOTO CONSCIENTE, a única arma para combater os maus políticos e dar melhores rumos à política brasileira.

(3) Pela sua extensa experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo, sente-se consciente e capacitado para representar Minas Gerais como Deputado Federal.

(4) **MARCOS SANT'ANNA** – este é um bom candidato!”

Para o “santinho” (7) elaboramos o seguinte plano geral:

- a) Apresenta-se Marcos Sant'Anna (parte 1);
- b) Narra-se o que ele foi e fez no passado (partes 2);
- c) Expõe-se o que o candidato pretende ser no futuro (parte 3);
- d) Conclui-se que se trata de um bom candidato, isto é, apresenta o “fechamento” do texto (parte 5).

O conteúdo temático do “santinho” (7) é fortemente marcado pelos tempos verbais utilizados pelo autor do texto. O primeiro parágrafo está no presente, o segundo, o terceiro e o quarto estão no passado, o quinto transmite uma idéia de futuro e o sexto, novamente no presente, pretende persuadir de forma mais explícita o leitor/eleitor a votar no candidato exposto.

## “Santinho” (12)

(1) **Juntos podemos mais**

(2) Paulo Cesar foi prefeito de Nova Serrana por duas vezes (1989/1992 e 1997/2000). Sua administração foi marcada por uma ampla reestruturação econômica e social na cidade. Hoje, Nova Serrana e região formam o 3º pólo calçadista do país.

(3) Em 2002, Paulo Cesar foi eleito deputado estadual e desde então é presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia Legislativa.

(4) Seu trabalho tem sido marcado por ações voltadas para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento dos municípios através de obras de infra-estrutura, investimentos em educação, saúde, segurança e principalmente programas de geração de emprego e renda.

(5) **VOTE**

**Deputado Estadual**

**PAULO CESAR**

O plano geral do “santinho” (12) foi construído por nós da seguinte maneira:

- a) Incitam-se os agentes-leitores para manterem o político no poder (parte 1);
- b) Relata-se a atuação do candidato como prefeito (parte 2);
- c) Relata-se a atuação do candidato como deputado estadual (partes 3 e 4);
- d) Interpela-se o eleitor/leitor para que reeleja o candidato (parte 5).

A organização do conteúdo temático do “santinho” (12) pode, como resumida no plano geral de seu texto, ser percebida em seus parágrafos enumerados por nós.

### “Santinho” (18)

(1) **FRANCISCO DE SALES DA SILVA**, conhecido popularmente por **Chico Chiquim**, concorre ao cargo de prefeito. Natural de Brás Pires, tem 50 anos de idade, é casado e pai de 05 filhos, cristão fervoroso, trabalhador, honesto, cidadão consciente comprometido com o desenvolvimento geral de Brás Pires e o bem estar de toda região.

(2) Chico tem se destacado como um administrador competente e comprometido com a geração de empregos, fator que considera fundamental para o progresso e o bem estar de nosso povo.

(3) Vereador por duas legislaturas, defendeu os interesses de nosso povo solicitando do prefeito municipal a execução de obras e a prestação de serviços ao município e a população de Brás Pires.

(4) **ANÍSIO FERREIRA CABRAL**, conhecido popularmente como **Anísio do Romir**, concorre ao cargo de vice-prefeito. Tem 42 anos de idade, natural de Brás Pires. É casado pai de 02 filhas, cristão fervoroso, trabalhador honesto, cidadão consciente e comprometido com o bem estar de nosso povo. Anísio é agricultor e proprietário de uma linha de leite na qual ele mesmo trabalha. Morador da fazenda Fumal, Anísio é conhecido em toda região devido aos serviços que presta ao povo.

(5) Chico e Anísio, lutarão unidos com o povo pela saúde pública, pela educação, pelo lazer, pelo apoio ao produtor e na micro e pequena empresa, pelos direitos do funcionalismo e pela igualdade entre os cidadãos braspiresenses.

(6) Se você deseja uma Brás Pires desenvolvida, um povo orgulhoso e feliz por aqui habitar, vote em quem carrega consigo um propósito sincero de bem, de paz, de progresso e justiça.

(7) Chico e Anísio trabalharão em todo período de seus mandatos, unicamente em favor do povo braspiresense.

(8) **VOTE PT VOTE 13**

**Agora é Chico e Anísio.**

**AGORA É 13.**

Brás Pires para todos

(9) DEPUTADO FEDERAL

CÉSAR MEDEIROS

Apoiando esta candidatura

Apresentamos, a seguir, nossa construção do plano geral do “santinho” (18):

- a) Apresenta-se a “pessoa” do candidato ao cargo de prefeito (parte 1);
- b) Expõe-se a competência de Chico como administrador (parte 2);
- c) Relatam-se as suas ações como vereador (parte 3);
- d) Apresentam-se caracteres da vida pessoal e profissional do candidato a vice-prefeito (parte 4);
- e) Expõe-se o que os candidatos farão se forem eleitos (parte 5);
- f) Interpelam-se os eleitores para que votem nesses candidatos (parte 6);
- g) Afirma-se como e para quem os candidatos trabalham em seus mandatos (parte 7);
- h) Fazem-se mais interpelações (parte 8);
- i) Expõe-se o apoio de um deputado federal para que sejam eleitos (parte 9).

O “santinho” (18) foi dividido, por nós, em partes de acordo com seus parágrafos. Percebe-se que em cada um de seus parágrafos há um novo conteúdo que deveria ser assinalado, como o fizemos no plano geral exposto anteriormente.

### “Santinho” (28)

(1) **DIRCEU PASSOS – PT**, filho de Martinho Passos e Geralda de Souza Passos casado com Maria José, com quem teve um filho de 26 anos, advogado. Filho de Senhora dos Remédios, formado em Pedagogia e Especialização em Orientação Pedagógica, Inspeção Escolar e Administração Escolar. É um homem atuante na comunidade nos mais diversos setores da atividade humana como: religioso, cultural e social.

(2) Sua maior preocupação é com a melhoria na área da saúde, em torná-la mais eficiente e independente de outros municípios para os tratamentos básicos e assim amenizar o sofrimento e as dificuldades do povo Remediense.

(3) **DIRCEU PASSOS** uniu suas forças políticas com o grupo político de **Sônia Milagres** para oferecer ao povo Remediense novas oportunidades, novas idéias para uma administração empreendedora, transparente, competente e compromissada com os interesses do povo.

(4) **SÔNIA MILAGRES – PMDB**, a Vice-Prefeita também é pedagoga, especializada em Inspeção Escolar e Supervisão Pedagógica. É pós-graduada em Metodologia do Ensino. Formada em ciências, com licenciatura em matemática e ciências e com especialização em biologia.

O plano geral do “santinho” (28) pode ser construído da maneira seguinte:

- a) Apresenta-se o candidato (parte 1);
- b) Expõem-se suas preocupações em relação à cidade na qual pretende se eleger (parte 2);
- c) Explica-se o porquê de o candidato ter Sônia Milagres como vice (parte 3);
- d) Apresenta-se a candidata ao cargo de vice (parte 4).

A organização do conteúdo temático do “santinho” (28) ficou, para nós, explícita em seus parágrafos. Por isto, também atribuímos enumerações a partes correspondentes a parágrafos.

### “Santinho” (50)

(1) **Luciano Esteves Mendes**, conhecido por **Sheikk**, é Filho de Dalísio Ribeiro Mendes e Luiza Esteves Mendes. Funcionário da Caixa Econômica Federal; formado em Administração pela UFV; Pós-graduado em Gestão Estratégica pela UFV e em Psicopedagogia pela UFRJ; Ex-aluno da Escola DR José Mariano, da Escola Estadual Antônio Gonçalves Lanna e do Colégio Salesiano Dom Helvécio; Ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Ponte Nova e Região; Instrutor e Consultor Empresarial; Membro da ALEPON (Academia de Letras de Ponte Nova) e da ONG Puro Verde. Foi professor na FACCO (Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova) e no CEPEI.

(2) MAIS CULTURA, ESPORTE, EDUCAÇÃO,  
GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA...  
PELA GESTÃO PÚBLICA PROFISSIONAL

Construímos, a seguir, o plano geral do “santinho” (50):

- a) Expõem-se aspectos curriculares do candidato (parte 1);
- b) Apresentam-se suas propostas (parte 2).

O “santinho” (50) apresenta um texto que não se utiliza de muitos organizadores textuais explícitos. Por isso, o texto pode parecer um pouco confuso. Para nós, a organização do conteúdo temático se deu de duas formas, uma centrada no currículo do candidato e outra na proposta de que, se eleito for, trabalhará por “mais cultura, esporte, educação” etc.

Enfim, por meio dessa análise sobre o plano geral dos textos dos 8 “santinhos”, observa-se que o objetivo dos autores de persuadir os leitores/eleitores marca-se sempre no conteúdo temático desses textos, seja por meio de uma exposição das experiências profissionais dos candidatos, seja por suas características pessoais ou, ainda, seja por suas promessas ou propostas de governo. Desse modo, os “santinhos” apresentam certa regularidade no uso de mecanismos de “abertura” e de “fechamento” do texto, ou seja, a abertura normalmente apresenta o candidato e o fechamento quase sempre interpela, incentiva, provoca o agente-leitor para votar no candidato exposto.

### **3.2 Tipos psicológicos do GT “santinho político”**

Para Bronckart (1999), toda atividade de linguagem cria um mundo discursivo. Assim, as escolhas lingüísticas do agente-produtor do texto são as responsáveis pela criação de determinado mundo e, por isso, consideramos a tentativa de criar esses mundos como uma estratégia para convencer os agentes-leitores. Ou seja, se o autor de um texto faz escolhas lingüísticas que criam um determinado mundo discursivo, esse mundo poderá, em alguma medida, fazer com que o agente-leitor dê a resposta presumida pela agente-produtor.

Viu-se que o autor distingue quatro mundos discursivos: (a) Mundo do Expor implicado, (b) Mundo do Expor autônomo, (c) Mundo do Narrar implicado e (d) Mundo do Narrar autônomo. As construções desses mundos são ancoradas por dois subconjuntos de operações: o primeiro subconjunto de operações explicita a relação existente entre as coordenadas gerais do mundo ordinário no qual a ação de linguagem de que o texto se origina é desenvolvida, e o segundo está especialmente interligado, de um lado, ao relacionamento entre as várias instâncias de agentividade (personagens, instituições etc.) e sua inscrição espaço-temporal (exatamente como são mobilizadas em um texto) e, de outro lado, aos parâmetros físicos da ação de linguagem em curso (agente-produtor, agente-leitor eventual e espaço-tempo de produção).

Quanto ao primeiro subconjunto de operações, observa-se que os “santinhos” (12) e (18) apresentam suas coordenadas, sobretudo, como “conjuntas” em relação às do mundo ordinário da ação de linguagem. Ou seja, os fatos são colocados como sendo acessíveis no

mundo ordinário dos interactantes e, por isso, são **expostos**. Contudo esses dois “santinhos” trazem segmentos ancorados em origens espaço-temporais, o que pode ser verificado com as expressões “Nova Serrana”, “por duas vezes”, “1989/1992 e 1997/2000” e “Em 2002” presentes no “santinho (12)”, bem como por meio das expressões “por duas legislaturas” e “Brás Pires” presentes no “santinho” (18). Com isso, esses segmentos criam mundos “disjuntos” ao mundo ordinário das ações de linguagem. Estes mundos disjuntos pertencem a outra ordem, isto é, à ordem do Narrar, pois se tratam de mundos situados em um “outro lugar”. No entanto, no caso do GT “santinho político”, o grau de desvio desse mundo disjunto é fraco, já que esse gênero veicula um conteúdo que pode ser interpretado e avaliado em relação aos critérios essenciais de validade do mundo ordinário. Tais segmentos são, portanto, de um “Narrar *realista*” em oposição ao “Narrar *ficcional*” que, para Bronckart (1999), pode apenas ser sujeito a uma avaliação parcial.

Em relação ao segundo subconjunto de operações, verifica-se que, no caso dos “santinhos” (12) e (18), os parâmetros das ações de linguagem são mobilizados (“implicados”) nesses textos por meio de unidades que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal e ao momento da interação que têm, por isso, valor exofórico. Como exemplos de unidades remetendo aos interactantes da ação de linguagem, podemos citar o pronome “nós” elíptico na forma verbal “podemos” no “santinho” (12) e o pronome “você” presente no “santinho” (18). Para exemplificar unidades que remetem ao momento da ação de linguagem, podemos citar as expressões “Hoje” e “desde então” no “santinho” (12) e o termo “Agora” no “santinho” (18). Nesse sentido, os agentes da ação de linguagem e os momentos dessas interações são explicitados por meio de referências dêiticas. Conseqüentemente, para se interpretarem completamente textos que apresentam essas características, segundo Bronckart (1999), é relevante conhecer algumas de suas condições de produção.

A análise desses dois conjuntos de operações leva-nos a concluir que os “santinhos” (12) e (18) caracterizam-se pelo arquétipo psicológico denominado por Bronckart (1999) de discurso conjunto implicado. Assim, o tipo de discurso predominantemente criado nesses textos é o **discurso interativo**, tipo cuja correspondência é o “Mundo do Expor implicado”. Foram vistos, porém, exemplos de segmentos ancorados em origens espaço-temporais que criam um “Mundo do Narrar implicado”, cujo tipo de discurso é o **relato interativo**.

Os “santinhos” (1) e (4) também se caracterizam pelo tipo de discurso **discurso interativo**, mas, ao contrário dos “santinhos” (12) e (18), não apresentam segmentos tão expressivos da ordem do Narrar. Os textos dos “santinhos” (1) e (4) criam em suas totalidades o “Mundo do Expor implicado”, o que é explicitado por seus elementos lingüísticos. Não há uma ancoragem espaço-temporal que remeta o agente-leitor a um “outro lugar” e há algumas

expressões que remetem aos interactantes da ação de linguagem em curso, como, no “santinho” (1), o pronome de tratamento “você” (usado 2 vezes) e o pronome possessivo “meu”. Podem-se observar, também, alguns exemplos de unidades remetendo ao momento da interação verbal, como o dêitico espacial “aqui” (usado 2 vezes no “santinho” 4).

Analisando os “santinhos” (2) e (7) verificamos que eles apresentam suas coordenadas, especialmente, como “conjuntas” às do mundo ordinário das ações de linguagem. No entanto, ambos apresentam segmentos ancorados em origens espaço-temporais através das expressões que criam, segundo Bronckart (1999), um mundo “disjunto” ao mundo ordinário da ação de linguagem. Como exemplo de segmentos ancorados em origens espaço-temporais, podemos citar “Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)”, “(1979-1982/1994-1996)” e “Minas Gerais (1987-1990)” no “santinho” (2) e “por duas gerações”, “Por oito anos”, “no Congresso Nacional” e “no Estado” no “santinho” (7).

O mundo discursivo predominantemente criado nesses textos pertence ao mundo do Expor. Percebe-se que os fatos são apresentados, organizadamente, como acessíveis ao mundo ordinário dos leitores desses textos. Quanto aos segmentos que criam um mundo do Narrar, deve-se notar que se trata de um mundo com o menor grau de desvios em relação ao mundo ordinário. Trata-se de um narrar que se pretende “realista”, pois se quer que seu conteúdo seja avaliado e interpretado de acordo com os critérios de validade do mundo ordinário.

Em relação ao segundo subconjunto de operações, verifica-se que, no caso dos “santinhos” (2) e (7), não se “implicam” os parâmetros da ação de linguagem. Os agentes da ação de linguagem não são explicitados por meio de referências dêiticas. Neste sentido, as instâncias de agentividade desses textos relacionam-se com “autonomia”, ou seja, com independência frente aos parâmetros das ações de linguagem em curso.

Essa autonomia - juntamente à predominância do mundo do Expor nesses “santinhos” - faz com que esses textos possam ser caracterizados pelo tipo de discurso denominado por Bronckart (1999) de **discurso teórico**. Quanto aos segmentos do mundo do Narrar, por seus agentes também relacionarem-se com autonomia diante os parâmetros da ação de linguagem, cria-se o tipo **narração**.

Por último, os “santinhos” (28) e (50) também se caracterizam pelo tipo psicológico **discurso teórico**, contudo, não apresentam segmentos tão significativos da ordem do Narrar. Seus textos criam expressivamente o “Mundo do Expor autônomo”, o que é explicitado por seus elementos lingüísticos. Há algumas ancoragens espaço-temporal realizadas pelos tempos verbais (“teve” no “santinho” 28 e “foi” no “santinho”50), o que remete o agente-leitor a um

“outro lugar”; porém, não há expressões que remetem aos protagonistas da ação de linguagem em curso.

A seguir, nosso foco estará na análise das propriedades lingüísticas dos tipos de discurso. Deixaremos, portanto, o nível mais abstrato tratado neste subitem (dos tipos psicológicos) e passaremos para o nível mais real e concreto dos tipos lingüísticos.

### **3.3 Tipos discursivos do GT “santinho político”**

Como afirmamos acima, tomaremos neste subitem os tipos de discurso não mais do ponto de vista das operações psicológicas, mas, sim, do ponto de vista da materialidade lingüística. Vale ressaltar, porém, que, mesmo quando tomamos os tipos de discurso em um âmbito mais abstrato, é necessário nos basear nas unidades lingüísticas que semiotizam os mundos discursivos. Ou seja, como se pôde observar na análise feita em relação aos tipos psicológicos, os mundos discursivos assim como as operações psicológicas só podem ser identificados através da materialidade do texto.

Após uma análise minuciosa dessas unidades lingüísticas que semiotizam os mundos discursivos criados nos textos dos “santinhos políticos”, obtivemos dados sobre os mecanismos de textualização presentes nesses textos que estão expostos em tabelas no decorrer do presente subitem. Posteriormente, no item 4 do presente capítulo, analisamos os efeitos desses mecanismos para a veiculação do discurso persuasivo presente no gênero textual “santinho político”.

Os “santinhos” (1), (4), (12) e (18), cujo tipo discursivo exclusivo (1 e 4) ou predominante (12 e 18) é o discurso interativo, apresentam as seguintes características: presença de unidades que remetem à própria interação verbal; frases imperativas, interrogativas e exclamativas; utiliza-se neles, sobretudo, um subsistema de tempos verbais composto pelo presente, pretérito perfeito e futuro do indicativo; presença de pronomes e verbos de primeira e segunda pessoas do singular e do plural, ressaltando o abundante uso do pronome pessoal de segunda pessoa “você”<sup>38</sup>, que personifica um agente-leitor individual e indeterminado; presença de auxiliares de modo, bem como de auxiliares com valor pragmático.

Dentre as unidades que remetem à ação de linguagem em curso, podemos citar, no “santinho” (18), o dêitico espacial “aqui” e o dêitico temporal “agora”. As frases imperativas também são recorrentes nos “santinhos”: “vote em quem...”, “VOTE PT” e “VOTE 13” no “santinho” (18) e “VOTE Deputado...” no “santinho” (12).

---

<sup>38</sup> Referimo-nos, sobretudo, às formas verbais de terceira pessoa que se articulam ao pronome de tratamento “você”, as quais demarcam lingüisticamente os protagonistas da interação.

Quanto ao subsistema de tempos verbais explorado, podemos observar os valores de simultaneidade, anterioridade e posterioridade expressos, respectivamente, pelos três grupos:

1. “sabe”, “trabalha”, “é”, “é”, “faz”, “dificulta”, “acha”, “é”, “está ganhando”, “vai”, “avançam”, “tem”, “tem”, “é”, “são”, “são”, “ganha”, “estão”, “cresce”, “aumenta”, “dá”, “são”, “tem”, “vem”, “é”, “é”, “conhece”, “vai”, “vai”, “é”, “podemos”, “formam”, “é”, “Concorre”, “tem”, “é”, “considera”, “concorre”, “Tem”, “É”, “é”, “trabalha”, “é conhecido”, “presta”, “deseja”, “carrega”, “é” e “É”;
2. “tiveram”, “foi”, “tem sido” e “tem se destacado”;
3. “lutarão” e “trabalharão”.

Outra característica de fácil observação nos “santinhos” que apresentam o tipo **discurso interativo** é a presença de pronomes e verbos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural. Vale salientar que, no português, é mais comum o uso do pronome de tratamento “você(s)” para se dirigir diretamente ao(s) agente(s) leitor(es). Sendo assim, a forma verbal que mais comumente se articula ao agente-leitor é, ao contrário do que se observa na língua francesa (verbos de segunda pessoa articulados a pronomes de segunda pessoa *tu* e *vous*), a de terceira pessoa. Podemos citar, como exemplo, os pronomes “você”, “nossos” e os verbos “podemos” e “vote”.

Quanto às anáforas significativas, a nosso ver, para a construção desse tipo de discurso, observamos que esses “santinhos” trazem as anáforas pronominais, bem como as nominais. A seguir, expomos alguns exemplos, nos quais o termo em itálico é o retomado pela anáfora grafada em negrito.

(a) Anáforas pronominais:

- O *senador* trabalha junto ao presidente e  $\emptyset$  é o principal... (“Santinho” 1)
- *Lula* tem levado **sua** equipe... (“Santinho” 4)
- *Paulo Cesar* foi eleito deputado estadual e desde então  $\emptyset$  é... (“Santinho” 12)
- *Anísio do Romir*, concorre...  $\emptyset$  Tem 42 anos...  $\emptyset$  É casado... (“Santinho” 18)
- *Anísio* é agricultor... **ele** mesmo trabalha... (“Santinho” 18)

(b) Anáforas nominais por repetição fiel:

- Você sabe qual a função do *senador*? **O senador** trabalha... o bom relacionamento entre **o senador** e *o Presidente*... Um senador que faz oposição ao **presidente**... (“Santinho” 1)

- Ninguém dá tanta alegria ao povo como o time de *Lula*... os gols que **Lula** vem fazendo... no time de **Lula** é Nilmário. Foi ministro de **Lula**... (“Santinho” 4)

- *Nilmário* é um craque que conhece Minas como ninguém e vai governar para todos os mineiros. Com **Nilmário**... (“Santinho” 4)

- *Chico e Anísio*, lutarão... **Chico e Anísio** trabalharão... (“Santinho” 18)

- *Anísio* é agricultor... **Anísio** é conhecido... (“Santinho” 18)

(c) Anáforas nominais por substituição lexical:

- *Nova Serrana*... **na cidade**. (“Santinho” 12)

- *FRANCISCO DE SALES DA SILVA*, conhecido popularmente por Chico Chiquim, concorre... **Chico** tem... (“Santinho” 18)

- *ANÍSIO FERREIRA CABRAL*, conhecido popularmente como Anísio do Romir, concorre... **Anísio** é... (“Santinho” 18)

Enfim, as características lingüísticas do tipo discurso interativo presentes nos “santinhos” supracitados, bem como em 77% (45% + 32%) dos “santinhos” de todo o córpus – como se pôde averiguar no gráfico da página 95 – revelam-se como importantes estratégias para atingir os agentes-leitores (eleitores brasileiros) do gênero textual abordado, o que pode ser verificado nas análises mais detalhadas feitas no item 4 do capítulo IV desta dissertação. Nota-se que, com o uso do pronome de tratamento “você” – interpelando o leitor –, com a formulação de questões retóricas – no “santinho” (1), por exemplo – e com a freqüente repetição lexical, entre outras construções anafóricas, opera-se na organização dos textos a fim de se gerar uma concordância nos agentes-leitores. Assim, o modo como essas estratégias lingüístico-discursivas, de acordo com Koch (2004), podem auxiliar a organização textual, monitorar a coerência textual, favorecer a coesão e gerar seqüências mais compreensíveis, garantindo o sucesso da interação, será analisado no item supracitado.

Na tabela 1, a seguir, pode-se ter uma visão panorâmica dos mecanismos lingüístico-discursivos presentes nos “santinhos” (1) e (4), que criam unicamente o tipo discurso interativo, como também dos “santinhos” (12) e (18) nos segmentos em que criam esse tipo.

**Tabela 1 – Unidades características do discurso interativo presente nos “santinhos”:**

Características presentes no discurso interativo	“Santinho” (1)	“Santinho” (4)	“Santinho” (12)	“Santinho” (18)
Presença de unidades que remetem à própria interação verbal.	-	- aqui	- hoje - desde então	- aqui - agora
Presença de frases imperativas, interrogativas e exclamativas.	- Você sabe qual a função do senador?	-	- vote	- vote
Uso de um subsistema de tempos verbais composto pelo presente, pretérito perfeito e futuro do indicativo.	- sabe - trabalha - é - faz - dificulta - acha	- está ganhando - vai - avançam - tem - ganha - estão - tiveram - cresce - aumenta - dá - são - vem - foi - conhece - é	- podemos - formam - é - tem sido	- concorre - tem - é - tem se destacado - considera - concorre - trabalha - é conhecido - presta - lutarão - deseja - carrega - trabalharão
Presença de pronomes e verbos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural.	- você - meu	-	- nós (elíptico) - você (elíptico)	- nosso povo - você
Presença de auxiliares de modo e de auxiliares com valor pragmático.	-	-	- podemos mais	-
Presença de anáforas pronominais e nominais.	- <i>O senador</i> trabalha junto ao presidente e Ø é o principal... - Você sabe qual a função do senador? <b>O senador</b> trabalha...	- <i>Lula</i> tem levado <b>sua</b> equipe... - Ninguém dá (...) o time de <i>Lula</i> ... os gols que <b>Lula</b> vem fazendo...	- <i>Paulo Cesar</i> foi eleito (...) e desde então Ø é... - <i>Nova Serrana</i> ... na <b>cidade</b> .	- <i>Anísio</i> é agricultor... <b>Anísio</b> é conhecido...

Quanto ao tipo de discurso **relato interativo** – que se apresenta nos “santinhos” (12) e (18) –, pode-se notar a presença de organizadores temporais (por exemplo, o sintagma preposicional “desde então” no “santinho” 12) decompondo o narrar desenvolvido a partir das origens espaço-temporais: “Vereador por duas legislaturas (...) de Brás Pires”, “de Nova Serrana por duas vezes (1989/1992 e 1997/2000)” e “Em 2002”.

Os tempos verbais explorados no tipo **relato interativo** – presente nos “santinhos” (12) e (18) – são os do “tempo da história” descritos por Benveniste (1966). Especificamente nesses dois “santinhos” aparecem verbos no pretérito perfeito do indicativo (“foi”, “foi marcada”, “foi eleito” e “defendeu”). Vale ressaltar a presença do verbo “solicitar” conjugado no gerúndio (“solicitando”, no “santinho” 18) usado com valor de anterioridade.

Vale ainda apontar que, por esse tipo de discurso (**relato interativo**) “implicar” os parâmetros da ação de linguagem, assim como o **discurso interativo**, há o uso de pronomes que remetem aos interactantes da ação de linguagem em curso – já mencionados acima.

Enfim, os segmentos do tipo relato interativo presentes nos “santinhos” (12) e (18) trazem, também, algumas anáforas pronominais, como:

- *Paulo Cesar* foi eleito deputado estadual e Ø é... (“Santinho” 12)

- *Chico* tem se destacado... Ø defendeu... (“Santinho” 18)

Em relação à construção da argumentação nos “santinhos” que exibem segmentos do tipo relato interativo, observa-se que criar um mundo da ordem do Narrar pode, em alguma medida, funcionar como uma importante estratégia para convencer os eleitores brasileiros a atribuírem seus votos em determinado candidato. Por um lado, quando o agente-produtor relata aos agentes-leitores as realizações profissionais de certo candidato político, cria-se um discurso, de acordo com Charaudeau (2006), fundamentado na razão. Neste sentido, a partir da crença de que quem fez algo no passado poderá dar continuidade a esse trabalho no futuro, o candidato constrói para si uma identidade discursiva que conduz os agentes-leitores a julgá-lo como digno de crédito. Por outro lado, quando o candidato relata no texto de seu “santinho” aspectos de sua vida pessoal e familiar, ele constrói para si o *ethos* de identificação que, segundo Charaudeau (2006), funda-se em um discurso do afeto: resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de comportamentos, de corporalidade e de ações verbais relacionados às expectativas vagas dos cidadãos.

A tabela 2 expõe as características lingüísticas presentes nos segmentos dos “santinhos” (12) e (18) que são construídos com o tipo relato interativo.

**Tabela 2 – Unidades características do relato interativo presente nos “santinhos”:**

Características presentes no relato interativo	“Santinho” (12)	“Santinho” (18)
Presença de unidades que se remetem ao espaço-tempo da produção.	- de Nova Serrana por duas vezes (1989/1992 e 1997/2000) - Em 2002	- Vereador por duas legislaturas (...) de Brás Pires
Presença de organizadores temporais.	- desde então	-
Tempos verbais com valor de anterioridade. Apresenta, especialmente, verbos conjugados no pretérito perfeito do indicativo e no pretérito perfeito composto do indicativo.	- foi - foi marcada - foi eleito	“defendeu” e “solicitando”.
Uso de pronomes que remetem aos interactantes.	-	- nosso
Presença de anáforas pronominais.	- <i>Paulo Cesar</i> foi eleito deputado estadual e Ø é...	- <i>Chico</i> tem se destacado... Ø defendeu...

Percebe-se que também nos “santinhos” (2), (7), (28) e (50) há o predomínio de um mundo **conjunto** em relação ao mundo ordinário dos interactantes, porém seus textos mostram-se **autônomos** frente aos parâmetros da ação de linguagem. Dessa forma, como já se viu no subitem 3.2 do capítulo IV desta dissertação, esses “santinhos” podem ser caracterizados pelo predomínio do tipo **discurso teórico**, cujas representações lingüísticas são: ausência de unidades que se remetam diretamente aos interactantes ou ao espaço-tempo da produção; ausência de pronomes com valor exofórico; ausência de verbos na primeira ou segunda pessoa do singular e do plural; presença de organizadores com valor lógico-argumentativos; presença de anáforas pronominais, nominais ou de procedimentos de referência dêitica intratextual (como no “santinho” (7): “**MARCOS SANT’ANNA – este** é um bom...”).

A seguir, na tabela 3, expomos as marcas lingüísticas presentes nos “santinhos” (2), (7), (28) e (50), que expressam predominantemente o tipo discurso teórico. Assim, na tabela apresentada a seguir, são expostos somente os aspectos lingüísticos constitutivos dos segmentos que utilizam o discurso teórico.

**Tabela 3 – Unidades características do discurso teórico presente nos “santinhos”:**

Características presentes no discurso teórico	“Santinho” (2)	“Santinho” (7)	“Santinho” (28)	“Santinho” (50)
Ausência de unidade que se remeta diretamente aos interactantes.	-	-	-	-
Ausência de unidade que se remeta ao espaço-tempo da produção.	-	-	-	-
Ausência de pronomes com valor exofórico.	-	-	-	-
Ausência de verbos na primeira ou segunda pessoa do singular e do plural.	-	-	-	-
Uso de tempos verbais no infinitivo, gerúndio, presente e pretérito perfeito.	- Começou - Cursou - Lutou - Construiu - Implantou - recapeou - Urbanizou - Deu - Criou - foram contemplados - faz	- Levantou - sente-se - é	- teve - (é) formado - é - torná-la - amenizar - uniu - oferecer - (é) Formada	- é - (é) formado - (é) Pós-graduado - (é) Ex-aluno - (é) Ex-diretor - (é) Membro da ALEPON” – foi
Presença de organizadores com valor lógico-argumentativos.	- Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais,	- Pela sua extensa experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo,	- e assim	- Pela Gestão Pública Profissional
Presença de anáforas pronominais, nominais ou de procedimentos de referência dêitica intratextual.	- Motivos para ter <i>Newton</i> no Senado... Ø Começou a trabalhar... Ø Ø Cursou... Ø Ø Lutou... Ø Ø Implantou e Ø Ø recapeou... Ø Ø Construiu... Ø Urbanizou... Ø Deu... Ø Ø Criou...	- <i>MARCOS SANT’ANNA</i> ... Ø Levantou... Ø Ø sente-se... Ø <i>MARCOS SANT’ANNA</i> - “ <i>MARCOS SANT’ANNA</i> – este é um bom...”	- <i>Dirceu Passos</i> ... Ø É um homem... Sua maior preocupação é com a melhoria na área da saúde, em torná-la... do povo <b>Remediense</b> . <b>Dirceu Passos</b> ... para oferecer ao povo <b>Remediense</b> ... os interesses do povo. <i>Sônia Milagres</i> ... Ø é... Ø É...	- <i>Luciano Esteves Mendes</i> ... Ø Foi...

Em alguns segmentos dos “santinhos” (2) e (7), que apresentam o tipo narração, podem-se observar as seguintes características: não fazem uso de unidades linguísticas que explicitem os agentes da interação, fazem referências espaço-temporais, utilizam as anáforas pronominais, empregam organizadores de valor lógico-argumentativo, valem-se, especialmente, do tempo verbal pretérito perfeito.

Vale, ainda, notar duas questões: uma é a de que nesses “santinhos”, diferentemente dos outros nos quais o discurso interativo é especialmente demarcado, os verbos conjugados na terceira pessoa do singular ou do plural nunca aparecem articulados ao pronome de terceira pessoa “você(s)”. Nesse sentido, no decorrer dos textos, não há verbos ou pronomes relacionados direta e explicitamente aos agentes da ação linguageira. A outra se refere aos organizadores de valor lógico-argumentativo que, como se pôde observar nas tabelas 3 e 4, são realizados através de um sintagma preposicional regido pela macrossintaxe (BRONCKART, 1999). A função argumentativa dos marcadores de conexão presentes nos “santinhos” será focalizada, detalhadamente, no subitem 4.1 do presente capítulo.

Ainda sobre a criação do tipo discursivo narração, devemos salientar que, como o tipo relato interativo, trata-se de uma importante estratégia que pode ser empregada pelos produtores dos “santinhos” com o intuito de pré-validar a imagem de competência do candidato exposto. Além disso, quando nos segmentos na ordem do Narrar o autor expõe as datas nas quais os fatos ocorreram, isto proporciona ao texto um *status* de veracidade, isto é, de algo credível.

Na tabela 4, a seguir, expomos as características lingüísticas presentes nos “santinhos” (2) e (7), que apresentam segmentos do arquítipo disjunto/autônomo (narração).

**Tabela 4– Unidades características do tipo narração presente nos “santinhos”:**

Características presentes no tipo narração	“Santinho” (2)	“Santinho” (7)
Ausência de unidades lingüísticas que explicitem os agentes da interação.	-	-
Presença de referências espaço-temporais.	- (1979-1982/1994-1996) - Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999) - Minas Gerais (1987-1990) - sempre	- por duas gestões - por oito anos - no Congresso Nacional - Minas Gerais
Ausência de pronomes com valor exofórico.	-	-
Ausência de verbos na primeira ou segunda pessoa do singular e do plural.	-	-
Presença de organizadores com valor lógico-argumentativos.	- Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais,	- Pela sua extensa experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo,
Presença de anáforas pronominais.	- ( <i>Ele foi</i> ) Eleito duas vezes... ( <i>Ele foi</i> ) Eleito três vezes... ( <i>Ele foi</i> ) Eleito Governador...	- <i>MARCOS SANT'ANNA</i> ... Ø Foi líder estudantil... além de Ø ter participado... Por oito anos Ø atuou...
Uso predominante do tempo verbal pretérito perfeito (simples ou composto).	- (foi) Eleito - foi	- Foi - tendo sido - ter participado - atuou

Na próxima seção, trataremos das formas de articulação entre os tipos de discurso que temos observado nos textos dos “santinhos políticos” de nosso corpus.

### 3.4 A articulação entre os tipos de discurso dos “santinhos”

Bronckart (1999) admite duas modalidades gerais de articulação entre tipos de discurso presentes em um mesmo texto. Uma delas é a **articulação por encaixamento**, pela qual os tipos de discurso permanecem “delimitados e ordenados”, ou seja, observa-se que há diversas marcas lingüísticas explicitando a relação de subordinação de um tipo ao outro predominante. A outra modalidade é a **articulação por fusão**, pela qual os tipos de discurso associam-se uns aos outros, em modalidades variáveis.

A análise das operações constitutivas dos mundos discursivos demonstra que os textos dos “santinhos” (2) e (7) criam tanto o mundo discursivo “Mundo do Expor autônomo” bem como o “Mundo do Narrar autônomo”, o que nos sugere textos constituídos pela fusão entre o “discurso teórico” e a “narração”. Percebe-se que, ao mesmo tempo em que há segmentos expondo detalhes sobre situações que envolvem as vidas profissionais e/ou pessoais dos candidatos, há abordagens de acontecimentos que recobram seus passados. Lingüisticamente, essa fusão pode ser percebida, por exemplo, pelas marcas entrecruzadas de subsistemas de tempos da narração com organizadores textuais de valor lógico-argumentativo próprios do discurso teórico.

O “santinho” (2) apresenta a fusão de seus tipos de discursos na parte 4 (enumerada na transcrição do texto na página 97) na medida em que não se pode delimitar de forma clara um e outro. Nota-se que há um organizador textual realizado por um sintagma preposicional regido pela macrossintaxe (BRONCKART, 2007) e o uso do pretérito perfeito: **“Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais, Newton sempre foi um pai e um esposo presentes (...)”**.

Igualmente, o “santinho” (7) – transcrito e enumerado em partes nas páginas 98 e 99 – faz um grande uso de subsistemas de tempos da narração: “Foi líder estudantil”, “tendo sido presidente” e “além de ter participado” na parte 2, “Por oito anos atuou” na parte 3 e “Levantou” na parte 4. E, enfim, a parte 5 traz um organizador textual realizado por um sintagma preposicional regido pela macrossintaxe, o que faz essa marcação assumir o estatuto de estrutura adjunta: **“Pela sua extensa experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo, sente-se consciente e capacitado para representar Minas Gerais como Deputado Federal”**.

Em relação aos “santinhos” (12) e (18) constatou-se que apresentam, sobretudo, o tipo discurso interativo. Contudo, estão presentes, também, segmentos que criam um mundo do

narrar, isto é, segmentos do tipo relato interativo. Vale salientar que, sendo o gênero “santinho político” pertencente à modalidade escrita, esses dois tipos de discurso, por serem primordialmente da modalidade oral, são concebidos – por Bronckart (1999) – em textos escritos como “secundários” ou “monologados”. Assim, verifica-se que os “santinhos” supracitados trazem segmentos de relatos interativos secundários encaixados no discurso interativo secundário.

A articulação por encaixamento, no “santinho” (12), é marcada linguisticamente em suas diversas partes enumeradas (página 105): a parte 2 articula-se à parte 1 através de um sintagma nominal (“Paulo Cesar”), a parte 4 retoma o discurso interativo que se marca pelo dêitico temporal “Hoje”, a seguir, na parte 5, encaixa-se o relato interativo por meio da origem temporal (sintagma preposicional) “Em 2002” e, por fim, mais uma vez, na parte 6, o tipo de discurso principal é retomado por um sintagma preposicional (“desde então”).

Por sua vez, o “santinho” (18) demarca linguisticamente a articulação por encaixamento, inicialmente, na parte 3 através da expressão “Vereador por duas legislaturas”. Esta expressão pode ser reelaborada de diversas formas, mas, nota-se que todas elas remetem o leitor a uma instância temporal, como: “Quando foi vereador” ou “Durante duas legislaturas nas quais foi vereador”. Assim, através da construção supracitada, cria-se um mundo situado no passado, ou seja, um Mundo do Narrar. Todavia, vale salientar que o mundo discursivo criado nesse tipo de relato interativo está relacionado com o mundo ordinário dos agentes da ação de linguagem em curso, pois as instâncias de agentividade do segmento de relato interativo fazem remissão direta a esses mesmos agentes por meio da “dêixis externa” (exemplos: “**nosso** povo” nas partes 2 e 3).

Posteriormente, na parte 4 do “santinho” (18), verifica-se um sintagma nominal (“Anísio Ferreira Cabral”), que marca a retomada do tipo discurso interativo. Esse tipo, por sua vez, é encaixado por um novo sintagma nominal (“Chico e Anísio”), na parte 5, que, por meio do uso do tempo verbal futuro do presente, marca o desenvolvimento do tipo relato interativo. Esse mesmo movimento entre as partes 4 e 5 ocorre entre as partes 6 e 7 marcadas, respectivamente, pelos sintagmas “Se você deseja...” e “Chico e Anísio”.

Na próxima seção, aprofundaremos o estudo sobre o plano geral dos textos. Para isso, analisaremos as seqüências e/ou outras formas de planificação presentes nos oito “santinhos” representativos de nosso cópula.

### 3.5 Seqüências e outras formas de planificação presentes nos textos dos “santinhos”

Vimos que, de acordo com Bronckart (1999), no aparelho conceitual do ISD, deve-se definir, inicialmente, os quatro grandes tipos de discurso (discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração), baseados em critérios sócio-enunciativos que independem dos critérios de planificação. Somente após esse procedimento a(s) seqüência(s) que eventualmente apareça(m) nesses tipos devem ser identificadas. Na abordagem do ISD, embora se tenham os tipos de discurso como os elementos fundamentais da arquitetura textual, a organização seqüencial ou linear do conteúdo temático também é uma dimensão caracterizadora dessa arquitetura.

Quando se tratou no capítulo III, subitem 2.1.4, sobre as formas de planificação, viu-se que Bronckart (1999) adere, globalmente, à descrição das seqüências propostas por Adam (1992). Contudo, ao analisar os cinco tipos básicos de seqüências restringidos pelo autor e ao observar suas dimensões dialógicas, Bronckart (1999) admite a existência de uma sexta seqüência: a “injunta”. Assim, para Bronckart (1999), são seis os tipos de seqüência: narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa, dialogal e injuntiva.

Expomos a análise, abaixo, quanto às seqüências e, se for o caso, a outras formas de planificação, dos 8 exemplares do gênero “santinho político” selecionados para representarem o córpus dessa pesquisa:

#### “Santinho” (1)

Seqüências	GT “Santinho Político” (1)
Injunta	Você sabe qual a função do <b>senador</b> ?
Explicativa	O <b>senador</b> trabalha junto ao presidente e é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios.
Argumentativa	Por isso, o bom relacionamento entre o senador e o Presidente da República é muito importante. Um <b>senador</b> que faz oposição ao presidente dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, atrasando o desenvolvimento do Estado e dos municípios.
Injunta	Então, quem <b>VOCÊ</b> acha o melhor <b>senador</b> para Minas?
Explicativa	<b>Newton</b> é o meu <b>senador</b> – Presidente Lula.

## “Santinho” (2)

Seqüências	GT “Santinho Político” (2)
Explicativa	Motivos para ter Newton no Senado
Argumentativa	<b><i>Um homem trabalhador</i></b>
Explicativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 50 anos de trabalho</li> <li>➤ Começou a trabalhar aos 14 anos</li> <li>➤ Cursou Administração Pública e Socióloga Política pela UFMG</li> <li>➤ Bacharel em Direito pela PUC Minas</li> <li>➤ Empresário dos ramos de alimentação, eletrodomésticos e moveis desde 1957</li> </ul>
Argumentativa	<b><i>Um político comprometido com o povo</i></b>
Explicativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Lutou contra a ditadura junto ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro)</li> </ul>
Narrativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Eleito duas vezes Deputado Federal (1979-1982/1994-1996)</li> <li>➤ Eleito três vezes prefeito de contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)</li> <li>➤ Eleito Governador de Minas Gerais (1987-1990)</li> </ul>
Explicativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construiu o Famog, um complexo de 12 conjuntos Habitacionais</li> <li>➤ Construiu 100 pontes e viadutos</li> <li>➤ Implantou e recapeou mais de 11.700 Km de estradas</li> <li>➤ Construiu 13 aeroportos e 113 terminais rodoviários</li> <li>➤ Construiu 2 Usinas Hidrelétricas</li> <li>➤ Urbanizou 185 cidades</li> <li>➤ Deu o melhor salário da história da PM e do professorado de Minas Gerais</li> <li>➤ Criou a UEMG e a UNIMONTES</li> <li>➤ Todos os municípios de Minas foram contemplados com, pelo menos, uma obra de Newton.</li> </ul>
Narrativa	Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais, Newton sempre foi um pai e um esposo presentes.
Explicativa	Newton acredita no trabalho, na família e no ser humano.
Injuntiva	<b><i>Um homem que faz!</i></b>

## “Santinho” (4)

Seqüências	GT “Santinho Político” (4)
Explicativa	<b>Com o time de Lula, o Brasil está ganhando de goleada. Com Nilmário, Minas também vai jogar como o povo gosta.</b> As obras do presidente Lula avançam por toda Minas Gerais. Como capitão do time, Lula tem levado sua equipe a marcar gols em todos os setores.
Argumentativa	Na política social, não tem pra ninguém: Lula é campeão.
Descritiva	Aqui e em todo o Brasil. Estradas são recuperadas e ferrovias são revitalizadas. A saúde recebe cuidados como nunca e a segurança ganha atenção dobrada. As universidades estão abertas para os jovens que nunca tiveram uma chance. A economia cresce e a renda aumenta. Ninguém dá tanta alegria ao povo como o time de Lula. São tantas vitórias que tem muita gente querendo comemorar os gols que Lula vem fazendo.
Argumentativa	Mas, aqui em Minas, o único candidato a governador que joga no time de Lula é Nilmário. Foi ministro de Lula e entrou no jogo para ganhar o Palácio da Liberdade.
Explicativa	Nilmário é um craque que conhece Minas como ninguém e vai governar para todos os mineiros. Com Nilmário e Lula o povo vai ganhar. Depois de 1º de outubro, é só correr para o abraço.

### “Santinho” (7)

Seqüências	GT “Santinho Político” (7)
Explicativa	“Vice-prefeito de Célio de Castro em Belo Horizonte e fundador do Instituto Horizontes – organização articulada do Plano Estratégico da Grande BH – <b>MARCOS SANT’ANNA</b> é engenheiro e empresário com mais de 50 anos dedicados à construção da infra-estrutura do País.
Narrativa	<p>Foi líder estudantil, professor universitário e líder classista, tendo sido presidente, por duas gestões, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG), da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (ANEOR) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), além de ter participado ativamente de várias outras associações de classe.</p> <p>Por oito anos atuou intensamente junto a parlamentares, no Congresso Nacional, no debate e na proposição de leis sobre temas relevantes para o País, nas áreas de infra-estrutura, tributária e de relações público-privadas.</p> <p>Levantou, no Estado, a bandeira do VOTO CONSCIENTE, a única arma para combater os maus políticos e dar melhores rumos à política brasileira.</p>
Explicativa	Pela sua extensa experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo, sente-se consciente e capacitado para representar Minas Gerais como Deputado Federal.
Injuntiva	<b>MARCOS SANT’ANNA – este é um bom candidato!”</b>

### “Santinho” (12)

Seqüências	GT “Santinho Político” (12)
Explicativa	<b>Juntos podemos mais</b>
Narrativa	Paulo Cesar foi prefeito de Nova Serrana por duas vezes (1989/1992 e 1997/2000). Sua administração foi marcada por uma ampla reestruturação econômica e social na cidade.
Explicativa	Hoje, Nova Serrana e região formam o 3º pólo calçadista do país.
Narrativa	Em 2002, Paulo Cesar foi eleito deputado estadual e desde então é presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia Legislativa.
Descritiva	Seu trabalho tem sido marcado por ações voltadas para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento dos municípios através de obras de infra-estrutura, investimentos em educação, saúde, segurança e principalmente programas de geração de emprego e renda.
Injuntiva	<b><u>VOTE</u></b> <b>Deputado Estadual</b> <b>PAULO CESAR</b>

### “Santinho” (18)

Seqüências	GT “Santinho Político” (18)
Explicativa	<p><b>FRANCISCO DE SALES DA SILVA</b>, conhecido popularmente por <b>Chico Chiquim</b>, concorre ao cargo de prefeito. Natural de Brás Pires, tem 50 anos de idade, é casado e pai de 05 filhos, cristão fervoroso, trabalhador, honesto, cidadão consciente comprometido com o desenvolvimento geral de Brás Pires e o bem estar de toda região.</p> <p>Chico tem se destacado como um administrador competente e comprometido com a geração de empregos, fator que considera fundamental para o progresso e o bem estar de nosso povo.</p>
Narrativa	Vereador por duas legislaturas, defendeu os interesses de nosso povo solicitando do prefeito municipal a execução de obras e a prestação de serviços ao município e a população de Brás Pires.
Explicativa	<p><b>ANÍSIO FERREIRA CABRAL</b>, conhecido popularmente como <b>Anísio do Romir</b>, concorre ao cargo de vice-prefeito. Tem 42 anos de idade, natural de Brás Pires. É casado pai de 02 filhas, cristão fervoroso, trabalhador honesto, cidadão consciente e comprometido com o bem estar de nosso povo. Anísio é agricultor e proprietário de uma linha de leite na qual ele mesmo trabalha. Morador da fazenda Fumal, Anísio é conhecido em toda região devido aos serviços que presta ao povo. Chico e Anísio, lutarão unidos com o povo pela saúde pública, pela educação, pelo lazer, pelo apoio ao produtor e na micro e pequena empresa, pelos direitos do funcionalismo e pela igualdade entre os cidadãos braspiresenses.</p>
Injuntiva	Se você deseja uma Brás Pires desenvolvida, um povo orgulhoso e feliz por aqui habitar, vote em quem carrega consigo um propósito sincero de bem, de paz, de progresso e justiça.
Explicativa	Chico e Anísio trabalharão em todo período de seus mandatos, unicamente em favor do povo braspiresense.
Injuntiva	<b>VOTE PT VOTE 13</b>
Explicativa	<p><b>Agora é Chico e Anísio.</b>  <b>AGORA É 13.</b>            Brás Pires para todos            DEPUTADO FEDERAL            CÉSAR MEDEIROS            Apoiando esta candidatura</p>

### “Santinho” (28)

Seqüências	GT “Santinho Político” (28)
Explicativa	<p><b>DIRCEU PASSOS – PT</b>, filho de Martinho Passos e Geralda de Souza Passos casado com Maria José, com quem teve um filho de 26 anos, advogado. Filho de Senhora dos Remédios, formado em Pedagogia e Especialização em Orientação Pedagógica, Inspeção Escolar e Administração Escolar. É um homem atuante na comunidade nos mais diversos setores da atividade humana como: religioso, cultural e social.</p> <p>Sua maior preocupação é com a melhoria na área da saúde, em torná-la mais eficiente e independente de outros municípios para os tratamentos básicos e assim amenizar o sofrimento e as dificuldades do povo Remediense.</p> <p><b>DIRCEU PASSOS</b> uniu suas forças políticas com o grupo político de <b>Sônia Milagres</b> para oferecer ao povo Remediense novas oportunidades, novas idéias para uma administração empreendedora, transparente, competente e compromissada com os interesses do povo.</p> <p><b>SÔNIA MILAGRES – PMDB</b>, a Vice-Prefeita também é pedagoga, especializada em Inspeção Escolar e Supervisão Pedagógica. É pós-graduada em Metodologia do Ensino. Formada em ciências, com licenciatura em matemática e ciências e com especialização em biologia.</p>

## “Santinho” (50)

Seqüências	GT “Santinho Político” (50)
Explicativa	<p><b>Luciano Esteves Mendes</b>, conhecido por <b>Sheikk</b>, é Filho de Dalísio Ribeiro Mendes e Luiza Esteves Mendes. Funcionário da Caixa Econômica Federal; formado em Administração pela UFV; Pós-graduado em Gestão Estratégica pela UFV e em Psicopedagogia pela UFRJ; Ex-aluno da Escola DR José Mariano, da Escola Estadual Antônio Gonçalves Lanna e do Colégio Salesiano Dom Helvécio; Ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Ponte Nova e Região; Instrutor e Consultor Empresarial; Membro da ALEPON (Academia de Letras de Ponte Nova) e da ONG Puro Verde. Foi professor na FACCO (Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova) e no CEPEI.</p> <p>MAIS CULTURA, ESPORTE, DUCAÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA... PELA GESTÃO PÚBLICA PROFISSIONAL</p>

As análises das seqüências presentes nos textos dos 8 “santinhos” evidenciam a grande freqüência da seqüência explicativa, o que pode ser compreendido em função de todos os textos de nosso córpus construir única ou predominantemente o mundo da ordem do Expor.

A seqüência injuntiva pode ser verificada nos diversos tipos de discurso criados nesses textos; porém, os “santinhos” (28) e (50), caracterizados unicamente pela presença do tipo discurso teórico, não fazem uso dessa seqüência. Por sua vez, a seqüência narrativa apareceu somente naqueles “santinhos” que criam também o mundo da ordem do Narrar, como os “santinhos” (2), (7), (12) e (18).

Apesar de, no modelo do ISD, as seqüências serem geralmente observáveis no texto somente como modalidade local de planificação, pensamos que essa análise seria significativa para uma maior compreensão do gênero textual “santinho político” na medida em que, para Bronckart (1999), elas podem servir como guias de leitura da totalidade do texto para os agentes-leitores, já que são lingüisticamente marcadas. Mas, o autor ressalta que os agentes-leitores podem explorar essa modalidade no processo de leitura por meio de uma reconstrução que transcenda as formas lingüísticas empiricamente observáveis.

O item, a seguir, trata da atuação dos mecanismos de textualização presentes nos “santinhos”.

### 4 Mecanismos de textualização presentes nos “santinhos”

Quando expusemos no terceiro capítulo desta dissertação, especificamente nas seções 2.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.3.1, sobre os mecanismos de textualização, vimos que eles se articulam à progressão do conteúdo temático. Esses mecanismos exploram cadeias de unidades lingüísticas para organizar os elementos do conteúdo temático em diversas direções entrecruzadas, marcando ou explicitando as relações de continuidade, de contraste ou de

ruptura, contribuindo para o estabelecimento da coerência temática do texto. Assim, os mecanismos de textualização possuem um papel importante na manutenção da coerência temática e, por se encontrarem na superfície textual, explicitam as articulações lógicas, temporais e hierárquicas do texto.

Vimos, também, que Bronckart (1999) distingue três mecanismos de textualização: (1) a conexão, (2) a coesão nominal e (3) a coesão verbal. Analisaremos, a seguir, a atuação desses três mecanismos nos “santinhos políticos”. Especialmente, investigaremos o modo como esses mecanismos contribuem para a argumentação desses textos.

#### 4.1 A conexão nos “santinhos”

Os organizadores textuais são formados por um subconjunto de unidades lingüísticas que realizam a **conexão** textual, mecanismo que contribui na marcação das grandes articulações de progressão temática. Neste sentido, percebe-se que se trata de elementos relevantes para que um agente-produtor convença os agentes-leitores a aderir a suas teses. Ou seja, a conexão textual exerce importante papel na argumentação de um texto.

A análise dos textos dos “santinhos” de nosso córpus nos fez observar, inicialmente, que o modo de articulação preponderante nesses textos se deu através do conector “e”. O uso deste conector propicia a imagem de um quadro somatório, o que é favorável para os candidatos reforçarem as muitas ações que eles teriam feito no seu histórico de vida pessoal ou profissional. A característica de adição desse conector é salientada por Penhavel (2005) que, apesar de discutir sobre as diversas funções que o “e” (conector, marcador discursivo) pode desempenhar, trata-o como um elemento lingüístico que sempre traz consigo a idéia de adição.

No “santinho” (1), por exemplo, o marcador discursivo “e” é utilizado na segunda linha do texto: “O **senador**<sup>39</sup> trabalha junto ao presidente **e**<sup>40</sup> é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios”. À primeira vista, poderíamos identificar o conector “e”, usado nesse segmento, somente como um caso de coordenação simétrica, pelo qual dois membros coordenados reteriam sua integridade e não adicionariam significado um no outro (Camacho, 1999). Todavia, este mesmo conector poderia assumir o papel de coordenação assimétrica, por haver uma modificação do significado do conectivo que lhe possibilitaria ocorrer em contextos semânticos, tais como: causal (ex: O senador trabalha junto ao presidente porque ele é o principal interlocutor entre a União, o Estado e os municípios) e

---

<sup>39</sup> Grifo do autor.

<sup>40</sup> Grifo nosso.

final (ex: O senador trabalha junto ao presidente para ser o principal interlocutor entre a União, o Estado e os municípios).

O “santinho” (1) apresenta, ainda, outras duas conexões explícitas em seu texto realizadas pelos marcadores discursivos “por isso” e “então”. Através da marca “por isso”, podem-se relacionar elementos de conteúdo, pois desencadeia uma explicação conclusiva do fato de o senador e o Presidente da República deverem relacionar-se bem. A partir deste ponto, o agente-produtor introduz a marca “então”, interpelando o eleitor através do pronome de tratamento “você” (em caixa alta e em negrito) sobre quem seria o melhor senador para Minas Gerais. Bronckart (1999) afirma que o “então” é um tipo de organizador textual que coloca em evidência o tipo de relação existente entre frases individuais, assegurando uma função de empacotamento. O uso do marcador discursivo “então” sinaliza relações discursivo-argumentativas que podem fazer com que o eleitor/leitor veja certa evidência no que está escrito e, assim, o agente-produtor obteria sucesso na interação, já que a busca dos agentes-produtores dos “santinhos” é por agentes-leitores que concordem com seu texto. É interessante notar também que os marcadores discursivos “por isso” e “então” demarcam mudanças na planificação do texto do “santinho” (1). Ou seja, quando o autor do texto insere o primeiro marcador, a seqüência textual passa de expositiva para argumentativa e, quando o segundo marcador é inserido, demarca-se a seqüência injuntiva.

No “santinho” (2), notamos que, por se tratar de um texto construído em tópicos, quase em sua totalidade, não há muitos elementos explicitando sua articulação. O texto desse “santinho” tem como título “Motivos para ter Newton no Senado”, o que sugere seu formato em tópicos ser uma boa estratégia para salientar que os motivos seriam muitos. Os “motivos” são subdivididos em dois subtítulos: (i) “Um homem trabalhador” e (ii) “Um político comprometido com o povo”.

Depois de enumerar cinco tópicos relacionados ao subtítulo (i) e treze relacionados ao (ii), há a elaboração de um pequeno parágrafo no qual se articulam todos os tópicos anteriores através de um tipo de marcação de conexão feito por um sintagma preposicional regido pela macrossintaxe, o que faz essa marcação assumir o estatuto de estrutura adjunta (Bronckart, 2007): **“Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais, Newton sempre foi um pai e um esposo presentes (...)”**.

Essa estrutura adjunta explicita a argumentação que se quis construir através de um texto topicalizado e, além disso, desenvolve um interessante argumento que pode, em alguma medida, convencer o auditório para o qual ele é destinado: os cidadãos do estado de Minas Gerais. Ou seja, quando se afirma que “Newton sempre foi um pai e um esposo presentes”,

busca-se um valor cultural no qual não bastaria um político ser trabalhador; ele deveria, além disso, zelar por sua família, ser presente.

O texto do “santinho” (4), por sua vez, faz uso do conector “mas” no seguinte trecho: “São tantas as vitórias que tem muita gente querendo comemorar os gols que Lula vem fazendo. **Mas** aqui em Minas, o único candidato a governador que joga no time de Lula é Nilmário”. De acordo com Bronckart (1999), “mas” pertence a um conjunto de conjunções de coordenação que assume uma função de balizamento. Ducrot (1987) afirma que o “mas” é o conector por excelência, ele se caracteriza por contrapor algo que se afirmou anteriormente. No “santinho” (4), esse conector denuncia que outros candidatos estiveram divulgando realizações de obras que, na verdade, foram realizadas pelo “time de Lula” – no qual se inclui Nilmário. Assim, argumenta-se que é Nilmário quem deve ser eleito governador de Minas Gerais.

Já no “santinho” (7), podemos observar que há, em seu penúltimo parágrafo, uma marcação de conexão feita por um sintagma preposicional regido pela macrossintaxe. Assim, da mesma forma como ocorre no “santinho” (2), essa marcação assume o estatuto de estrutura adjunta: “**Pela sua extrema experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo**, sente-se consciente e capacitado para representar Minas Gerais como Deputado Federal”. Através do uso dessa marcação de conexão, o enunciado do “santinho” (7) assume explicitamente sua função argumentativa de tentar persuadir os eleitores a votarem no candidato que é exposto.

O advérbio “Hoje” e o organizador temporal “Em 2002”, no “santinho” (12), funcionam como organizadores na medida em que indicam as transições entre os tipos de discurso e das formas de planificação constitutivas do texto. Neste sentido, o advérbio “Hoje” demarca a mudança da ordem do Narrar para a ordem do Expor e, por sua vez, o sintagma preposicional regido pela macrossintaxe – “Em 2002” – retoma a construção de um mundo pertencente à ordem do Narrar. Quanto à planificação do texto, observa-se que, nos segmentos em que esses organizadores aparecem, a seqüência expositiva, iniciada pelo advérbio “Hoje”, muda para a narrativa, que se inicia com a presença do sintagma supracitado.

O “santinho” (18) utiliza, entre o conector “e” o sintagma preposicional “por duas legislaturas”, o advérbio “agora” com valor temporal em uma seqüência expositiva, isto é, da ordem do Expor. Assim, verificamos, como afirma Bronckart (1999), que, embora os organizadores temporais apareçam, sobretudo, nos discursos da ordem do Narrar e os organizadores lógicos comonham predominantemente os discurso da ordem do Expor, essa

correspondência é parcial, como nos mostra a presença do advérbio “agora” no segmento: “Agora é Chico e Anísio. AGORA É 13”.

Podemos observar, no segmento “Sua maior preocupação é com a melhoria na área da saúde, (...) e **assim** amenizar o sofrimento”, que o “santinho político” (28) utiliza o advérbio “assim” precedido pelo conector “e” articulando as idéias de que, se o candidato exposto se preocupa com a melhoria na área da saúde, ele irá, se eleito for, amenizar o sofrimento dos cidadãos remedienses. Neste sentido, o uso desse organizador lógico poderia, em alguma medida, convencer os agentes-leitores do “santinho” (28) de que os candidatos expostos no mesmo seriam os mais competentes para exercer os cargos de prefeito e vice-prefeito na cidade de Nossa Senhora dos Remédios.

É interessante notar, no “santinho” (50), a ausência de organizadores textuais. Vale citarmos, em função dessa ausência, algumas reflexões de Charaudeau (1998). Este autor salienta que um texto não pode ser considerado argumentativo somente por apresentar marcas que explicitem a argumentação, como conectores e alguns tipos de construção frástica. Nesse sentido, Charaudeau (1998) considera textos como argumentativos, mesmo sem apresentarem tais elementos explícitos, pela sua organização implícita e, especialmente, por sua finalidade comunicativa. Deste modo, verificamos que, no “santinho” (50), há uma preocupação maior de apresentar o candidato para construir-lhe os *ethé* de credibilidade e de identificação.

#### **4.2 A coesão nominal nos “santinhos”**

Como afirmamos anteriormente, Bronckart (1999) considera os mecanismos de coesão nominal como os responsáveis por explicitar as relações entre argumentos que compartilham uma ou diversas propriedades referenciais. Estas relações se marcam por sintagmas nominais ou pronomes organizados em série que constituem cadeias anafóricas. Estas marcas, por sua vez, adquirirão, localmente, funções sintáticas determinadas na medida em que se inserem em estruturas oracionais. São duas as funções de coesão nominal distinguidas pelo autor: (i) introdução e (ii) retomada. A introdução tem como função marcar a inserção de uma unidade de significação nova (“unidade-fonte”) em um texto, o que origina uma cadeia anafórica. Já a retomada tem a função de reformular a unidade-fonte (ou “antecedente”) ao longo do texto.

No texto do “santinho” (1), transcrito abaixo, marcamos os aspectos mais salientes em relação à cadeia anafórica construída nesse texto, sendo que, como feito no subitem 3.3 do presente capítulo, marcaremos em *itálico* os termos introduzidos e em **negrito** os termos anafóricos.

### “Santinho” (1)

Você sabe qual a função do *senador*?

O **senador** trabalha junto ao *presidente* e Ø é o principal interlocutor entre a União o Estado e os municípios. Por isso, o bom relacionamento entre o **senador** e o **Presidente da República** é muito importante. Um **senador** que faz oposição ao **presidente** dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, atrasando o desenvolvimento do Estado e dos municípios.

Então, quem VOCÊ acha o melhor **senador** para Minas?

Newton é o meu senador – Presidente Lula.

Observa-se que a anáfora nominal por repetição fiel se destaca nesse texto. O termo “senador” retoma diversas vezes um antecedente idêntico. É interessante notar que o sintagma nominal indefinido (“um senador”) – presente no “santinho” (1) – não aparece no início para realizar a função de introdução. Segundo Bronckart (1999), é o sintagma nominal indefinido que, normalmente, realiza essa função. Sendo assim, percebemos que o sintagma nominal definido, que inicia o texto em meio a uma pergunta retórica, faz menção ao que se espera de um senador; no entanto, constrói-se a idéia de que há senadores que não exercem sua função. Ou seja, para não atacar um candidato adversário (pertencente a outro partido e/ou coligação) explicitamente, prefere-se utilizar uma marca de indeterminação (“um”) para conduzir o leitor à construção de sentidos desejada. Verifica-se, ainda no “santinho” (1), uma anáfora pronominal representada pela elipse (Ø).

No “santinho” (2), transcrito a seguir, nota-se o uso das duas categorias anafóricas consideradas por Bronckart (1999), a nominal e a pronominal:

### “Santinho” (2)

Motivos para ter *Newton* no Senado

*Um homem* trabalhador

- 50 anos de trabalho
- Ø Começou a trabalhar aos 14 anos
- Ø Cursou Administração Pública e Sociologia Política pela UFMG
- (Ø é) Bacharel em Direito pela PUC Minas
- (Ø é) Empresário dos ramos de alimentação, eletrodomésticos e móveis desde 1957

*Um político* comprometido com o povo

- Ø Lutou contra a ditadura junto ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro)
- (Ø foi) Eleito duas vezes Deputado Federal (1979-1982/1994-1996)
- (Ø foi) Eleito três vezes prefeito de Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)
- (Ø foi) Eleito Governador de Minas Gerais (1987-1990)
- Ø Construiu o Famog, um complexo de 12 conjuntos Habitacionais
- Ø Construiu 100 pontes e viadutos
- Ø Implantou e recapeou mais de 11.700 Km de estradas
- Ø Construiu 13 aeroportos e 113 terminais rodoviários

- Ø Construiu 2 Usinas Hidrelétricas
  - Ø Urbanizou 185 cidades
  - Ø Deu o melhor salário da história da PM e do professorado de Minas Gerais
  - Ø Criou a UEMG e a UNIMONTES
  - Todos os municípios de Minas foram contemplados com, pelo menos, uma obra de **Newton**.
- Mesmo com tanto trabalho e tanta luta pelo povo de Minas Gerais, **Newton** sempre foi um pai e um esposo presentes. **Newton** acredita no trabalho, na família e no ser humano.
- Um homem** que faz!

Dentre as anáforas nominais, destaca-se o uso da repetição fiel do sintagma nominal “Newton”. Há, também, a construção de *anáforas inféias* (APOTHÉLOZ, 1995) quando o SN “Newton” é retomado por formas diferentes, seja pelo hiperônimo “Um homem”, seja pelo SN “político”, que lhe acrescenta uma determinação: ser alguém que se ocupa da política. Por sua vez, dentre as anáforas pronominais, ressalta-se uma grande cadeia anafórica construída por meio da elipse (Ø).

A seguir, transcrevemos e marcamos alguns elementos da cadeia anafórica presentes no texto do “santinho” (4):

**“Santinho” (4)**

Com o *time de Lula*, o *Brasil* está ganhando de goleada. Com *Nilmário*, *Minas* também vai jogar como o *povo* gosta.

*As obras do presidente Lula* avançam por toda **Minas Gerais**. Como capitão do time, **Lula** tem levado **sua** equipe a marcar **gols** em todos *os setores*. **Na política social**, não tem pra ninguém: **Lula** é campeão. Aqui e em todo **o Brasil**. Estradas são recuperadas e ferrovias são revitalizadas. **A saúde** recebe cuidados como nunca e **a segurança** ganha atenção redobrada. **As universidades** estão abertas para os jovens que nunca tiveram uma chance. **A economia** cresce e **a renda** aumenta.

Ninguém dá tanta alegria ao **povo** como **o time de Lula**. São tantas vitórias que tem muita gente querendo comemorar **os gols** que **Lula** vem fazendo. Mas, aqui em **Minas**, **o único candidato** a governador que joga **no time de Lula** é *Nilmário*. Ø Foi ministro de Lula e Ø entrou no jogo para ganhar o Palácio da Liberdade. **Nilmário** é um craque que conhece **Minas** como ninguém e Ø vai governar para todos **os mineiros**. Com **Nilmário** e **Lula o povo** vai ganhar. Depois de 1º de outubro, é só correr para o abraço.

Verifica-se que o “santinho” (4) apresenta uma cadeia anafórica bastante complexa em função de o agente-produtor ter se aproveitado de vocabulários do campo discursivo do futebol. “As obras do presidente Lula” são retomadas pelo léxico “gols”, que cria uma anáfora nominal. Outra anáfora nominal é criada quando o SN “os setores” é retomado pelas diversas partes que o compõem (“Na política social”, “A saúde”, “a segurança”, “As universidades” e “A economia”). Há, ainda, “o time de Lula” que ora é retomado por uma anáfora de repetição

fiel, ora por uma anáfora infiel (“Lula”). Já o SN “Minas Gerais” é retomado pela anáfora infiel “Minas”.

Observa-se que no segmento “em Minas, **o único candidato** a governador que joga **no time de Lula** é *Nilmário*”, desse mesmo “santinho”, temos o SN “Nilmário” sendo usado com uma função de atributo (ou predicativo) do referente designado pela expressão “o único candidato”, o que não constitui, segundo Apothéloz (1995), um caso de anáfora na medida em que esse SN não é utilizado referencialmente.

Vale apontar, por último, as anáforas pronominais que atuam na organização do texto do “santinho” (4). O sintagma nominal “Lula” é retomado pelo pronome possessivo “sua” no segmento “**Lula** tem levado **sua** equipe a marcar **gols**” e o sintagma “Nilmário”, por sua vez, faz parte de uma cadeia anafórica na qual diversas elipses o retomam.

Por sua vez, no “santinho” (7), como se pode verificar a seguir, predomina o uso de anáforas pronominais por meio de elipses. Há, também, o pronome possessivo “sua”, que retoma o sintagma nominal “Marcos Sant’Anna”. Entretanto, vale ressaltar que a palavra “se” na expressão verbal “sente-se” (na penúltima linha do texto), por exercer a função de parte integrante do verbo, não possui, de acordo com Apothéloz (1995), valor referencial, não sendo, portanto, uma anáfora.

#### “Santinho” (7)

*“Vice-prefeito de Célio de Castro em Belo Horizonte e fundador do Instituto Horizontes – organização articulada do Plano Estratégico da Grande BH – **MARCOS SANT’ANNA** é engenheiro e empresário com mais de 50 anos dedicados à construção da infra-estrutura do País.*

Ø Foi líder estudantil, professor universitário e líder classista, tendo sido presidente, por duas gestões, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG), da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (ANEOR) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), além de Ø ter participado ativamente de várias outras associações de classe.

Por oito anos Ø atuou intensamente junto a parlamentares, no Congresso Nacional, no debate e na proposição de leis sobre temas relevantes para o País, nas áreas de infra-estrutura, tributária e de relações público-privadas.

Ø Levantou, no Estado, a bandeira do VOTO CONSCIENTE, a única arma para combater os maus políticos e dar melhores rumos à política brasileira.

Pela **sua** extensa experiência em gestão pública e privada e trato com o coletivo, Ø sente-se consciente e capacitado para representar Minas Gerais como Deputado Federal.

**MARCOS SANT’ANNA** – este é um bom candidato!”

A seguir, marcamos alguns elementos presentes no texto do “santinho” (12) para discutirmos a presença de sintagmas nominais anafóricos.

### “Santinho” (12)

Juntos podemos mais

*Paulo Cesar* foi prefeito de *Nova Serrana* por duas vezes (1989/1992 e 1997/2000). **Sua administração** foi marcada por uma ampla reestruturação econômica e social na **cidade**. Hoje, **Nova Serrana** e região formam o 3º pólo calçadista do país.

Em 2002, **Paulo Cesar** foi eleito deputado estadual e desde então Ø é presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia Legislativa.

**Seu** trabalho tem sido marcado por ações voltadas para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento dos municípios através de obras de infraestrutura, investimentos em educação, saúde, segurança e principalmente programas de geração de emprego e renda.

VOTE

Deputado Estadual

**PAULO CESAR**

Em relação ao primeiro segmento, “*Paulo Cesar* foi prefeito de *Nova Serrana*”, percebemos que a próxima sentença do texto utiliza-se do pronome “Sua” que se refere a “Paulo Cesar”, construindo, assim, uma anáfora pronominal. Ao mesmo tempo, diante desse mesmo pronome, tem-se o termo “administração”, ou seja, tem-se o sintagma nominal “Sua administração”, que pode ser caracterizado como uma *anáfora por nomeação* (APOTHÉLOZ, 1995) na medida em que está implícita a idéia de que um prefeito tem o papel de administrar uma cidade.

Observa-se, ainda, uma anáfora infiel no uso do termo “cidade” substituindo “Nova Serrana”. Além das anáforas citadas, notam-se outras duas anáforas pronominais: uma realizada pelo pronome “Seu” e outra por uma elipse.

No “santinho” (18), transcrito abaixo, podem-se observar anáforas nominais por repetição fiel (o SN “nosso povo” se repete três vezes durante o texto), bem como anáforas infielis (os sintagmas nominais “Francisco de Sales da Silva” e “Anísio Ferreira Cabral” são retomados, respectivamente, pelos sintagmas “Chico” e “Anísio”). O SN “nosso povo” também se encontra numa cadeia anafórica nominal na qual ele é substituído pelo SN “população de Brás Pires”. Esse texto traz, ainda, diversas anáforas pronominais, especialmente por meio de elipses. Mas há, também, duas anáforas pronominais. Na primeira, a expressão “uma linha de leite” é retomada pelo pronome “a qual” e, na segunda, o sintagma nominal “Anísio” é retomado por meio do pronome “ele”.

### “Santinho” (18)

*FRANCISCO DE SALES DA SILVA*, conhecido popularmente por **Chico Chiquim**, concorre ao cargo de prefeito. Natural de Brás Pires, Ø tem 50 anos de idade, Ø é casado e pai de 05 filhos, cristão fervoroso, trabalhador, honesto, cidadão consciente comprometido com o desenvolvimento geral de Brás Pires e o bem estar de toda região.

**Chico** tem se destacado como um administrador competente e comprometido com a geração de empregos, fator que Ø considera fundamental para o progresso e o bem estar de *nosso povo*.

Vereador por duas legislaturas, Ø defendeu os interesses de **nosso povo** solicitando do prefeito municipal a execução de obras e a prestação de serviços ao município e a **população de Brás Pires**.

**ANÍSIO FERREIRA CABRAL**, conhecido popularmente como **Anísio do Romir**, concorre ao cargo de vice-prefeito. Ø Tem 42 anos de idade, natural de Brás Pires. Ø É casado pai de 02 filhas, cristão fervoroso, trabalhador honesto, cidadão consciente e comprometido com o bem estar de **nosso povo**. **Anísio** é agricultor e proprietário de *uma linha de leite na qual ele mesmo trabalha*. Morador da fazenda Fumal, **Anísio** é conhecido em toda região devido aos serviços que Ø presta ao **povo**.

**Chico e Anísio**, lutarão unidos com o **povo** pela saúde pública, pela educação, pelo lazer, pelo apoio ao produtor e na micro e pequena empresa, pelos direitos do funcionalismo e pela igualdade entre **os cidadãos braspienses**.

Se você deseja **uma Brás Pires** desenvolvida, um povo orgulhoso e feliz por aqui habitar, vote em quem carrega consigo um propósito sincero de bem, de paz, de progresso e justiça.

**Chico e Anísio** trabalharão em todo período de seus mandatos, unicamente em favor do **povo braspiense**.

VOTE PT VOTE 13

Agora é Chico e Anísio.

AGORA É 13.

Brás Pires para todos

DEPUTADO FEDERAL

CÉSAR MEDEIROS

Apoiando esta candidatura

O “santinho” (28) traz, como se pode observar a seguir, uma cadeia anafórica constituída, sobretudo, por anáforas pronominais. Os sintagmas nominais “Dirceu Passos”, “Maria José”, “área de saúde” e “Sônia Milagres” são retomados, respectivamente, pelos seguintes pronomes: “Ø” (e, também, pelo pronome possessivo “Sua”), “quem”, “a” (“torná-la”) e “Ø”. Pode-se verificar que o texto apresenta algumas anáforas fiéis, como a repetição dos sintagmas nominais “povo Remediense” e “Dirceu Passos”.

#### “Santinho” (28)

**DIRCEU PASSOS** – PT, filho de Martinho Passos e GERALDA de Souza Passos casado com *Maria José*, com **quem** teve um filho de 26 anos, advogado. Filho de Senhora do Remédios, formado em Pedagogia e Especialização em Orientação Pedagógica, Inspeção Escolar e Administração Escolar. Ø É um homem atuante na comunidade nos mais diversos setores da atividade humana como: religioso, cultura e social.

**Sua** maior preocupação é com a melhoria *na área da saúde*, em torná-la mais eficiente e independente de outros municípios para os tratamentos básicos e assim amenizar o sofrimento e as dificuldades do **povo Remediense**.

**DIRCEU PASSOS** uniu suas forças políticas com o grupo político de Sônia Milagres para oferecer ao *povo Remediense* novas oportunidades, novas

idéias para uma administração empreendedora, transparente, competente e compromissada com os interesses do **povo**.

*SÔNIA MILAGRES* – PMDB, a Vice-Prefeita também é pedagoga, especializada em Inspeção Escolar e Supervisão Pedagógica. Ø É pós-graduada em Metodologia do Ensino. Formada em ciências, com licenciatura em matemática e ciências e com especialização em biologia.

A seguir, apresentamos o texto do “santinho” (50) com alguns elementos destacados que, possivelmente, contribuem para a construção de cadeias anafóricas do texto. Primeiramente, observamos que, apesar de o texto estar escrito linearmente, ou seja, de forma corrente em um parágrafo, seus segmentos, separados por ponto-e-vírgulas, dão idéia de trechos de textos elaborados em tópicos. Assim, observa-se que o pronome “ele” e o verbo “ser” na terceira pessoa do singular ficam implícitos no texto. Neste sentido, além dessas retomadas implícitas no texto, há uma anáfora pronominal realizada por uma elipse do pronome de terceira pessoa “ele” que concorda com o verbo “ser” conjugado na terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo.

#### **“Santinho” (50)**

*Luciano Esteves Mendes*, conhecido por Sheikk, é Filho de Dalísio Ribeiro Mendes e Luiza Esteves Mendes. **(ele é)** Funcionário da Caixa Econômica Federal; **(ele é)** formado em Administração pela UFV; **(ele é)** Pós-graduado em Gestão Estratégica pela UFV e em Psicopedagogia pela UFRJ; **(ele é)** Ex-aluno da Escola DR José Mariano, da Escola Estadual Antônio Gonçalves Lanna e do Colégio Salesiano Dom Helvécio; **(ele é)** Ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Ponte Nova e Região; **(ele é)** Instrutor e Consultor Empresarial; **(ele é)** Membro da ALEPON (Academia de Letras de Ponte Nova) e da ONG Puro Verde. Ø Foi professor na FACCO (Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova) e no CEPEI.

MAIS CULTURA, ESPORTE, EDUCAÇÃO,  
GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA...  
PELA GESTÃO PÚBLICA PROFISSIONAL

Enfim, vale ressaltar que, de acordo com Bronckart (1999), assim como ocorre com as unidades de conexão, há uma relação entre a coesão nominal e os tipos de discurso. Neste sentido, os tipos de discurso presentes em um texto podem influenciar as escolhas das unidades anafóricas. Em relação aos “santinhos” de nosso córpus, observamos uma recorrência maior das anáforas nominais por repetição fiel. Diante do objetivo deste gênero de persuadir os eleitores a votarem nos candidatos expostos, pensamos que o uso desse tipo de anáfora constitui-se uma estratégia relevante desses textos para que o nome do candidato exposto seja fixado na memória do agente-leitor. Outra anáfora de presença significativa é a anáfora pronominal realizada por elipses. Pensamos que seu uso seja recorrente devido à necessidade de se produzir um texto que sintetize em poucas palavras a vida pública e privada

do candidato. Isso pode ocorrer em função de características dos agentes-leitores de “santinhos”, ou seja, indivíduos que, em função de sua pouca escolaridade e poucas informações políticas, não pretendem despender muito tempo em leituras de épocas de campanhas eleitorais. Vale ainda apontar a introdução de referentes nominais sem retomadas, isto é, as informações são, em geral, diretas. Como afirmamos anteriormente, os textos dos “santinhos” são freqüentemente pequenos, até mesmo por causa de seu suporte textual ser uma pequena folha de papel. Assim, esses referentes novos também podem caracterizar o modo como o GT “santinho político” constrói sua progressão referencial na medida em que seus agentes-produtores podem, por meio dessa estratégia, expor mais informações sobre o candidato sem que precisem elaborar um texto extenso.

Na próxima seção, nós nos centraremos no último mecanismo de textualização proposto por Bronckart (1999) e desenvolvido por Pinto (2004a; 2004b): a coesão verbal/temporal.

#### **4.3 A coesão verbal/temporal nos “santinhos”**

Ao tratarmos nos subitens 2.2 e 2.2.1 da coesão verbal/temporal, vimos que é a escolha dos constituintes obrigatórios nos sintagmas verbais (lexemas verbais e seus determinantes: auxiliares e flexões verbais) que marcam a última forma de coerência temática abordada por Bronckart (1999), isto é, os mecanismos de coesão verbal. Com base em Pinto (2004a; 2004b), analisaremos, a seguir, como se constitui a temporalidade nos 8 “santinhos” selecionados de nosso córpus.

Inicialmente, vale lembrar que o gênero “santinho político” é constituído por um enunciado produzido por um (ou mais) enunciator(es) – o próprio candidato ou os coordenadores de campanha responsáveis pela comunicação e marketing juntamente (ou não) com os candidatos – direcionado aos enunciatários – os leitores/eleitores brasileiros. Essa instância enunciativa se instaura efetivamente, pelo lado do(s) enunciator(es), com a colocação de um referente (o conteúdo do “santinho”), num tempo e num espaço. Quando o leitor/eleitor recebe o “santinho”, ele se conecta imediatamente a um eixo temporal (a data da eleição para a qual o “santinho” foi elaborado), a partir do qual ele passa a captar e construir a coerência temporal do enunciado. A base desse eixo é o *momento da enunciação* (ou o momento da escrita).

Nos textos dos “santinhos” (1) e (4), por exemplo, que criam o tipo discurso interativo, observamos, respectivamente, a presença dos seguintes elementos (formas verbais e organizadores temporais) responsáveis pela constituição da temporalidade:

- “Santinho” (1) => “sabe”, “trabalha”, “faz”, “dificulta”, “é”, “atrasando”, “acha” e “ê”.
- “Santinho” (4) => “está ganhando”, “vai jogar”, “gosta”, “avançam”, “tem levado”, “tem”, “são” (3x), “recebe”, “nunca (teve)”, “ganha”, “estão abertas”, “nunca tiveram”, “cresce”, “aumenta”, “dá”, “tem”, “querendo comemorar”, “vem fazendo”, “joga”, “é” (3x), “Foi”, “entrou”, “conhece”, “vai ganhar”, “vai governar” e “Depois de 1º de outubro”.

Observa-se que o “santinho” (1) marca-se temporalmente, especialmente, pelo presente do indicativo. Até mesmo o verbo “atrasar”, que se apresenta marcado no gerúndio, é usado com valor de presente do indicativo, como se pode verificar a seguir.

Um senador que faz oposição ao presidente dificulta a aprovação do Orçamento e a liberação de recursos, **atrasando** [e atrasa] o desenvolvimento do Estado e dos municípios.

O “santinho” (4), por sua vez, além do presente do indicativo, que é fortemente marcado no texto e exprime valor de simultaneidade, apresenta o verbo “ter” conjugado no pretérito perfeito do indicativo e acompanhado pela forma temporal não-verbal “nunca”. Deste modo, remete o leitor, em um breve instante, a um momento anterior. Da mesma forma como ocorre no “santinho” (1), verifica-se uma forma verbal no gerúndio (“querendo”) com valor de simultaneidade.

Já os “santinhos” (28) e (50), que utilizam, sobretudo, o tipo discurso teórico, fazem um uso significativo da chamada *forma nominal* particípio (“casado”, “formado” e “formada” no 28 e “conhecido”, “formado” e “pós-graduado” no 50). Nota-se que o particípio está sendo usado, nesses casos, como estrutura da voz passiva. Embora essa estrutura seja formada, especialmente, com o auxiliar “ser” seguido do particípio de um verbo transitivo direto, verifica-se que o auxiliar foi omitido tanto no “santinho” (28) quanto no (50). Com exceção do particípio “conhecido”, que expressa valor de simultaneidade, o uso dos demais verbos no particípio expressa eventos situados num tempo passado (“casou-se”, “formou-se” e “pós-graduou-se”). Enfim, devido ao fato de esses “santinhos” criarem exclusivamente um mundo da ordem do Expor, não apresentam formas temporais não-verbais.

Vale ainda observar que os “santinhos” (2), (7), (12) e (18), que possuem segmentos da ordem do Narrar, sejam estes segmentos autônomos ou implicados, apresentam recuos ao passado, como se pode verificar nos segmentos expostos e marcados em negrito a seguir:

(...) **Começou a trabalhar aos 14 anos** (...) Empresário dos ramos de alimentação, eletrodomésticos e móveis **desde 1957** (...)

**Eleito duas vezes** Deputado Federal (1979-1982/1994-1996)

**Eleito três vezes** prefeito de Contagem (1973-1978/1983-1986/1997-1999)

**Eleito** Governador de Minas Gerais (1987-1990)

(...) Newton **sempre foi** um pai e um esposo presentes. (“Santinho” 2)

(...) **mais de 50 anos dedicados** à construção da infra-estrutura do País.

**Foi** líder estudantil, professor universitário e líder classista, **tendo sido** presidente, **por duas gestões**, do Sindicato (...)

**Por oito anos atuou** intensamente junto a parlamentares, (...) (“Santinho” 7)

(...) Paulo Cesar **foi** prefeito de Nova Serrana **por duas vezes (1989/1992 e 1997/2000)**. Sua administração **foi marcada** por uma ampla reestruturação econômica e social na cidade. (...). **Em 2002**, Paulo Cesar **foi eleito** deputado estadual e (...). (“Santinho” 12)

(...) Vereador **por duas legislaturas, defendeu** os interesses de nosso povo **solicitando** do prefeito municipal a execução de obras e a prestação de serviços ao município e a população de Brás Pires. (...). (“Santinho” 18)

Por meio desses elementos de temporalidade, o leitor/eleitor pode compreender os momentos a que se referem e localizá-los no eixo temporal que ele mesmo constrói através das formas tempos verbais com valor de anterioridade, bem como das formas não-tempos verbais como: “Em 2002”, “desde 1957”, “por duas legislaturas”, “sempre” etc.

Enfim, vale ressaltar que a temporalidade é de fundamental relevância no quadro do ISD na medida em que é a partir de sua análise que se pode verificar o mundo discursivo criado na construção de um texto, ou seja, pode-se distingui-lo entre a ordem do Expor e do Narrar. Nesse sentido, a temporalidade pode contribuir muito na argumentação dos “santinhos”, na medida em que pode dar credibilidade ao texto através das formas não-tempos verbais, como as datas dos fatos, bem como por meio das formas verbais com valor de anterioridade, que narram ou relatam o passado do candidato (nos âmbitos profissional, político e pessoal).

Na próxima seção, identificaremos e analisaremos os mecanismos que constituem o último nível da arquitetura textual, os mecanismos de responsabilização enunciativa que, segundo Bronckart (1999), contribuem fortemente para o estabelecimento da coerência pragmática do texto.

## **5 Mecanismos enunciativos que atuam nos “santinhos”**

Ao observarmos os 8 “santinhos” de nosso corpus em relação à presença de vozes enunciativas, verificamos que eles podem ser compreendidos como textos polifônicos, na medida em que várias vozes distintas implícita ou explicitamente podem ser ouvidas.

Nota-se que os textos dos “santinhos” (2), (7), (28) e (50) apresentam, cada um, uma voz neutra de um expositor – inferível de seus segmentos na terceira pessoa. Suas instâncias de enunciação põem em cena outras vozes por meio, por exemplo, da citação do partido e da coligação dos candidatos (vozes sociais). Vale lembrar que nesses textos é criado um mundo discursivo conjunto-autônomo, correspondente, segundo Bronckart (1999), ao tipo discurso teórico, que predomina nesses textos, e, sendo assim, o discurso teórico dá indícios do tipo de autor dos textos, isto é, autores expositores. Todavia, deve-se ressaltar que nos “santinhos” (2) e (7) é criado também um mundo da ordem do Narrar em alguns de seus segmentos. Nesses segmentos, do tipo de discurso narração, os autores não são mais expositores, mas, sim, narradores.

Por sua vez, os “santinhos” (1), (4), (12) e (18) que, como verificado, utilizam, sobretudo o tipo discurso interativo, trazem, talvez, uma complexidade maior de vozes. No “santinho” (1), no texto apresentado em sua frente, nota-se que o expositor marca-se pela primeira pessoa do singular interagindo com os agentes-leitores. No verso desse mesmo “santinho”, apresentam-se dados de uma pesquisa eleitoral e, por isso, outras vozes aparecem, isto é, a voz da “Datafolha / Rede Globo” (fonte da pesquisa exposta), a voz do “TRE/MG” (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais), que dá certa credibilidade ao texto, e, também, a voz da coligação na qual o candidato está inscrito.

Em relação ao “santinho” (4), podemos observar, como no “santinho” (1), as vozes dos partidos e coligações (vozes sociais), mas o “santinho” (4) difere do (1) na medida em que seu expositor não se demarca pela primeira pessoa do singular. Apesar dessa escolha lingüística, percebe-se que o expositor não foi, por isso, menos interativo com os agentes-leitores. Essa voz não se pretende neutra, há um posicionamento forte a favor do candidato e, além disso, quando o expositor explicita os parâmetros da ação de linguagem por meio do dêitico “aqui”, parece aumentar uma aproximação com os agentes-leitores. Percebe-se, ainda, que, implicitamente, faz-se o uso da voz do presidente Lula, que, segundo o agente-produtor, mantém Nilmário em seu “time”.

Já o “santinho” (12) também utiliza, especialmente, a terceira pessoa do singular para apresentar o candidato. No entanto, ele traz uma forma verbal, tanto em sua frente quanto em seu verso, marcado pela primeira pessoa do plural: “Juntos **podemos** mais”. Essa forma verbal pode fazer referência a uma relação de trabalho conjunto entre o candidato exposto no “santinho” (12) e os cidadãos/eleitores. Há, neste sentido, uma tentativa de convencer os agentes-leitores de que esse candidato deve ser eleito.

O agente-produtor do “santinho” (18), por sua vez, tem como suporte o apoio de um deputado federal. Uma voz que deve ser ressaltada por seu possível duplo interesse nessa

candidatura. Pode-se compreender a presença dessa voz, inicialmente, como uma efetiva manifestação do deputado federal de apoiar uma candidatura em função da competência do candidato, que acaba, por isso, recebendo certa credibilidade diante os eleitores, especialmente de eleitores que possuem simpatia ou acreditam no trabalho do deputado. Todavia, a presença dessa voz pode ainda ser compreendida como o desejo do deputado de fazer sua própria campanha, isto é, não se deixando esquecer para se recandidatar em uma próxima eleição.

Enfim, em relação aos “santinhos” (12) e (18), vale lembrar que ambos criam, em alguns segmentos, o mundo discursivo conjunto-implicado, pertencente à ordem do Narrar. Neste sentido, há momentos desses textos em que o autor expositor se transforma em narrador.

Em relação às modalizações, verificamos que quase não se tem o uso daquelas denominadas como *lógicas* nos “santinhos” analisados. Podemos compreender que a ausência desse tipo de modalizador (ex: *acho, talvez, provavelmente, normalmente*) seja porque seu uso frequentemente relativiza o que se afirma. Sendo assim, os autores dos oito “santinhos” podem ter percebido que relativizar os feitos e elogios ao candidato que se pretende eleger poderia desfavorecê-lo, não se tratando, portanto, de uma estratégia persuasiva significativa. Pode-se observar, porém, no “santinho” (2), a presença do verbo “acreditar” no seguinte segmento: “Newton **acredita** no trabalho, na família e no ser humano”. Devido ao fato de esse verbo estar na terceira pessoa do singular, referindo-se às crenças de Newton, observa-se que não se trata de uma crença do agente-produtor do texto. Por isto, no “santinho” (2), o verbo “acreditar” não relativiza o enunciado. Da mesma forma, observa-se, no “santinho” (1), a presença do verbo “achar” no trecho “Então, quem VOCÊ **acha** o melhor senador para Minas?”. Nota-se que o agente-produtor não afirma, explicitamente, achar Newton o melhor candidato. Através desse questionamento feito ao leitor/eleitor, fica implícito o posicionamento do expositor de que ele acha Newton o melhor candidato. Mas sua escolha de não afirmar isso por meio de um verbo modalizador lógico (“acho”) pode indicar sua percepção de que seu uso não aumentaria a persuasão do texto.

Observa-se, nos 8 “santinhos” que constituem o *cópus* real desta dissertação, um uso predominante das modalizações do tipo *apreciativas*. Trata-se de avaliações realizadas por meio de diversas expressões adverbiais ou adjetivas, como se pode verificar nos exemplos citados a seguir.

- “Santinho” (1): “é o *principal* interlocutor”, “*muito importante*”, “*dificulta a aprovação do Orçamento*” e “o *melhor* senador”;
- “Santinho” (2): “deu o *melhor* salário”,

- “Santinho” (4): “ganhando *de goleada*” e “Na política social, *não* tem pra ninguém”;
- “Santinho” (7): “ter participado *ativamente* de”, “Por oito anos atuou *intensamente*”, “proposição de leis sobre temas *relevantes*”, “Pela sua *extensa* experiência”, “a *única* arma” e “este é um *bom* candidato”;
- “Santinho” (12): “Sua administração foi marcada por uma *ampla* reestruturação econômica e social”;
- “Santinho” (28): “*amenizar* o sofrimento e as dificuldades do povo”, “uma administração *empreendedora, transparente, competente e compromissada*”;

Percebe-se que através do uso desses modalizadores, os apreciativos, os agentes-produtores dos “santinhos” querem levar os agentes-leitores a aderir aos pontos de vista que estão sendo expressos. Indicam, portanto, a construção de sentidos dos eleitores/leitores.

Em relação às modalizações *pragmáticas*, observa-se em alguns textos dos “santinhos” o uso de expressões que atribuem intenções aos agentes, como: “Newton *acredita* no trabalho” (no “santinho” 2); “jogar como o povo *gosta*” e “tem muita gente *querendo* comemorar os gols” (no “santinho” 4); “*sente-se* consciente e capacitado” (no “santinho” 7); e, por fim, “Sua *maior preocupação* é com a melhoria na área da saúde” (no “santinho” 28). Com o uso dessas expressões, os agentes-produtores podem em alguma medida persuadir os agentes-leitores de que as intenções de alguns candidatos são boas em contrapartida a outros, que não as têm tão boas.

Já as modalizações *deônticas* não estiveram presentes nos 8 “santinhos”. Todavia, sua ausência nesses oito exemplares não generaliza seu desuso nesse gênero. Um exemplo disso é o “santinho” (8), pertencente ao corpus geral de nossa pesquisa, que utiliza esse tipo de modalização no seguinte segmento:

- “Quando os valores e a coerência parecem desaparecer, *temos* que nos manter inconformados (...) *É preciso* abrir novos caminhos” (“santinho” 8).

Em resumo, com as análises desta seção, verificamos várias vozes presentes nos textos dos “santinhos” investigados, além de um abundante uso dos modalizadores. Observamos, porém, a ausência das modalizações *lógicas*, que poderiam dar certos efeitos de sentido aos textos dos “santinhos”, ou seja, aquelas que poderiam relativizar as ações e as qualidades dos candidatos. Por outro lado, há nos “santinhos” investigados um grande uso das modalizações *apreciativas* por proporcionarem aos agentes-produtores desses textos instrumentos para elevar os bons feitos e boas características dos candidatos.

No capítulo seguinte, expomos algumas conclusões dos resultados alcançados no decorrer da presente pesquisa.

## **CAPÍTULO V**

### **CONCLUSÕES**

Com o objetivo de conhecermos melhor o gênero textual “santinho político”, realizamos esta pesquisa, buscando identificar, descrever e analisar suas características constitutivas. Devido ao fato de a finalidade comunicativa desse gênero ser uma de suas principais características, voltamo-nos, inicialmente, ao estudo de como se dá a construção do discurso persuasivo nesse gênero. Posteriormente, por meio do suporte teórico-metodológico do modelo de análise textual do ISD, identificamos, descrevemos e analisamos os elementos lingüístico-discursivos que contribuem para a construção desse discurso persuasivo.

Neste sentido, a análise dos elementos lingüístico-discursivos presentes em alguns exemplares do gênero textual “santinho político” nos propiciou um conhecimento maior sobre as características constitutivas desse gênero, além de nos possibilitar compreender como se dá a construção da argumentação nesses textos.

Usando o modelo de análise textual do ISD, notamos que o foco central desse modelo nos tipos de discurso nos permite entender, desde o princípio, que a escolha realizada pelo agente-produtor de um texto em criar um ou mais mundos discursivos é uma macroestratégia para atingir os agentes-leitores.

Por um lado, verificamos que a maioria dos “santinhos” de nosso cópús apresenta suas coordenadas conjunto/implicadas, o que corresponde ao tipo discurso interativo. Percebemos que é através desse tipo de discurso que se torna possível um maior envolvimento interpessoal entre agente-produtor e agente-leitor. Constrói-se, portanto, através desse tipo de discurso, uma atmosfera de intimidade por meio do uso do pronome de tratamento “você”, de pronomes e verbos de primeira pessoa do singular e do plural, de perguntas retóricas, de frases imperativas, exclamativas e interrogativas, de auxiliares de modo e de auxiliares com valor pragmático, além de anáforas pronominais e nominais. Vale ressaltar que, em relação às anáforas nominais, percebemos o grande uso daquelas que repetem fielmente o termo retomado. Assim, devemos lembrar que essa repetição constitui-se uma importante estratégia para fixar na memória do leitor/eleitor o nome do candidato exposto pelo “santinho”.

Por outro lado, observamos um número significativo de textos de “santinhos” que expressam o mundo conjunto/autônomo, ou seja, o tipo discurso teórico. Sendo assim, percebemos que, se os “santinhos” que trazem textos do tipo discurso interativo podem propiciar uma interação mais amistosa com os agentes-leitores, os “santinhos” pertencentes à ordem do Expor utilizam como principal estratégia a construção de um “discurso da verdade”. Nesse sentido, há uma tentativa do agente-produtor de transmitir crenças e valores relacionados ao candidato exposto, apresentando informações consideradas por esse agente

como verdades autônomas, isto é, que independem das circunstâncias particulares da situação material de produção em que se insere. Lingüisticamente, essa macroestratégia pode ser percebida pela ausência de unidade que remeta diretamente aos interactantes, pela ausência de unidade que remeta ao espaço-tempo da produção, pela ausência de pronomes com valor exofórico e, também, pela ausência de verbos na primeira ou segunda pessoa do singular e do plural.

Vale ressaltar que, apesar de secundariamente, os mundos da ordem do Narrar também estiveram presentes em muitos dos textos analisados. Em primeiro lugar, vale apontar que, lingüisticamente, é a presença de unidades que remetem ao espaço-tempo da produção que expressam esses mundos. Em segundo lugar, é importante ressaltar que compreendemos a presença dos segmentos narrados nesses textos como uma estratégia significativa na medida em que, a partir desses segmentos, os candidatos podem identificar-se para seus agentes-leitores (os eleitores) por meio dos *ethé* de credibilidade bem como dos *ethé* de identificação, ou seja, suas experiências profissionais, suas idades, seus fortes laços familiares, entre outras características, especialmente expostas pelos segmentos narrados, identificam os políticos como homens sérios, inteligentes, trabalhadores, virtuosos, corajosos, competentes etc. Neste sentido, os agentes-produtores dos “santinhos” criam os mundos do Narrar com o objetivo de pré-validar a idéia de que quem fez no passado fará novamente no futuro.

Finalmente, pensamos que as análises e descrições das características lingüístico-discursivas identificadas nos textos dos “santinhos políticos” cumpriram o objetivo da presente pesquisa, haja vista que pudemos, no decorrer desta dissertação, verificar diversos elementos recorrentes presentes nesse gênero em função da construção de sua argumentação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel. *Éléments de linguistique textuelle*. Liège: Mardaga, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Les textes, types et prototypes : récit, description, argumentation, explication et dialogue*, Paris : Nathan, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.
- \_\_\_\_\_. (Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12.ed. – São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAIN, D. L'analyse des textes architypiques. In: BRONCKART, Jean-Paul et al., *Le fonctionnement des discours*. Paris, Delachaux et Niestlé, 1985, p. 67-99.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.
- \_\_\_\_\_, Émile. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Éditions Gallimard, 1974.
- BOREL, M.-J., GRIZE, J.-B e MIÉVILLE, D. *Essai de logique naturelle*. Berne, Peter Lang, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- BUBER, Martin. *La vie en dialogue*. Paris, Aubier-Montaigne, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Eu e tu*. São Paulo: 1977.
- BRONCKART, Jean-Paul, BAIN, Daniel, SCHNEUWLY, Bernard, DAVUD, Clairette et PASQUIER, Auguste. *Le fonctionnement des discours*. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse. Paris: Delachaux et Niestlé, 1985.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007.
- DE BOTH-DIEZ, A. M. L'aspect et ses implications dans le fonctionnement de l'imparfait, du passé simple et du passé composé au niveau textuel, *Langue française*, n. 67, 1985, p. 05-22.
- Cadernos NAE / Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República*. – nº. 5 (jun. 2005). – Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2005.
- CAMACHO, R. G. As estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do Português Falado*. vol. 7. São Paulo: FAPESP/ Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- CASSIRER, Ernest; FLEISCHER, Marion. *A filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: M. Fontes, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit. In: *Revue Le Français Aujourd'hui*, nº 123. Associations françaises des enseignants de français, setembro, 1998.

- \_\_\_\_\_. Le contrat de communication dans la situation classe. In: *Pratiques*, número especial, 1993.
- CHAROLLES, Michel. *Parcours Linguistiques de Discours Spécialisés*: actes du colloque en Sorbonne, Paris, septembre 1992. 2 ed. Berne; New York: P. Lang, 1995.
- COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: J. A. Giannotti (Org.), *Comte: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, 1978, p. 1-39.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, textualidade e textualização. IN: CECCANTINI, J.L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. v. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004.
- DARWIN, Charles (1859). Publicado on-line em <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=F373&viewtype=side&pageseq=2>
- DERRIDA, Jacques. The law of genre. Tradução de Avital Ronell. In: *Bulletin of the International Colloquium on Genre*. Strasbourg: Univ. de Strasbourg II, 1979, 202-232.
- DINSMORE, John. *Partitioned Representations. A study in Mental Representations, Languages Understanding and Linguistic Structure*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 161-218.
- ENGELS, Friedrich. *La dialectique de la nature*. Paris, Gallimard, 1971.
- ESPINOSA, B. *Ethique*. Paris, Flammarion, 1965.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Mapping in thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FAUCONNIER, Gilles and SWEETSER, Eve. *Spaces, World and Grammar*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996.
- FAUCONNIER, Gilles and TURNER, Mark. *The way we think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FAYOL, M. *Le récit et sa construction*. Paris, Delachaux & Niestlé, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GENETTE, Gérard. *Figures III*. Paris, Seuil, 1972.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GRIZE, J.-B. Logique naturelle et explication. *Revue européenne des sciences sociales*, n. 19, 1981, p. 7-14.
- \_\_\_\_\_. *Sémiologie su raisonnement*. Berne, Peter Lang, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Logique et langage*. Paris, Ophrys, 1990.
- HABERMAS, Jurgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris, Fayard, 1987. 2v
- HAMBURGER, K. *Logique des genres littéraires*. Paris, Seuil, 1986.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich,; MENESES, Paulo; EFKEN, Karl-Heinz; VAZ, Henrique C. de Lima. *Fenomenologia do espírito*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 2v.

- KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. The Problem of Activity in Psychology. In : J.V. Wertsch (ed.), *The Concept of Activity in Soviet Psychology*. New-York, Sharpe, 1979, p. 37-71.
- LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*. Paris, Albin Michel, 1964-1965. 2v
- MAINGUENEAU, Dominique. *Genèses du discours*. Liège-Bruxelles: Mardaga, 1984.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36
- \_\_\_\_\_. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, lingüística e literatura*, João Pessoa, v. 1, n.1, 2003, p. 9-40.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; FEUERBACH, Ludwig. *Etudes philosophiques: nouvelle edition rev et complete d'un index systematique*. Paris: Sociales, 1951.
- MEURER, José Luiz. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M. B.; TOMICH, L. M. B. (Orgs.) *Aspectos da Lingüística Aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 149-166.
- MORIN, Edgar. *O método*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002-2005. 6v
- MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse : son image et son public: etude sur la representation sociale de la psychanalyse*. Paris: Presses Univ. de France, 1961.
- PENHAVEL, E. *Multimodalidade e níveis de análise: o papel do conectivo e na organização do discurso*. São José do Rio Preto, 2005, 132p. Dissertação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto – FAPESP (Proc: 02/10807-4).
- PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da Argumentação – a nova retórica*. 2ª ed. São Paulo: Martins e Fontes, 2005.
- PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da inteligência na criança*. 4. ed. Rio de Janeiro, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A construção do real na criança*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PINTO, Rosalvo Gonçalves. *A coesão temporal na construção da temporalidade discursiva*. (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Temporalidade discursiva e coesão temporal à luz do interacionismo sociodiscursivo. In: *Revista Calidoscópico*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada - v. 2, n.2 (dez.2004) São Leopoldo: UNISINOS, 2004b (p.41-48).
- \_\_\_\_\_. O Interacionismo sociodiscursivo, a inserção social, a construção da cidadania e a formação de crenças e valores do agir individual. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 111-119.
- POPPER, Karl R. *Objective Knowledge*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- RICOEUR, Paul. *Du texte a l'action: essais d'hermeneutique II*. Paris, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Soi-meme comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 19.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros e Tipos de Texto: Considerações Psicológicas e Ontogenéticas*. Tradução provisória de Roxane Helena Rodrigues Rojo (LAEL/PUC-SP). Mimeografado, 1994.

SEVE, L. *Marxisme et théorie de la personnalité*. Paris: Editions sociales, 1969.

SIMONIN-GRUMBACH, J. Pour une typologie des discours. In : BENVENISTE, Emile; KRISTEVA, Julia; MILNER, Jean-Claude; RUWET, Nicolas. *Langue, discours, société*. Paris: Seuil, 1975.

THREADGOLD, Terry. Talking about genre: ideologies and incompatible discourses. *Cultural Studies*, 3/1. 1989.

VENDLER, Z. Verbs and Time, *Linguistics and Philosophy*, 1967, p. 97-121.

VET, Co. *Temps, aspects et adverbess de temps en français contemporain. Essai de sémantique formelle*. Genève, Droz, 1980.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Série Psicologia e Pedagogia.

\_\_\_\_\_. *La signification historique de la crise de la psychologie*. Paris, Delachaux & Niestlé, 1999.

WEINRICH, Harald. *Le temps : le recit et le commentaire*. Paris: Seuil, 1973.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus lógico-philosophique*. Paris: Gallimard, 1961.

\_\_\_\_\_. *Remarques philosophiques*. Paris: Gallimard, 1975.

**ANEXOS**  
**(Em CD-ROM)**